



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Mylena Serafim da Silva

Comércio ambulante: negociações e resistências cotidianas no centro de João
Pessoa – PB

Fevereiro de 2021,
João Pessoa - PB

Mylena Serafim da Silva

Comércio ambulante: negociações e resistências cotidianas no centro de João
Pessoa – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia. Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro

Examinador interno: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira

Examinadora externa: Profa. Dra. Valéria Costa Aldeci de Oliveira

Fevereiro de 2021,
João Pessoa - PB

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e

S586c Silva, Mylena Serafim da.

Comércio ambulante : negociações e resistências cotidianas no centro de João Pessoa / Mylena Serafim daSilva. - João Pessoa, 2021.
134 f. : il.

Orientação: Patrícia Alves Ramiro. Dissertação
(Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Comércio ambulante - João Pessoa (PB). 2. Comércio de rua. 3. Trabalho informal. I. Ramiro, Patrícia Alves. II. Título.

UFPB/BC

CDU 339.177(043)

Classificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MYLENA SERAFIM DA SILVA

**COMÉRCIO AMBULANTE: NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS NO CENTRO DE JOÃO
PESSOA-PB**

Dissertação apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de **MESTRE** em Sociologia.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Patrícia Alves Ramiro
Presidente



Dr. Maurício Rombaldi
PPGS/UFPB



Dra. Valéria Costa Aldeci De Oliveira
DCS/UFPB

JOÃO PESSOA

2021

Dedico esta escrita às e aos ambulantes que não apenas existem, mas vivem e persistem.
Cotidianamente!

Sou camelô, sou de mercado informal
Com minha guia sou, profissional
Sou bom rapaz, só não tenho tradição
Em contra partida sou, de boa família

Olha doutor, podemos rever a situação
Pare a polícia, ela não é a solução, não
Não sou ninguém, nem tenho pra quem apelar
Só tenho o meu bem que também não é ninguém

Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Até parece, até parece...

Edson Gomes e José Paulo de Oliveira, 1997

RESUMO

Interpretar as diversas formas do trabalho informal na contemporaneidade é também buscar compreender as interações na sociedade contemporânea. Esta escrita tem por objetivo demonstrar como o comércio ambulante a nível coletivo reage, seja com negociações ou resistências, diante da sua constante proibição. Sendo uma pesquisa de desenho etnográfico, o recorte foi dado para um campo em específico que é o centro da cidade de João Pessoa-PB. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa, além da observação *in loco* e realização de entrevistas, foi o recurso da pesquisa online, da análise documental e do levantamento bibliográfico quanto à temática proposta. O comércio ambulante, ou de rua, é uma atividade tão tradicional quanto atual, se modificando à medida em que as relações de compra e venda também se modernizam, e ao passo em que continuam sendo a base da sociedade capitalista que vivenciamos. Como resultante da pesquisa foi observada a apresentação de uma permanência mutável do comércio ambulante que, mesmo sendo uma atividade não regulamentada e dita ilegal diante da legislação citadina, continua atuando, mesmo que seja sob outras configurações. Considera-se assim o quanto as negociações e resistências são objetos de luta para se ter direito ao trabalho e a importância dessas estratégias para a atuação das e dos ambulantes no comércio da cidade.

Palavras-chave: Ambulantes. Centro de João Pessoa. Estratégias. Informalidade.

ABSTRACT

To interpret the various forms of informal work in contemporary times is also to seek to understand the interactions in contemporary society. This writing aims to demonstrate how the street trade at the collective level reacts, whether with negotiations or resistance, in the face of its constant prohibition. Being an ethnographic design research, the clipping was given to a specific field that is the city center of João Pessoa-PB. The methodology used to carry out the research, in addition to on-site observation and interviews, was the resource of online research, documentary analysis and bibliographic survey on the proposed theme. Street or street commerce is as traditional as it is current, changing as the buying and selling relationships also become modernized, and while they continue to be the basis of the capitalist society we experience. As a result of the research, it was observed the presentation of a changeable permanence of the street trade that, even being an unregulated activity and so-called illegal in the face of city legislation, continues to act, even if it is under other configurations. Thus, it is considered how much negotiations and resistance are objects of struggle to have the right to work and the importance of these strategies for the performance of the ambulantes and the street walkers in the city's commerce.

Keywords: Street walkers. João Pessoa Center. Strategies. Informality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Rua 13 de maio no primeiro ano da pesquisa	20
FIGURA 2 – Parque da Lagoa no período pandêmico	21
FIGURA 3 – Rua Santo Elias no primeiro ano da pesquisa	22
FIGURA 4 – Rua Santos Dumont	23
FIGURA 5 – Comércio ambulante no Parque da Lagoa em 2018	30
FIGURA 6 – Notícia sobre a realocação dos ambulantes em 1997.....	72
FIGURA 7 – Notícia da realocação dos ambulantes na década de 1990.....	73
FIGURA 8 – Notícia da realocação dos ambulantes em 2019	74
FIGURA 10 – Protesto das e dos trabalhadores(as) no Parque da Lagoa.....	79
FIGURA 11 – Pneus sendo queimados durante o protesto.....	80
FIGURA 12 – Interdição da passagem dos veículos durante o protesto	81
FIGURA 13 – Fumaça provocada pela queima de pneus durante o protesto	81

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1 – Características de um contexto de vulnerabilidade	44
ESQUEMA 2 – Pontos para o entendimento dos direitos no neoliberalismo	68

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Centro da cidade de João Pessoa	18
MAPA 2 – Ruas mais ocupadas pelos ambulantes.....	19
MAPA 3 – Mudanças na configuração do comércio ambulante no ano de 2019	77

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 – Número de casos da Covid-19 antes e após a reabertura do comércio	48
GRÁFICO 2 – Produtos comercializados no centro de João Pessoa	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEG-PB: Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba

CADÚNICO: Cadastro Único para Programas Sociais

CBO: Cadastro Brasileiro de Ocupações

CDL: Câmara dos Dirigentes Lojistas

CEF: Caixa Econômica Federal

CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

Covid-19: Coronavírus Disease 2019 (termo estrangeiro)

CPF: Cadastro Nacional da Pessoa Física

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DSU: Direção de Serviços Urbanos

FSM: Fórum Social Mundial

GCM: Guarda Civil Municipal

GRD: Grupo de Remoção e de Demolição

HIV: Vírus da Imunodeficiência Humana (termo estrangeiro)

H1N1: gripe suína sendo uma mutação da gripe comum

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGP: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEI: Microempreendedor Individual

MERS-COV: Síndrome Respiratória do Oriente Médio

MPPB: Ministério Público da Paraíba

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NDIHR: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PIB: Produto Interno Bruto

SEDURB: Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SARS-COV: Coronavírus identificado em 2002

SARS-COV2: Coronavírus identificado em 2019

SEPLAN: Secretária de Planejamento

SESC: Serviço Social do Comércio

SINDAMBULANTES-PB: Sindicato dos Ambulantes da Paraíba

SINE-JP: Sistema Nacional de Emprego de João Pessoa

SUS: Sistema Único de Saúde

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UNICAB: União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1	16
O percurso de construção da pesquisa.....	16
1.1 O lócus da pesquisa: o centro de João Pessoa	17
1.2 Considerações sobre a metodologia	23
1.3 A (re)inserção no comércio do centro de João Pessoa-PB	27
1.4 O peculiar desenvolvimento da metodologia.....	33
1.5 A pandemia da covid-19 enquanto fator presente.....	39
Capítulo 2	50
Contextualizando a existência do comércio ambulante	50
2.1 A relação cidade e comércio	52
2.2 O trabalhar na rua e a questão da informalidade.....	56
2.3 Regulamentação do comércio de rua em João Pessoa	64
2.4 Ocupação do espaço público, conflitos e influência neoliberal	67
Capítulo 3	71
Os históricos confrontos no âmbito do comércio ambulante de João Pessoa – PB	71
3.1 A estratégia do enfrentamento coletivo enquanto resistência	75
3.2 A importância das organizações coletivas no âmbito do comércio ambulante.....	84
3.2.1 O comércio ambulante do centro de João Pessoa e o SINDAMBULANTES-PB	90
3.2.2 O comércio ambulante do centro de João Pessoa e a AMEG-PB	105
4 Considerações finais	121

Introdução

Era para ser apenas mais uma manhã de trabalho, movimentação rotineira de veículos particulares, ônibus coletivos, comerciantes organizando a abertura de suas lojas juntamente com os comerciários, pedestres indo ao centro da cidade para comprar algum tipo de produto de sua necessidade ou resolver algo, e claro, os ambulantes montando suas barracas nas ruas e calçadas mais movimentadas do centro da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. A proibição do comércio ambulante/de rua organizada pelo poder público municipal em 11 de setembro de 2019, parou não apenas as e os trabalhadores(as) ambulantes, mas o território como um todo. A corrente humana realizada pelos(as) próprios(as) em forma de protesto e o grito de guerra que entoava “Trabalhador unido jamais será vencido” foi marca da luta e, juntamente com a fala repentina, já que estava transmitindo ao vivo, de um trabalhador para uma emissora de tv, que nos rememora a construção dessa luta que se inicia diariamente e de forma invisível, ou melhor, repressiva já que:

Eles precisam saber que a gente aqui se acorda de 4:30h da manhã pra peneirar 10 quilo de goma, pra ganhar \$30 reais aqui, que a gente tem filho, tem casa, tem que pagar imposto. E querem tirar a gente da rua. Se a gente não tem emprego, como é que a gente vai trabalhar desse jeito? Eu sou apenas um jovem de 25 anos, e eu poderia tá fazendo o que? Poderia tá roubando, matando, traficando. Não. Eu tô trabalhando de honesto com a galera... [palmas dos e das colegas ao lado, acompanhado de choro do trabalhador]. Olha o trabalhador, porra, olha o trabalhador! (...) Eu moro em mandacaru, todo dia acordo de 4:30h da manhã, doente ou não eu tenho que vim. Tem dia que eu não tenho o dinheiro nem de comprar a fralda da minha filha. Às vezes eu tenho que pedir aos outros, porra. Aí vocês ficam fazendo isso [choro novamente e em demasia] (25 anos, vendedor de tapioca, setembro/2019).

Essa reportagem foi ao ar simultaneamente ao protesto¹. E a fala do trabalhador é reflexo da pergunta de pesquisa deste estudo que motivou a problematização do trabalho na rua. Essa escrita, se propõe a perceber como se dão as resistências do comércio ambulante frente às sucessivas proibições de seu funcionar, levando em consideração os impasses e os diferentes posicionamentos – os quais serão descritos no decorrer da escrita – não somente do poder público, mas também de outros agentes sociais que fazem parte deste espaço social, como os pedestres, os lojistas, comerciários,

¹ Depoimento de um ambulante no Programa Tambaú da Gente de 11/09/2019. A reportagem por ser assistida por meio do link: <<https://www.youtube.com/watch?v=DocP-5MXkvo#action=share>>

etc., mas que possuem opiniões divergentes no que concerne à atuação do campo do comércio ambulante. Para entendermos essas relações conflitantes, partimos do desenvolvimento da região, da centralidade bem como da urbanidade, assim como da construção e consolidação do comércio de rua neste território.

Por mais que o comércio ambulante ocupe as ruas mais movimentadas de toda a cidade, e que as atividades do poder público, neste caso sendo representado pela Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano (SEDURB-JP) de competência da Prefeitura Municipal de João Pessoa, se preocupe com a organização de toda a cidade, as principais intervenções são dadas em torno do centro da cidade, tendo em vista o maior número de trabalhadores(as) atuando nesse espaço. Esse fato justifica a escolha dessa região para a realização da pesquisa e traz consigo consequências que a fundamentam, como por exemplo, a concentração de decisões governamentais nesse território e, conseqüentemente, uma maior vigilância estatal.

Acompanhando as relações comerciais tradicionais e ditas capitalistas, e compondo a modalidade de trabalho informal, o comércio ambulante, o qual também será intitulado aqui por comércio de rua, existe sob a égide da ilegalidade, na medida em que ocupa o espaço público, nas ruas e calçadas da cidade, e não há uma proteção estatal para tal atuação. Muito pelo contrário: de acordo com a legislação municipal, regida pelo Código de Posturas do Município de João Pessoa de 1995, o comércio ambulante só é permitido de modo eventual e com licença prévia, o que não é o caso do comércio ambulante do centro de João Pessoa.

Neste sentido, historicamente essas pessoas ocupam as ruas e calçadas para trabalharem de forma ilegal se percebido a partir da legislação que rege a cidade. Na contagem realizada pelo Sindicato dos Ambulantes da Paraíba (SINDAMBULANTES-PB) em março de 2020 foram cerca de 520 barracas contadas na região do centro. Algumas trabalhando no mesmo espaço há décadas, outras há dias, umas trabalhando com um só tipo de produto, outras com artigos de época², mas que em conjunto vivem dependendo desse tipo de relação comercial para obter uma renda, e existem por mais que, quando vistas, seja de forma repressiva e estigmatizada. É nesse contexto de ser produzido na margem, de ser considerado, por vezes, enquanto processo de exclusão (inerente a modernização capitalista), ou incluídas, porém de forma inadequada, ou melhor, precária, que historicamente estas pessoas trabalhadoras persistem.

² Artigos de época são, por exemplo, a venda de sombrinhas no inverno ou em dias chuvosos, de água mineral no verão ou em dias quentes, de brinquedos próximo ao dia das crianças, de cadernos e materiais escolares no início do ano, de artigos natalinos no mês de dezembro, etc.

O referencial teórico aqui utilizado para a compreensão do problema sociológico é a teoria bourdiesiana, tendo em vista a necessária interpretação do campo levando em consideração as condições objetivas e subjetivas. Para a análise do conflito e da possível elaboração de negociações e resistências no âmbito do comércio ambulante será fundamental perceber a interferência do *habitus* e do capital (social, econômico e cultural) nas ações realizadas pelos indivíduos – estes últimos entendidos e classificados enquanto agentes sociais.

E enquanto o objetivo de estudo ser o de compreender como se dá o enfrentamento, por meio de resistências construídas a nível coletivo, diante do impedimento de sua atuação no campo pelos agentes de controle urbano da SEDURB-JP – representantes neste caso da estrutura maior – levamos em consideração os papéis desses agentes sociais para a configuração deste espaço que não é dado, mas construído continuamente, por aqueles que o compõem de origem – os ambulantes – e pelos agentes sociais que o atravessam – não somente os agentes de controle urbano, mas os pedestres, os clientes, lojistas, etc.

Neste sentido, a observação em campo foi fundamental não somente para perceber a organização espacial a partir da exposição das mercadorias e da constituição desse tipo de trabalho, mas também para análise de como se dão essas relações a nível mais amplo e, apesar de vê-las apenas a partir do externo, foi nessa etapa da pesquisa que pude compreender como se dão as relações nesse espaço e como os e as trabalhadores(as) ambulantes são percebidos quando ocupam e fazem parte desse território.

A análise documental para perceber a ocupação histórica desses ambulantes no centro de João Pessoa também foi fundamental. Apesar dos percalços – tendo em vista a escassez do tema, e quando abordado, ser por notícias midiáticas sobre os conflitos entre ambulantes e SEDURB-JP comumente enviesadas –, a análise dos discursos, sobretudo das e dos ambulantes que vivenciaram os últimos trinta anos de existência do mesmo, viabilizou a evidência de que durante essas três décadas ocorreram sucessivos impedimentos e que, mesmo diante de tais, o comércio ambulante persiste.

O contato institucional, com destaque para a entrevista realizada com a SEDURB-JP ainda no início da pesquisa foi primordial para conhecer também sobre essa ocupação e de como ela é percebida a partir do poder público e da instituição responsável pela organização da cidade. Além de ser uma problemática estrutural para o serviço público, ficou perceptível que as ações governamentais para sua resolução são modificadas a partir de cada gestão municipal, ou seja, a proibição é de fato norma

legal, mas a criação de alternativas secundárias para tais trabalhadores(as), como por exemplo, a alocação dos mesmos em shoppings populares, depende sobretudo da gestão municipal da cidade, neste caso de João Pessoa.

Diante de tais impasses que foram percebidos desde a problematização deste estudo, foi também importante conhecer – tendo em vista que eu não tinha conhecimento e, para algumas pessoas de fora parece que, por ser um comércio de rua é desorganizado, solto e sem representatividade – os órgãos representativos da categoria, que nesse caso são dois: a Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba (AMEG-PB) e o SINDAMBULANTES-PB. Conversar com os representantes da categoria foi fundamental para perceber a importância da organização coletiva diante dos impasses cotidianos e das conquistas alcançadas pela categoria nos últimos anos.

Todavia, apesar das negociações constantes que há entre os órgãos representativos do comércio ambulante e a gestão municipal, as apreensões de mercadorias e as proibições para a atuação do comércio de rua ocorrem corriqueiramente. Por vezes, seguidas de protestos e mesmo de violências, aqui com destaque para as proibições e apreensões que ocorreram, sucessivamente, no ano de 2019, primeiro ano dessa pesquisa e que pude acompanhar de perto alguns desses momentos. E que, apesar da terminante proibição em dois pontos do centro da cidade, as e os ambulantes ocuparam outros espaços desse bairro, o que configura um tipo de **permanência mutável**, a qual eu defendo como resultante dessa pesquisa.

Em meio a todas dificuldades, com destaque aqui também para a pandemia da covid-19 no ano de 2020, e no mesmo período as constantes proibições, é um trabalho que perdura e continua a existir, e que, por mais que ocupe outras ruas e que se configure de um outro modo, continua a permanecer no mesmo espaço, sendo não somente meio de sobrevivência para centenas de trabalhadores(as), mas também um tipo de trabalho, aqui caracterizado com uma atividade não tipicamente capitalista a partir dos escritos de Azevedo (1981; 1984), e de uma relação social existente e atuante em nosso meio.

Neste sentido, o comércio de rua tem um papel fundamental na configuração desse espaço, bem como nas relações sociais ali constituídas, partindo do pressuposto de que as relações de trabalho constituem a sociabilidade. A ocupação das ruas e calçadas faz daquele local ter não somente um sentido próprio, mas também uma economia local que se desenvolve ao passo que as demandas surgem. Nesse sentido as relações de compra e venda, mais precisamente, também são engrenagem para o funcionamento deste local, seja no sentido econômico, na medida em que circula

dinheiro, seja no social, ao passo em que as pessoas se relacionam, constituem laços de proximidade, e mesmo de afetividade a partir do ato de trabalhar.

Também gostaria de ressaltar o uso do termo trabalhador/vendedor ambulante em alguns momentos da escrita, generalizando a categoria. Até aqui tive o cuidado de incluir (na escrita, porque existimos em todos os espaços) o termo trabalhadora/vendedora, mas por questões de estética, ou mesmo do patriarcado que está, infelizmente, ainda enraizado em nossa sociedade, irei englobar a categoria em um só determinante. Sobre isso ainda é válido afirmar que, de acordo com o levantamento realizado pelo SINDAMBULANTES-PB, em março de 2020, cerca de 70% dos trabalhadores são homens. Mas não esqueçamos de nós mulheres que, mesmo que em menor quantidade, estamos e ocupamos os mesmos espaços.

Quanto à organização da escrita, o primeiro capítulo é destinado a apresentação do campo escolhido para a realização da pesquisa: o centro de João Pessoa-PB. Há na cidade ambulantes por toda a parte, mas devido ao contexto histórico de criação e ocupação do território ter se iniciado no que atualmente hoje se configura o bairro do centro e suas proximidades, existe uma maior concentração de trabalhadores nesse espaço, sendo inclusive o foco das decisões a nível governamental no que concerne à atuação do comércio ambulante. A metodologia para a realização da pesquisa também está descrita neste capítulo, ligando temas que vão desde ao tipo e desenho da pesquisa até a (re)inserção no campo, bem como os métodos utilizados. É válido frisar que o último tópico deste capítulo é o recorte de um dos estágios da pesquisa que foi o período de isolamento social devido a pandemia da covid-19, a qual afetou diretamente o rumo dos estudos já em andamento neste momento.

O segundo capítulo diz respeito a contextualização do comércio ambulante e, para tal feito, é importante trazer alguns aspectos relacionados não somente com a categoria trabalho, como o conceito de informalidade, e o desenvolvimento econômico, especialmente na América Latina e no Nordeste, mas também algumas ideias relacionadas a temática da cidade, como essa se configura e se desenvolve, tema que recai diretamente no conceito de comércio ambulante/de rua e logo, dos conflitos citadinos devido a ocupação do espaço público, aqui com ênfase nas situações conflituosas que envolve a proibição do comércio ambulante.

O terceiro capítulo traz uma breve análise histórica, a partir de reportagens desde a década de 1990 das proibições do comércio ambulante no centro de João Pessoa, além da descrição do protesto que ocorreu em 11 de setembro de 2019, o qual é destaque no início dessa escrita e que marcou não somente a história de luta desse grupo, mas a

trajetória dessa pesquisa. O quarto e último capítulo é voltado para a apresentação das organizações coletivas, bem como suas respectivas importâncias para as negociações e permanências, as quais são constantes, com destaque aqui para o período 2019-2020. Dentro das falas dos representantes, foi destaque também temas paralelos e a pluralidade que há dentro do grupo, o que é fundamental para compreender a diversidade que perpassa esse tipo de atividade.

Em conjunto, a escrita foi preparada no sentido de contribuir cientificamente não somente para o campo da sociologia do trabalho, mas também para outras áreas que também abordam a temática, como a geografia, por exemplo. Além disso, o intuito de uma escrita etnográfica foi permanecido, mesmo com as condições objetivas de inserção no campo duramente afetadas pela pandemia da covid-19. Ainda assim, o uso das falas dos entrevistados, bem como anotações da observação em campo foram fundamentais para poder dialogar com a teoria da informalidade presente, bem como com os documentos existentes, sejam eles históricos ou midiáticos (os quais foram analisados com cautela na medida que podem ou não ser enviesados). No esforço também de ampliar o acesso ao campo científico, esperamos que a leitura seja clara e agradável para o (a) leitor(a).

Capítulo 1

O percurso de construção da pesquisa

O centro da cidade de João Pessoa, como qualquer lugar social, passa por transformações que não são simplesmente dadas de forma natural. É a partir de processos de lutas que o espaço (centro da cidade de João Pessoa) se constitui e que as margens (o comércio de rua, por exemplo) as acompanham. Se tratando de um campo que sofre intervenções repressivas, ao passo de lhe proibir, percebemos o quanto as lutas estão ali presentes.

A partir do olhar etnográfico na realização dessa pesquisa, destacamos como as pessoas atuam nesse processo e constroem não somente o comércio de rua, mas a vida cidadina urbana. Mas não esquecemos de como essa mesma urbanidade também molda os comportamentos dos agentes sociais e, o que parece ser dado e continuado de forma natural, é construído histórica e dialeticamente. O direito à cidade (BRASIL, 2001; LEFEBVRE, 2001a) será analisado na medida em que são elencadas as problemáticas que perpassam o comércio de rua e, indo para além de um dilema, percebido de forma estratégica e dual a partir da atuação do poder público. O fazer cidade, como diria Agier (2015) também é tido na medida em que as pessoas, tendo gozo do direito ou não, e sob diversas perspectivas, a ocupam e atuam na mesma. Ou seja, como a produção se dá a partir do individual também e não apenas do que é objetivado.

Isto é, se segregação e fragmentação apenas representam determinações de controle e não mais elementos estruturadores das condições materiais de produção, então precisamos aprofundar nossa análise dos elementos centrais dessas novas dimensões produtivas dos espaços de territorialização existencial, das redes de socialização que qualificam a nova urbanidade (COCCO, 2000, p. 149-150).

E se tratando de urbanidade, do desenvolvimento de um espaço que engloba modos de ser e de viver específicos – aqui à luz das relações de trabalho – podemos enfatizar como as pessoas trabalhadoras convivem neste território específico. O urbano é categoria elementar para o entendimento das sociedades modernas. Nessa escrita será percebida como a urbanidade, a nível citadino, é intrínseca a produção das margens e como esse círculo do comércio de rua, que parece solto na sociedade, possui laços e redes fazendo parte de um círculo maior, intervindo e sendo também irrompido continuamente. Fazendo uma análise das relações ilegais e violentas que ocorrem nesse espaço, Telles (2013) aponta que:

[...] é por isso mesmo que é estratégico entender esses nexos, que não são evidentes e muito menos necessários. Está aí uma questão teórica – e política – da maior importância e que seria importante explicitar em nossas pesquisas. **Diria mesmo que é uma dessas questões que apenas o trabalho etnográfico tem condições de desvendar, pois temos aí o ponto sensível por onde os jogos sociais e as relações de poder se processam.** Quer dizer: se as relações entre esses três termos não são necessárias e tampouco são evidências (TELLES, 2013, p. 362, grifo nosso).

A exposição do processo de pesquisa a partir do desenho etnográfico também será fundamental para a compreensão desse território, sendo então um dos objetivos também deste capítulo. Somente descrevendo o espaço, tão plural e mutante que é permeado por essas relações, que iremos compreender a existência e desenvolvimento do comércio ambulante.

1.1 O lócus da pesquisa: o centro de João Pessoa

Descrever todo esse território, mesmo que seja a tentativa de uma densa exposição, não contemplaria todos os aspectos e características que o compõem. A totalidade aqui será almejada com ênfase na demonstração do espaço à luz das relações de trabalho, que por sinal é um recorte realizado pela autora, o que sugere então o entendimento de uma parte que compõe o todo intitulado centro. Para tanto, um resgate da historicidade e geografia do centro da cidade, unido a ideia de um fazer cidade pelas pessoas que ali vivem será o norte para compreender tamanha pluralidade.

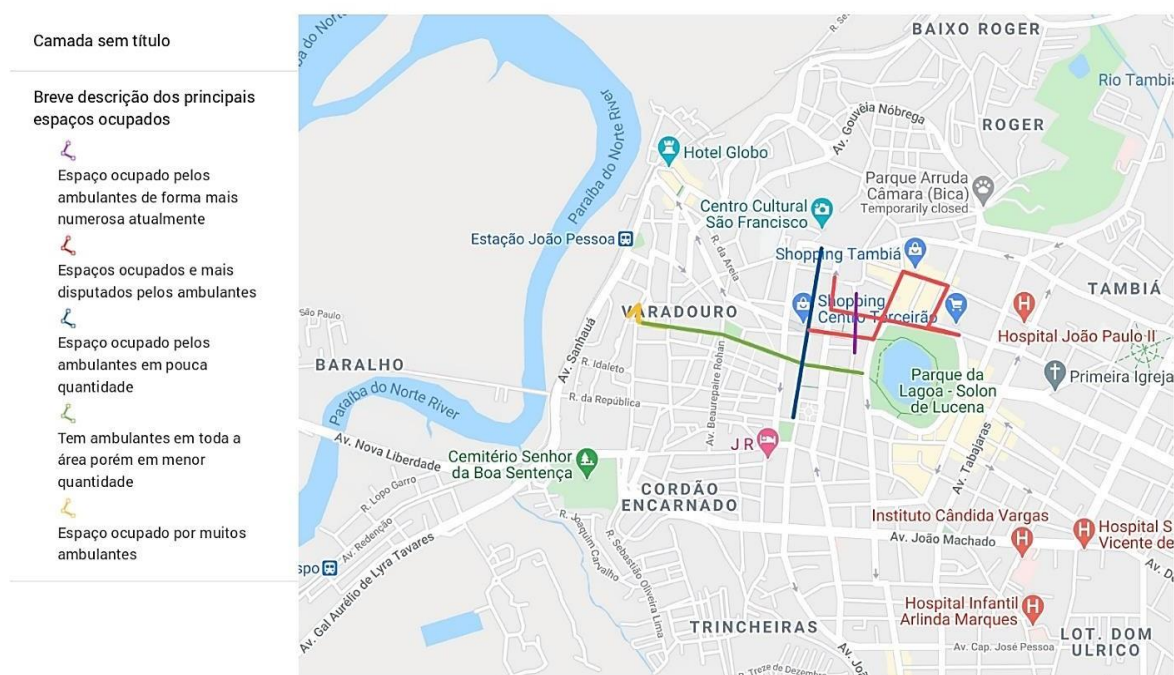
A cidade de João Pessoa nasceu no centro. Mais precisamente no Rio Sanhauá, o qual fica no ponto mais baixo, próximo ao que é hoje o centro histórico da cidade. Completando no ano de 2020 435 anos, é somente no início do século passado que João Pessoa se expande, acoplando outros territórios e, certamente, descentralizando o comércio que surgiu juntamente ao centro. E mesmo com o processo de urbanização, o centro continua até os nossos dias sendo um espaço importante da cidade, seja pelo centro histórico, com o tombamento de prédios antigos e processos de revitalização do local, e as igrejas seculares com aspectos da arquitetura barroca, ou ainda pela oferta de serviços essenciais e institucionais, como por exemplo bancos e consultórios e escritórios, os quais permanecem em sua maioria tendo suas sedes neste bairro (MARTINS, 2018).

Podemos afirmar que o comércio, e juntamente com esse o comércio de rua, acompanhou as modificações que fizeram com que a cidade aumentasse cada vez mais em território e em população. Sendo a capital da Paraíba e também ponto central de uma região metropolitana (a qual é composta por João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e

É válido frisar que há ambulantes em praticamente todas as ruas desse bairro, e eles atuam não somente do centro, mas também por outras ruas da cidade. Porém, sendo algumas mais ocupadas, a partir do fluxo de pessoas, como destacado no próximo mapa – com recorte para o campo de pesquisa escolhido:

MAPA 2 – Ruas mais ocupadas pelos ambulantes

Mapa dos principais pontos dos ambulantes do centro de João Pessoa



Fonte: My Maps – Elaboração própria

A linha de cor roxa, por sinal a menor, diz respeito a quadra que é a lateral de uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF). Nesta sempre teve um ou outro ambulante trabalhando, porém, sua ocupação intensificou no ano de 2019 após a proibição de ocupação da Rua Miguel Couto, a qual é central ao Parque da Lagoa e transversal à mesma. Cerca de 50 trabalhadores foram realocados para lá a partir de uma negociação entre prefeitura e representantes da categoria, sendo formadas três fileiras de trabalhadores como na foto a seguir:

FIGURA 1 – Rua 13 de maio no primeiro ano da pesquisa, 2019



Fonte: autoria própria. Registro em 31 de dezembro de 2019

Já o traçado vermelho diz respeito às ruas mais próximas do Parque da Lagoa e também das grandes lojas como a C&A e um hipermercado. Houve recentemente uma modificação nesse espaço através de uma reforma paisagística realizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa – e que transformou o Parque Sólon de Lucena no então Parque da Lagoa – a qual trouxe consequentemente mudanças no comércio de rua, inclusive a proibição do mesmo. Essas modificações são datadas de 2015, todavia alguns trabalhadores permaneceram ainda nesta época (JPB, 2015). Atualmente, após a flexibilização dos serviços no período pandêmico, toda a área está ocupada por centenas de trabalhadores nessa região.

FIGURA 2 – Parque da Lagoa no período pandêmico



Fonte: autoria própria. Registro em 24 de setembro de 2020

Como se vê, ainda no mapa 02, na parte da linha verde e a linha amarela, ambas não compõem o respectivo centro, pelo menos em tese. Isso porque toda essa região da proximidade, pela população é intitulada de centro. Começando então pela linha amarela é onde estão localizados o Terminal de Integração do Varadouro (também conhecido por “integração do centro”), e o Terminal Rodoviário Severino Camelo. Ainda há também paradas de ônibus das cidades metropolitanas, como Conde, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita. Então é um local de bastante movimento de passageiros, o que intensifica a atuação do comércio de rua consequentemente.

A linha verde que diz respeito a área ocupada por ambulantes, porém em menor quantidade é a via que liga os terminais de ônibus até a lagoa. Historicamente essa via teve espaços mais ocupados, sendo nos anos de 1990 próximo aos Correios – que hoje é o Paço Municipal –, e atualmente no antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que se encontra em estado de abandono e ocupado por alguns trabalhadores, principalmente em suas laterais (e não na área interna), uma vez que o fluxo de pedestres é alto nessas ruas.

Já a linha azul que liga o Shopping Center Tambiá a feira livre do Mercado Central é pouco ocupada se percebida em sua completude, porém na rua que dá acesso ao shopping, a ocupação de pedestres também é intensa. O número de trabalhadores, se contada apenas uma quadra varia em média de 100 pessoas. O que intensifica a movimentação nesse espaço como percebido na próxima imagem:

FIGURA 3 – Rua Santo Elias no primeiro ano da pesquisa



Fonte: autoria própria. Registro em 31 de dezembro de 2019

Nesses últimos 30 anos (o recorte aqui dado para o resgate histórico do centro da cidade), a lei de proibição do comércio de rua vigora, porém não prevalece. Algumas medidas foram estabelecidas, como a criação dos shoppings populares³ e apreensões de mercadorias foram realizadas – repentina e continuamente os agentes de controle urbano levam os produtos expostos⁴, mas o comércio ambulante não deixa de existir. Ele se reconfigura juntamente com o centro da cidade, seja pela criação dos shoppings ou mesmo de outras reformas realizadas, somadas as contínuas mudanças que ocorrem neste espaço. A seguir a imagem de uma outra rua que fica na lateral de um shopping popular e central ao Parque da Lagoa:

³ Alguns estudos sobre o comércio de rua/ambulante utiliza o termo camelódromo. Aqui não será o caso tendo em vista que são conhecidos por shoppings populares, até mesmo por diferenciarem-se dos camelódromos já que estes últimos são em espaços geralmente mais abertos.

⁴ Há vários registros dessas apreensões de mercadorias. É um tema polêmico. Em termos legais os trabalhadores podem ir buscar as mercadorias na SEDURB-JP e pagar uma espécie de multa. Porém, há vários vídeos sendo registradas, se tratando do comércio de João Pessoa, as tomadas de produtos, e de forma agressiva, inclusive com pessoas sendo hospitalizadas após tal ato. Os trabalhadores alegam inclusive que, uma vez pega as mercadorias é “prejuízo”, porque na verdade não a conseguem de volta.

FIGURA 4 – Rua Santos Dumont



Fonte: autoria própria. Registro em 31 de dezembro de 2019

Através dessas imagens, percebemos a influência do comércio de rua na construção e desenvolvimento do centro da cidade. O local é reconhecido por boa parte da população por reunir os principais serviços bem como uma maior concentração de variedades de produtos para consumo, mesmo com a descentralização dos mesmos. E isso acontece pelas pessoas que compõem esse território e, ao permanecerem ocupando-o, acabam intervindo de alguma forma e modificando esse espaço, aqui com destaque para a ocupação através das relações de trabalho, como é o caso do comércio ambulante.

1.2 Considerações sobre a metodologia

Descrever o processo de criação e desenvolvimento desta dissertação – e não somente do resultado final em si – foi uma estratégia pensada não apenas para situar o(a) leitor(a) do contexto que se trata, mas também de ressaltar a importância da sociologia, a partir da metodologia e do referencial teórico utilizado, para compreender a realidade vivida. E pensando neste sentido, ressaltamos que a realização da pesquisa é um momento único e, mesmo fazendo uso de estudos empíricos e teóricos já existentes,

a realidade aqui descrita é singular ao passo também que é percebida por uma pessoa – neste caso, a autora.

O modo de pesquisar a partir da objetividade e juntamente com outras características que viabilizam o positivismo nas ciências é um fundamento que marcou o nascimento da sociologia com Durkheim (2004). Todavia outras ideias foram sendo incorporadas sobre a metodologia de pesquisa não apenas na sociologia, mas nas ciências sociais de modo geral. Um exemplo disso é a discussão realizada por Weber (2006) da singularidade da pesquisa e a influência da subjetividade do pesquisador na escolha do objeto de estudo. Até os nossos dias, há no campo sociológico uma ampla discussão quanto a forma que se conduz uma pesquisa.

Para determinar qual tipo de viés foi utilizado para a realização dessa pesquisa, compartilho dos escritos de Max Weber (1864-1920), além do posicionamento de outros autores e autoras contemporâneos que, partindo da teoria weberiana, reconhecem a especificidade de se fazer pesquisa na sociologia bem como do fazer pesquisa em campo. Obviamente, enquanto parte do corpo acadêmico e científico, preciso tentar me despir de posicionamentos baseados no senso comum ou mesmo na naturalização da constituição da sociedade. Todavia, a escolha de estudar sobre o trabalho dos vendedores ambulantes no centro de João Pessoa-PB partiu das vivências pessoais que, em conjunto, viabilizaram tal preferência.

Uma densa discussão sobre o viés da pesquisa e que leva em consideração os escritos de ambos os autores acima citados, os quais compõem o cânone da sociologia, juntamente com Karl Marx (1818-1883), pode ser lida no livro “O ofício do sociólogo” que tem como autor principal Pierre Bourdieu (1930-2002) – principal referencial teórico que direciona essa pesquisa. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010) reconhecem que o pesquisador sociólogo direciona a escolha e o recorte do que se vai pesquisar, até por estar inserido na sociedade e, a partir dos condicionamentos sociais ser influenciado constantemente. E por isso pontuam que:

No entanto, pelo fato de que a fronteira entre os saberes comuns e a ciência é, em sociologia, mais imprecisa do que em outros campos, impõe-se, com uma urgência particular, a necessidade de ruptura epistemológica. Como o erro é indissociável das condições sociais que o tornam possível e, por vezes, inevitável, seria necessário confessar uma fé ingênua nas virtudes da pregação epistemológica para evitar interrogar-se sobre as condições sociais que tornariam possível ou, até mesmo, inevitável, a ruptura com a sociologia espontânea e a ideologia, e transformariam a vigilância epistemológica em uma instituição do campo sociológico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 87).

É reconhecendo esse movimento dialético e também simultâneo, mas também enfatizando o cuidado e singularidade do que é produzir na sociologia, que inicio a descrição do percurso metodológico da pesquisa em questão. Estudo esse realizado inclusive num momento em que o campo da ciência, em especial as ciências humanas – incluindo então a sociologia – se encontram não somente desvalorizadas, mas também ameaçadas. A conjuntura atual, protagonizada sobretudo pela política⁵, até porque esta perpassa toda a nossa vivência em sociedade, com recorte então para o Estado brasileiro, revela juntamente com o sucateamento da educação, a tenacidade da desigualdade (LIMA, 2020).

Não é a temática desta pesquisa, mas é relevante frisar o momento em que não somente a universidade vivencia, mas todas as pessoas que participaram diretamente neste processo e que, são atravessadas por questionamentos que levam ao não reconhecimento da sociologia enquanto ciência e seu papel fundamental para a compreensão da realidade. Este foi, sem dúvida, um desafio a mais para ser enfrentado. Em meio a tantos diálogos, sobretudo os ditos informais, construídos com os participantes da pesquisa, foi um tema que veio à tona e que influenciou diretamente no processo.

Neste sentido é importante destacar o papel do sociólogo – no meu caso, da socióloga – no cotidiano que não somente direcionou o desenvolvimento da pesquisa, mas juntamente dessa escrita. Acreditando então em uma sociologia que não somente busca interpretar a realidade social, mas que nela interfere. Há um dilema estabelecido nessa discussão, entretanto busco compartilhar da ideia advinda de que até mesmo um diálogo pode ser transformador (TEIGER, 2015). A dinamização da ciência, inclusive a produção da mesma, é realizada no dia a dia, nas atividades desenvolvidas pelos agentes sociais – assim intitulados por Bourdieu.

E a partir desta perspectiva, à medida que não somente o sociólogo expõe seus posicionamentos diante dos diálogos construídos, mas também ao passo que os participantes da pesquisa são escutados, e nessa atividade pensam as suas vivências, a repercussão da sociologia, enquanto uma ciência do vivido, já está sendo ali praticada. Defender a pesquisa sociológica enquanto ciência é visar que a produção do

⁵ A eleição presidencial no ano de 2018 trouxe consigo uma polarização quanto ao posicionamento político da população brasileira, o que vem causando até os dias de hoje, muitos debates e mesmo discussões e conflitos, no sentido de vir à tona posicionamentos fascistas seguidos de opiniões preconceituosas e até mesmo ações, o que recai diretamente no fazer pesquisa nesse dado contexto, mesmo não sendo o tema em questão.

conhecimento está consigo imbricada e que seu percurso metodológico vai além da descrição da realidade, na medida em que:

O conhecimento do mais provável é o que torna possível, em função de outros fins, a realização do menos provável. É jogando conscientemente com a lógica do mundo social que se podem fazer advir os possíveis que não parecem inscritos nessa lógica. **A verdadeira ação política consiste em servimo-nos do conhecimento do provável para reforçar as oportunidades do possível** (BOURDIEU, 2003, p. 51, grifo nosso).

É correlacionando a importância da sociologia na contemporaneidade com o significado do fazer ciência ligado à produção do conhecimento e, não esquecendo do papel da política na história, que reafirmo a importância dessa pesquisa. Não somente para a produção acadêmica, mas para o diálogo da mesma com os participantes de tal, logo, com toda a sociedade. Se tem algo que eu sempre tentei me distanciar foi a política. Escolhi inclusive esse campo pensando que a política iria ficar, pelo menos, distante. Mas foi justamente o contrário que aconteceu. O fazer política está no campo e também esteve comigo enquanto pesquisadora.

O cotidiano específico aqui escolhido – no caso as relações vivenciadas no centro de João Pessoa à luz do comércio ambulante – foi constituído e atua sob a égide de vários fatores não somente a nível micro, mas também macrosociais que podem passar despercebidos ou mesmo serem naturalizados pelas pessoas que ali convivem. Bourdieu (2004a, p. 21) ao elaborar o conceito de campo leva em consideração essa relação dialética em que “(...) jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada”.

E ainda sobre a metodologia aplicada para a observação do espaço é possível afirmar que:

O trabalho correto consiste aqui em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e descontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto global (LEFEBVRE, 2001a, p. 58-59).

Neste sentido, é fundamental descrever como se deu a escolha e inserção no campo, bem como a construção das entrevistas e diálogos com os participantes. Desde já trazendo características do mesmo, será interessante para compreender como se apresenta as relações nesse espaço em específico. Com base nos escritos de Goldenberg (2004), sabemos que no campo da metodologia científica há uma pluralidade no fazer pesquisa. Sobre tudo quando se trata de uma pesquisa qualitativa que, de modo geral

busca interpretar, estabelecendo a todo tempo conexões e sentidos ao que é vivenciado naquele espaço.

1.3 A (re)inserção no comércio do centro de João Pessoa-PB

Ao buscar a definição do termo inserção trazemos a ideia de inclusão ao contexto. Neste sentido, a reinserção também pode ser considerada, tendo em vista a minha trajetória de vida neste espaço. Me permita iniciar este tópico descrevendo mais sobre mim e conseqüentemente sobre minhas vivências pessoais. Mesmo deixando vários fatores de lado, e direcionando a escrita discursiva (BOURDIEU, 2006), acredito que é uma boa introdução para a compreensão do tema que aqui se trata.

O centro da cidade de João Pessoa foi minha primeira morada. Entre idas e vindas, habitei neste mesmo bairro em quatro locais diferentes até os meus 20 anos. E, mesmo nos tempos em que lá não morei, eu o vivenciei trabalhando. Uma história que lembra a da minha mãe – mais de 15 anos intercalados enquanto comerciária. Já o meu pai sempre viveu no centro enquanto comerciante de uma pequena lanchonete – pelo menos os últimos 35 anos ininterruptos. E foi neste espaço que eu cresci fazendo desenhos e colando-os na parede diariamente, ocupando sempre o espaço de uma das duas mesas que ali tinha com meus papéis e lápis, conversando com os clientes e, por vezes, ajudando meu pai.

Comecei a trabalhar na lanchonete – com horário a cumprir e com remuneração semanal – aos 12 anos de idade. Os desenhos já não faziam mais parte daquele espaço. Apenas os livros – quando não os da escola, quase sempre religiosos ou de autoajuda – que ficavam sempre embaixo do balcão quando se tinha clientes. Durante a minha graduação trabalhei em um *call center* ⁶, em um *fast food* ⁷ no shopping, nas horas “extras” fui animadora de festas infantis, criadora de uma saboaria e perfumaria, comerciante de um depósito de bebidas, garçonne noturna em um bar e claro, vendedora de roupas e semijoias de forma “ambulante”.

Como já dizia meu pai: muita coisa e nada ao mesmo tempo. As experiências foram de curto período até porque eu tinha como meta me formar. Mesmo sendo filha de vendedores e, no campo educacional, de uma analfabeta funcional e de um semianalfabeto, o conselho era estudar. Eles nunca insistiram nesse quesito, até porque desde criança estudar era algo prazeroso para mim. Então tive que “pular de galho em galho” pra conciliar trabalho, não somente com as aulas, mas com estágio

⁶ Termo em inglês bastante utilizado para designar uma central de atendimento via chamadas de telefone.

⁷ Também um estrangeirismo, significa a produção e fornecimento de comida com rapidez.

extracurricular e obrigatório, projeto de pesquisa e de extensão, monitoria e outras demandas que compõe o ensino, pesquisa e extensão que, mesmo sendo difícil, sempre fiz questão de participar.

A minha formação é em Serviço Social. Hoje sou assistente social por formação e licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E o mestrado em sociologia talvez seja justificado pelos processos vivenciados até os meus 23 anos. Talvez, pois naquele momento eu não tinha certeza, que os processos que vivi, e quando não, apenas percebi, poderiam ser melhor interpretados no campo sociológico.

Mesmo não conhecendo o suficiente sobre essa ciência na época de prestar a seleção do mestrado, o pouco que sabia me motivava para tal escolha, já que eu tinha em mente que ao segui-la, eu teria um leque maior de possibilidades, principalmente teóricas, para a compreensão da sociedade. Passado esse tempo que conheci melhor a sociologia – na certeza de que ainda há muito mais a descobrir – eu tenho prazer em ter feito essa escolha, e compactuo com a comparação realizada por Nisbet ao afirmar que:

O interesse do artista na forma é o interesse do cientista na estrutura. Em cada um, o desejo de visão e entendimento é dominante. Cada um trabalha empiricamente; luta para comunicar sua descoberta através de um padrão ou uma estrutura formal que requer técnica para ser dominado. Vale a pena notar que a palavra “teoria” origina-se da mesma raiz grega da palavra “teatro” (2000, p. 117-118).

Fui selecionada com o plano de estudo sobre os vendedores ambulantes do centro de João Pessoa. A minha inquietação inicial era de como esses trabalhadores se veem diante de tal realidade vivenciada e, através da etnografia, buscar compreender o que eles entendem sobre a categoria trabalho. Os ajustes para se chegar ao resultado aqui descrito foram necessários devido aos percalços encontrados durante o realizar, com destaque para as manifestações de 2019 devido à retirada dos vendedores ambulantes do centro da cidade e a pandemia da covid-19 no ano de 2020.

Eu acredito que não tenha uma outra palavra para definir a escolha do tema dessa pesquisa a não ser um *insight*.⁸ Entre o terminar a graduação e prestar a seleção de mestrado foi um intervalo de 4 meses que eu estava, mais uma vez, trabalhando no centro, e de repente ao passar pelo Parque da Lagoa, observar centenas de pessoas trabalhando nas ruas e calçadas – em quantidade que eu nunca tinha visto antes – me

⁸ Palavra usual no campo da psicologia, mas que vem ganhando espaço atualmente em conversas comuns por significar uma situação corriqueira, na qual a pessoa, de forma repentina, tem uma ideia, uma resposta ou mesmo uma solução pra determinando acontecimento.

despertou o interesse em conhecer mais profundamente este grupo. Mais uma vez, Nisbet é assertivo quanto a escolha do tema de estudo pela socióloga, ao analisar que:

[...] ainda há muita coisa que não sabemos sobre como os cientistas chegam aos seus problemas, fazem o trabalho realmente crucial com eles e alcançam seus *insights* básicos. Mas o que se segue é claro. Considerando tudo o que atualmente sabemos, tais problemas e ideias parecem vir frequentemente do inconsciente assim como do consciente; de leituras amplas e extrínsecas ou da experiência anterior; assim como de dados imediatamente visíveis; dos processos desprezados do sentimento e da intuição tanto quanto dos imperativos mais nobres da lógica e da razão (p. 122, 2000).

Ainda enquanto justificativa da escolha desse tema e campo, me inquietava também alguns discursos que eu escutava e me incomodava saber quais os processos para se chegar a determinados posicionamentos. Se, de um lado, havia pedestres reclamando da falta de espaço para se locomover nas ruas e calçadas do centro da cidade, por outro, havia os ambulantes alegando que estavam no seu direito de cidadão de trabalhar. Ainda se ouviam as queixas dos lojistas de que, tais vendedores são “queixudos”, ocupam o espaço das pessoas andarem e até a frente de seus pontos comerciais.

O aumento e, conseqüentemente, a visibilidade do comércio de rua acompanha o desenvolvimento urbano e as modificações nas relações de trabalho (CASTELLS, 2014) – datados em meados da década de 1970, porém, a depender da região, aqui intensificou-se no final da década de 1990. E por mais que não seja objetivo desse estudo realizar uma ampla análise histórica e documental, quando há menções, o recorte aqui foi dado justamente para os últimos 30 anos, devido principalmente ao planejamento para a resolução dessa problemática citadina com a fundação de shoppings populares.

Desde a criação do plano de estudo, o recorte pensando foi com os ambulantes que trabalham nas ruas e calçadas e que precisam montar e desmontar diariamente seus instrumentos de venda. Não que os “ambulantes móveis” – assim intitulados por uma das participantes da pesquisa – e os camelôs não tenham sua determinada importância para a compreensão da temática. Mas é que, dada a grande heterogeneidade desta categoria, optamos por este recorte para tal estudo, por ser o grupo que mais sofre com os conflitos citadinos, alvo de ações violentas para a sua retirada do espaço público, e ainda as, tão comuns e temidas, apreensões de mercadorias. A seguir a imagem de uma reportagem, ainda em 2018, momento em que já ocorriam protestos devido a possibilidade de retirada dos ambulantes desse local:

FIGURA 5 – Comércio ambulante no Parque da Lagoa em 2018



Fonte: Portal Correio, 07 de agosto de 2018.

Diante da aparente tamanha exclusão, preconceito e inclusive precarização do trabalho ambulante, minha indagação é sobre como essas pessoas resistem e continuam trabalhando nesse espaço. A dinâmica obviamente é diferente, mas as pessoas trabalhadoras desse grupo exercem um tipo de atividade fundamental. Não podemos negar a importância desse grupo para a sociedade. Ele se desenvolveu juntamente com as transformações capitalistas e com os sucessivos desenvolvimentos da população urbana, com destaque para sua densidade, mesmo não sendo considerada uma atividade tipicamente capitalista (AZEVEDO, 1981; 1984).

Contudo, não apenas a partir das leituras realizadas sobre a temática, mas também durante o realizar da pesquisa com a observação *in loco* e a realização das entrevistas, foi perceptível que é, não somente difícil, mas eu classificaria enquanto impossível, homogeneizar o perfil desse grupo. Durante o percurso pude conhecer trabalhadores que poderiam ser categorizados, a partir das características, desde um empregado até um empresário, todavia sendo ambos vendedores ambulantes. Sendo assim, é preciso enfatizar que:

La inserción laboral en este tipo de ocupaciones es resultado de una serie de situaciones laborales y personales, y trayectorias heterogéneas asociadas a factores históricos como la conformación de la estructura ocupacional (cuenta propia, informal), pero también a factores vinculados a la realidad

reciente del mercado laboral (desempleo, precariedad, bajos salarios). Adicionalmente, hay que destacar que en esta indagación se toma como punto de partida que la inserción a una actividad no es resultado únicamente de razones estructurales (desempleo, marginalidad) ni de decisiones deliberadas de los trabajadores con arreglo a fines específicos, **en ese** sentido, como plantea Bourdieu (2001), la estructura es un condicionante de las disposiciones individuales en las que hay razonabilidad en la acciones (TORRES, 2017, p. 328).

A teoria de Pierre Bourdieu (1930-2002) foi o norte teórico da pesquisa justamente por tentar perceber a relação dialética existente entre objetividade e subjetividade e não exatamente opondo-as. Obviamente outros autores que marcaram o campo sociológico, e que são importantes para a interpretação da sociedade, também são aqui referenciados, como por exemplo, Karl Marx (1818-1883).

Neste caso em específico, Marx (1989) em seus estudos faz uma análise importante e amplamente atual sobre a categoria trabalho. Contudo quanto ao conceito de classe, este é visto sob a égide da dualidade entre **classe burguesa e classe trabalhadora**, simplesmente opondo-as em deter os meios de produção ou não e de ser explorado ou não, por exemplo. Explicação que não condiz com o aqui proposto. Como já ressaltada a heterogeneidade do grupo, é preciso levar em consideração também a trajetória desses indivíduos e como eles incorporaram (ou não) os dispositivos sociais. Para o entendimento de classe aqui seguido, vejamos uma breve explanação da teoria bourdiesiana.

A categoria “gosto” a partir de Bourdieu traz consigo um conjunto de características sociais que se interacionam. Para um bom sociólogo, é preciso analisar como o gosto é construído a partir da objetividade e das possibilidades que condicionam tal. O termo cultura também perpassa a ideia de gosto, é válido destacar, na medida em que, é a partir de determinadas escolhas, que um grupo é categorizado, logo que é definida uma cultura. A apropriação também é um termo analisado pelo autor e que dialoga diretamente com o gosto, ao passo em que é através do mesmo que se realiza o consumo. Quanto a este último, ele é viabilizado a partir das disposições que são adquiridas pelo agente social ao longo do tempo. É preciso concluir que o gosto advém da:

[...] relação objetiva entre duas objetividades, o *habitus* permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável (BOURDIEU, 2007, p. 96).

Pensando então em estilo de vida, e a partir disso, podemos pensar a ideia de classe em Bourdieu. Utilizando a fórmula “[*(habitus)* (*capital*)] + campo = prática” podemos avaliar os diferentes modos de constituir uma classe, recompondo o que foi decomposto e buscando uma sistematicidade. Porém tendo cautela com a homogeneidade, na medida em que é esta que vem sendo considerada para uma classe. É o *habitus* de classe, neste sentido, que é o princípio unificador e gerador das práticas, que evidencia o comum, e a partir disso constitui uma classe objetiva com propriedades objetivadas. Para a compreensão de uma classe é preciso levar em consideração não apenas a profissão, ou melhor, a categoria socioprofissional enquanto determinante para a constituição de uma classe, mas é preciso deixar em evidência também as propriedades secundárias, como gênero, raça e espaço, por exemplo. São características auxiliares que também podem determinar a constituição de uma classe e que vão além da posição que ocupa na produção social. Conclui-se que:

Ao preceder a análise isolada de cada variável, como ocorre frequentemente corre-se o risco de atribuir a uma das variáveis – por exemplo, sexo ou idade que, a sua maneira, podem exprimir a situação global ou o devir de uma classe – o que é o efeito conjunto das variáveis [...] (BOURDIEU, 2007, p. 100).

Disto isto, há uma multiplicidade de determinações para a constituição de uma classe, ou seja, a **sobredeterminação**. Todavia, nem todos os fatores possuem o mesmo peso. Tal ênfase se dá pelo que tem de mais essencial pelo lugar e valor. Levando em consideração a **trajetória coletiva**, porém rompendo com o pensamento linear, a classe social é definida pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas. Bourdieu realiza um percurso para definir classe social, como acima citado, trazendo aspectos ainda não observados, mas que compõem tal compreensão.

Além desses já expostos, o autor traz outras definições que se complementam em sua teoria para assim ter um esboço sobre a constituição de uma classe. São outras características que precisam ser analisadas, em conjunto, para a ideia de classe, e que em suma, determinam que a lógica específica do campo determinará quais condições e propriedades prevalecem, sendo então a fórmula do capital objetivado (propriedade) e incorporado (*habitus*) que comporá a classe social (BOURDIEU, 2007).

Trazendo então a ideia de classe em Bourdieu para a análise e compreensão da classe trabalhadora, particularmente os trabalhadores ambulantes, é preciso levar em consideração a trajetória de vida dessas pessoas, neste sentido perceber como se deu a

trajetória modal por meio da diferenciação entre o capital de origem e o capital de chegada, bem como as características auxiliares que se somam a característica de ser trabalhador informal e que pesam em maior grau para tal análise.

Perceber como aqueles agentes responderam as condições objetivas que lhes foram propiciadas, nas palavras de Bourdieu “o campo dos possíveis”, também faz parte da categorização de uma classe. Nesse sentido, analisar a relação das condições objetivas com as condições subjetivas, a partir da história, é importante para além de perceber o contexto presente. É buscar respostas para o que está posto, levando em consideração o máximo de características que perpassam tal realidade específica. Ao compreender a categoria classe a partir dessa explicação e fazendo uma sociologia reflexiva, eu me coloco inclusive enquanto participante direta da pesquisa e me questiono o porquê de tal escolha e vivenciar tal experiência de determinada maneira.

Por isso que, ao iniciar a escrita deste tópico, eu pedi licença ao leitor(a) para elencar alguns fatos da minha trajetória de vida, os quais eu acredito que influenciaram diretamente na realização da pesquisa, assim como na escrita dessa dissertação, sob o recorte e viés escolhido. Dito isso, reconheço que o processo de estranhamento para esse estudo foi, não apenas difícil, mas preciso. Tive que realizar por várias vezes autoquestionamentos, os quais perpassam, e ainda são enviesados, a todo tempo, pela minha vivência no centro da cidade, seja com os desenhos na lanchonete durante a infância, com as minhas várias andadas durante a adolescência para fazer as compras por essas ruas, com as amizades e vizinhos que construí, com os passeios maravilhosos por essas ruas que tanto conheço e que tanto “falam” de mim.

1.4 O peculiar desenvolvimento da metodologia

No campo acadêmico temos diversos manuais de pesquisa, os quais foram sem dúvidas úteis não somente para o realizar dessa pesquisa a nível de mestrado aqui descrita, mas fundamentais para o meu percurso acadêmico e minha formação profissional enquanto assistente social. Todavia, inclusive nos textos sobre como realizar pesquisas qualitativas e mais precisamente no campo das ciências humanas e sociais, como o de Goldemberg (2004) por exemplo, é reafirmado as particularidades que se tem no fazer pesquisa, sobretudo quando se tem essas características.

Ao ingressar no mestrado em março de 2019, logo tive a oportunidade de cursar a disciplina Metodologia das Ciências Sociais e, em paralelo aos questionamentos que me vinham, em mais uma vez ao ler textos sobre a temática da pesquisa e aprender nas

aulas, que pesquisa qualitativa é sempre única e apesar das regras dos manuais, sempre terá suas particularidades, o meu campo de pesquisa sofreu duras modificações. Na transição de março para abril de 2019 ocorreram vários conflitos entre Estado – representado pela SEDURB-JP, órgão de responsabilidade municipal – e trabalhadores – em sua maioria os vendedores ambulantes do centro de João Pessoa ⁹ – originados por uma medida de recomendação do Ministério Público da Paraíba (MPPB) para a retirada dos ambulantes que trabalham de forma irregular nas ruas e calçadas da cidade.

Passadas três décadas, recorte dado para a análise documental desta pesquisa, a retirada dos ambulantes das calçadas e ruas acontece simultaneamente à sua atuação no comércio. E durante a realização da pesquisa, ao fazer um breve resgate sobre o conflito que perpassa a vivência desses trabalhadores, quero aqui reafirmar que, de fato, uma pesquisa qualitativa em ciências sociais tem suas particularidades – o que não tira sua validade enquanto pesquisa científica (BOURDIEU, 2003).

Infelizmente, devido às outras demandas de cursar o mestrado e por ainda não me sentir preparada para dar início a uma pesquisa de cunho etnográfico, a observação *in loco* ficou em segundo plano, tendo começado no segundo semestre de 2019 – oficialmente em 26 de julho.¹⁰ Digo que começou precisamente nessa data por, antes disso, ler sobre observação em campo e somente daí tomar notas e claro, buscar ter um olhar estranhado, apesar daquele espaço fazer parte da minha vivência (VELHO, 1978). Afinal, mesmo não morando nem trabalhando mais no centro, pelo menos uma vez por semana eu estava lá, seja ajudando meu pai na lanchonete, sendo consumidora, inclusive do comércio ambulante, ou mesmo passeando, já que não consegui me desvencilhar deste local, apesar das mudanças pessoais ocorridas.

Deste então eu ia de uma a três vezes por semana no centro apenas para ficar observando o comércio ambulante. Geralmente em dias alternados e com a permanência em um local de pelo menos um turno. Posso afirmar a dificuldade que eu tive em me aproximar, construir conversas informais e principalmente me apresentar enquanto pesquisadora, e é justamente sobre essas particularidades que os manuais de pesquisa ressaltam o não ter uma via de regra para que aconteçam. Então eu tentei tardar o máximo possível o primeiro contato, na esperança de ser reconhecida pelo campo

⁹ De um modo tradicional, esses trabalhadores ocupam as principais ruas do centro da cidade. Todavia, com a expansão e desenvolvimento urbano, esses trabalhadores passaram a ocupar também outros espaços, sendo válido ressaltar que há um maior contingente no centro e nas praias. Contudo, a ação da SEDURB-JP, apesar de ter como intuito a abrangência de toda a cidade, seu principal foco é no centro. E por isso a escolha desse território em específico.

¹⁰ O que não significa dizer que no primeiro semestre de 2019, as mudanças ocorridas no comércio ambulante não foram percebidas. No decorrer da pesquisa far-se-á o destaque das mudanças nesse período, como por exemplo, os protestos e conflitos ocorridos em abril e maio.

(CORSARO, 2005). Até que em setembro, em um dos conflitos ocorridos¹¹, uma vendedora ambulante iniciou o primeiro diálogo:

- “Tu vende o que na rua?”, perguntou.

- “Não. Eu não trabalho. Estou tentando estudar sobre o comércio ambulante, sabe?”, respondi repentinamente e com muito nervosismo.

Ela me respondeu com um sorriso e voltou a conversa que estava acontecendo entre os ambulantes e a sua representante, a presidente da AMEG-PB. Em um outro dia, voltei a observação em campo – mais de um mês depois, tendo em vista que o comércio ambulante, pela primeira vez ao menos em minha memória, passou mais de duas semanas sendo proibido sob sucessivos protestos – e reencontrei a ambulante que me reconheceu no campo, trabalhando em uma outra rua. Nos cumprimentamos e eu passei direto, mas voltei e comecei perguntando o preço de uma das suas mercadorias e com a mesma ainda em mãos, conversamos sobre os conflitos por um bom tempo. Comprei o produto e desde então essa é a primeira e principal participante desta pesquisa. Para fins éticos, a chamarei aqui de Rosa (nome fictício).

Durante a descrição da pesquisa, Rosa será a todo tempo lembrada, seja por estar comigo durante as minhas observações, ou mesmo por suas falas. Nosso contato foi bastante diminuído, mas não interrompido com a pandemia da covid-19 e, eu insisto em afirmar que um laço foi criado entre nós. Rosa é uma pessoa bastante comunicativa que me recebeu da forma mais acolhedora possível e, além das nossas conversas sobre o comércio ambulante, nas quais eu aprendi bastante, conversamos sobre outros assuntos, o que acabou em criar não somente uma relação de ser pesquisadora, mas de ser cliente e amiga.

Em lugar de supor que o tempo apenas fornece um meio externo para as relações humanas, é preciso compreender que ele é, ao contrário e em si mesmo, uma relação. Pois é apenas com o tempo, e com um tempo não mensurável pelos parâmetros quantitativos mais usuais, que os etnógrafos podem ser afetados pelas complexas situações com que se deparam – o que envolve também, é claro, a própria percepção desses afetos ou desse processo de ser afetado por aqueles com quem os etnógrafos se relacionam (GOLDMAN, 2005, p. 150).

No ano de 2018, quando eu ainda imaginava realizar tal pesquisa, eu sabia das inúmeras possibilidades que eu poderia ter em campo, como a afetação – apesar de pensar em somente não ser bem aceita –, mas sempre quis levar em consideração a vivência dos mesmos e, ainda não conhecendo o método etnográfico, acreditei que

¹¹ Mais precisamente em 11 de setembro. Esse conflito será melhor descrito no terceiro capítulo, enquanto resultante da observação *in loco*, e tendo em vista a sua repercussão a nível citadino na época.

somente se fazer presente mesmo sem pertencer a tal vivência, é que poderia aprender sobre tal proposta de pesquisa sociológica (WACQUANT, 2006). Diante destes acontecimentos, não apenas iniciais, mas que perpassaram o primeiro ano da pesquisa, foi possível perceber que estudar sobre a resistência desse grupo atravessaria também o significado do trabalho para eles, assim como buscar aprender com os mesmos já que, como Rosa ressaltou em uma de nossas conversas paralelas, “A gente aprende muito com as histórias de vida, né Mylena?”

Em campo, percebi que alguns desses trabalhadores também agem além das superestruturas, ou melhor, atuam politicamente, na medida em que criam estratégias para “driblar o jogo” da proibição do comércio de rua. No decorrer da escrita citarei várias outras, mas aqui destaco o caso de um ambulante que vende suas mercadorias dentro de um carro (provavelmente seu transporte) e que, caso aconteça alguma “batida” (momento em que os agentes de controle urbano chegam para apreender as mercadorias das ruas e calçadas), ele apenas guarda-as dentro do carro. A partir desse exemplo, podemos pensar na relação de propriedade e, além disso, quais os limites daquilo que é permitido ou não nesse campo.

Ao observar como esses trabalhadores organizam tais espaços, pude perceber as mais diferentes estratégias possíveis que vão, desde a utilização do corpo, como por exemplo, usar o produto seja ele uma roupa, óculos ou outro acessório, colocando-o à mostra na ideia de demonstrar sua utilidade, até a montagem de barracas específicas que propiciem a visibilidade do produto – como as bancadas que organizam os relógios e óculos, por exemplo, de forma que todos fiquem visíveis ao público. Contudo, mesmo que o fator consumo seja a mola propulsora, as estratégias de venda diferenciam-se, uma vez que os recursos são mínimos, muitas vezes sendo inclusive arranjos e improvisos, podemos afirmar.

Quanto aos métodos utilizados para a realização da pesquisa, seja no espaço específico, como a observação *in loco* e as entrevistas, ou a na busca de estudos já existentes e relacionados ao tema – além do levantamento bibliográfico, mas também análise documental, por exemplo –, tiveram que ser modificados. Ou melhor, o planejamento inicial foi radicalmente afetado devido a pandemia da covid-19¹² que teve seu ápice no país justamente no segundo ano da pesquisa. No mês de março de 2020, período que eu planejava dar início aos contatos preliminares para as possíveis

¹² O próximo tópico trará com mais detalhes a contextualização da pandemia, bem como suas consequências para a pesquisa.

entrevistas, foi recomendado e iniciado o isolamento social, sendo impedida inclusive de dar continuidade a observação *in loco* – essa durou cerca de oito meses.

Foi também durante esse período que eu tinha dado início a análise documental acreditando que “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2008, p. 295). Os primeiros, e únicos, locais visitados foram a Biblioteca Estadual da Paraíba, localizada no centro de João Pessoa, e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) que fica no campus I da UFPB. Somente após pesquisar em ambos e também algumas leituras sobre o tema em específico, descobri que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), localizado no centro, e a Biblioteca Juarez da Gama Batista, localizada no Espaço Cultural José Lins do Rego no bairro de Tambauzinho teriam mais informações precisas para a análise documental.

Porém, juntamente com o decreto do isolamento social¹³ esses locais foram fechados, e a análise documental teve de ser realizada por meios dos portais eletrônicos. O resultado foi bastante escasso. O principal meio eletrônico foi o site do jornal A União. O recorte dado foi para as reportagens noticiadas da década de 1990 até os nossos dias com a temática do comércio ambulante. Também passei a assistir às reportagens e ler as notícias somente por meio eletrônico. Apesar do isolamento social decretado foram noticiadas, não somente a nível local, mas também nacional, a atuação dos ambulantes mesmo com as medidas de restrição. Algumas dessas notícias serão aqui referenciadas para a compreensão da problemática proposta.

Poderia considerar que na pesquisa houve a transição de uma etnografia para uma netnografia, que por sinal há uma ampla discussão sobre tal, mas aqui entendida enquanto a observação do grupo estudado no espaço online¹⁴. Todavia, eu, enquanto pesquisadora, não quis fazer essa mudança por ter ciência de que os mesmos permaneciam no dito “offline”, no centro da cidade trabalhando e, inclusive, sofrendo as mesmas repressões além, é claro, dos riscos à saúde. E, por cumprir a medida de restrição, interrompi as idas a campo, apenas acompanhando as notícias, seja nos telejornais, ou por meio dos portais eletrônicos.

Confesso que foi um período bastante frustrante, na medida em que, por mais que a pesquisa precisasse continuar e, obviamente levar em consideração o período de isolamento social devido a pandemia da covid-19, as dificuldades foram incisivas, sobretudo pelo grupo estudado ser o comércio ambulante, o qual não teve recursos

¹³ Instituído a nível nacional e jurisdicional através da lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.

¹⁴ Sobre as diferenças e a polêmica sobre etnografia e netnografia, ler Polivanov (2013).

objetivos para cumprir o isolamento social assim como eu, enquanto estudante de mestrado tive¹⁵. Mas como dito inicialmente, os recursos metodológicos foram modificados para adequar-se à realidade única que foi vivenciada.

Com o plano de flexibilização dos serviços que se iniciou gradualmente no segundo semestre de 2020, o comércio ambulante voltou para ruas com mais intensidade, uma vez que não parou de atuar, mesmo com as medidas de isolamento social e que considerava legal apenas a abertura de serviços essenciais como supermercados e farmácias, por exemplo. Mesmo que eu pudesse voltar a campo neste momento para dar continuidade a observação *in loco* e a realização das entrevistas, não seria ético, tendo em vista que o vírus continuava a circular mesmo que a curva de contágio tivesse sido contida nos primeiros meses da pandemia, devido justamente ao isolamento social.

No mês de setembro de 2020, período inclusive que antecedeu as eleições municipais no Brasil, entrei em contato com as organizações coletivas que representam o comércio ambulante, não somente no centro da capital, mas a nível estadual, as quais são a AMEG-PB e o SINDAMBULANTES-PB. Ambas as entrevistas só puderam ser realizadas presencialmente, porém as escutas foram feitas sob os devidos cuidados com o uso de máscaras, distanciamento de 2m e uso constante do álcool em gel.¹⁶ As conversas foram fundamentais para compreender os conflitos existentes no âmbito do comércio de rua e, por ser um período eleitoral, acredito que favoreceu ainda mais o rumo das escutas, tendo em vista que foi um momento de nitidez sobre a não resolução dessa problemática a partir justamente das medidas da gestão municipal, a qual estava em disputa.

No mês outubro o número de contaminações aumentou novamente e, o método bola de neve (em cadeia) pretendido e já acordado com os representantes da associação e do sindicato, para a obtenção de uma amostra de casos típicos, foi impedido de ser continuado (SAMPIERI; COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2013). A pretensão era a realização de entrevistas com pelo menos cinco trabalhadores ambulantes, mas a estratégia de pesquisa teve de, novamente, ser readequada uma vez que estaríamos vivenciando um período pandêmico. Neste sentido, o método da entrevista foi utilizado

¹⁵ Evidentemente essa afirmação tem suas exceções, mas no geral os ambulantes dependem da venda de seus produtos para sobreviver. E no meu caso, que também há exceções, por ser bolsista pude continuar a realizar as atividades de forma remota.

¹⁶ A entrevista com o presidente do SINDAMBULANTES-PB foi realizada no próprio sindicato nos dias 02 e 04 de setembro de 2020. Enquanto que com a presidente da AMEG-PB foi realizada no dia 08 de setembro de 2020 em um espaço no prédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que foi concedido para a associação atender os trabalhadores da região centro, já que sua sede se localiza no bairro do José Américo.

apenas com as categorias representativas da categoria, sendo o último estágio da pesquisa e novamente voltado para o recurso da pesquisa virtual.

É nítido que a metodologia de pesquisa foi duramente afetada desde o início da sua execução com as modificações inerentes ao campo, e principalmente com a pandemia da covid-19, a qual afetou o mundo, trazendo consigo transformações antes inimagináveis e tampouco esperadas. Contudo, para dar continuidade ao estudo que teve seu início um pouco antes dessa fatalidade, foi preciso utilizar de estratégias secundárias, as quais de algum modo também afeta a resultante da pesquisa, mas que enquanto recursos nesse momento ímpar, foram fundamentais. O próximo tópico é um recorte dessa fase única que com certeza marcou nossa história.

1.5 A pandemia da covid-19 enquanto fator presente

Era meados de março quando a vivência, não apenas social, mas dada a relação entre objetividade e subjetividade, a nível individual também, modificou drasticamente. Era a pandemia da covid-19, momento nunca antes vivenciado, e intitulado popularmente de “corona”. Na história, tivemos sucessivas pandemias que afetaram a humanidade de forma drástica, dentre elas, a Gripe Espanhola e o vírus da imunodeficiência humana conhecido popularmente por HIV, ambos ainda no século passado e, recentemente a gripe suína intitulada como H1N1 (BITTENCOURT, 2020). Mas, o destaque vai para a forma como foi enfrentada a disseminação do vírus na sociedade

O isolamento social, recomendado pelas autoridades de saúde e pela comunidade científica, foi a principal estratégia utilizada para evitar uma maior disseminação da covid-19, e considerada enquanto principal diferença das pandemias que a antecederam. Os desdobramentos ocorridos por tal medida foram não somente acompanhados, mas vivenciados por todos nós. Dentre as consequências podemos destacar, juntamente com as mortes diárias causadas pelo vírus, o sofrimento do luto, a sobrecarga mental diante das transformações no cotidiano, como o home office¹⁷ por exemplo, distúrbios do sono e alimentares, além do aumento do desemprego e das pessoas em situação de rua.

Neste sentido, há vários vieses em que o estudo poderia ser dado com relação aos danos causados para as pessoas durante e após a pandemia covid-19. Contudo, o recorte aqui vai para as mudanças no setor econômico, mais precisamente nas relações

¹⁷ O termo, apesar de ser estrangeiro, foi viralizado durante a pandemia aqui no Brasil. Significa escritório em casa e, na prática, refere-se as pessoas que continuaram realizando suas atividades, porém dentro dos seus respectivos lares, o que muda totalmente a configuração das relações de trabalho até então estabelecidas.

de trabalho que foram, de fato, sem precedentes na história, modificadas. Transformações no sentido de relacionar-se e de interação. Como exemplo, os setores reconhecidos enquanto serviços essenciais¹⁸, os quais continuaram funcionando, modificaram toda a sua estrutura e forma de atuação, com uso obrigatório de álcool 70, máscara e distanciamento social de pelo menos 1,5 m.

A pandemia começou ainda no ano de 2019 na cidade de Wuhan na China. Sendo da família do coronavírus, a covid-19 tem como principal característica a Síndrome Respiratória Aguda Grave, a qual já perpassou outros surtos como a SARS-Cov em 2002 e Mers-Cov em 2012. Neste sentido, sendo intitulado também como SARS-Cov2, tornou-se uma pandemia na medida que foi amplamente disseminada por diferentes territórios a nível mundial (Ministério da Saúde, 2020). No Brasil, o primeiro caso foi datado em 25 de fevereiro de um homem que tinha viajado para a Itália (AQUINO; MONTEIRO, 2020). Atualmente são mais de 3 milhões de infectados no país e 100 mil mortes por covid-19.¹⁹

São dados alarmantes e que, desde o primeiro caso notificado, só aumentaram causando uma situação de pânico na população. Além de ser uma doença relativamente nova pois, mesmo tendo características semelhantes às outras SARS como aqui já citado, o vírus se modifica, não tendo uma cura, como um tratamento evidenciado cientificamente ou mesmo uma vacina para tal, vivemos em um país com uma série de precarização no Sistema Único de Saúde (SUS)²⁰. Neste sentido, o isolamento social foi regulamentado e amplamente aconselhado para evitar o contágio em massa, evitando assim que um maior número de mortes ocorresse.

É nesse contexto que a categoria trabalho vem à tona e será aqui problematizada. Trabalhar na sociedade é, podemos dizer, uma atividade central do ser humano (MAAR, 2006). Há uma discussão que perpassa essa perda da centralidade do trabalho na contemporaneidade, devido às mudanças na forma de produção e materialização da vida, acometidas pelas revoluções tecnológicas e logo, nos modos de sociabilidade. Contudo, para além de pensar na sociedade do trabalho, que neste caso é no sistema capitalista até então vigente, podemos pensar que o trabalho, enquanto atividade para

¹⁸ Através do decreto presidencial nº 10.282 datado de 20 de março de 2020, foram instituídas as regras para o funcionamento dos serviços tidos enquanto essenciais, como alimentação e saúde. Além das restrições para a sua devida atuação.

¹⁹ Esses números mudam constantemente e são atualizados no site do Ministério da Saúde. A média móvel de mortes causadas por coronavírus no Brasil nos últimos dois meses (junho e julho) vem sendo de 1000 por dia. Porém esses dados estatísticos variam de acordo com as cidades e regiões.

²⁰ Sobre a precarização na saúde, Maria Inês de Souza Bravo vem realizando vários estudos, os quais são fundamentais para a compreensão de como a mercantilização da saúde vem sendo construída historicamente e juntamente ao projeto neoliberal. Para mais informações ler BRAVO (2009).

garantir a subsistência, precede essa construção e acompanha a vida humana historicamente.

Então a questão que fica é: como as pessoas que dependem do trabalho para viver ficam com o isolamento social decretado? Neste caso a indagação cai diretamente sobre o modo de vida dos trabalhadores ambulantes que, precisam das ruas e das pessoas circulando para poderem mostrar seus produtos e, só assim, possivelmente vender e arrecadar um valor, comumente chamado de renda e popularmente chamado por eles de sustento²¹. De início, esclareço que não quero criticar essa medida de saúde pública comprovada cientificamente em ser resolvida, mas problematizar o contexto de trabalhadores que “vivem do trabalho”, ou seja, que se não trabalharem não têm renda para sobreviver no meio social, e que, com o isolamento, não estão tendo suas necessidades básicas atendidas.

Conseguir o sustento familiar, o que já era difícil em dias normais, agora ficou aparentemente impossível. A título de medidas institucionais para a proteção desses trabalhadores no contexto de pandemia, na cidade de João Pessoa, foi dada apenas a possibilidade de concessão do auxílio emergencial federal (Lei nº 13.982/2020), o qual não atinge sequer ao salário mínimo em vigência (\$1.045). Particularizo na cidade de João Pessoa, porque em outras cidades, a exemplo de Salvador o governo municipal também concedeu um auxílio de \$230 (Lei nº 9515/2020) para os trabalhadores informais que estavam registrados no banco de dados do município, valor que se somava aos \$600 concedido a nível federal.

Além de ser um valor consideravelmente baixo ainda há os percalços para a sua concessão e aquisição. A regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF) junto a inscrição ser realizada apenas pelo aplicativo no celular, foram algumas das dificuldades encontradas pelos trabalhadores que necessitavam urgentemente do auxílio e que tiveram seus pedidos negados, seja por não ter o CPF regularizado naquele momento, ou mesmo por não ter acesso a internet, tampouco o manejo para realizar seu pedido por essa via (IBIAPINA, 2020; SOPRANA, 2020). Tais situações apenas evidenciaram a tamanha vulnerabilidade que acompanha a vida desses trabalhadores.

Cabe aqui ainda continuarmos contextualizando a situação pandêmica que perpassou boa parte da realização dessa pesquisa. Um grupo que já é marcado por traços

²¹ A intenção dessa ênfase é para realmente chamar atenção ao termo utilizado. Ao procurar o significado da palavra sustento, trazemos enquanto sinônimos para sua explicação outros termos profundamente relevantes como resistência, equilíbrio e apoio. É imprescindível levar em consideração uma afirmação que, aparentemente pode ser tão simples, mas que tem um forte sentido, sobretudo no estudo aqui pretendido.

que configuram sua marginalização na sociedade, diante da pandemia da covid-19, esta foi não somente evidenciada, mas agravada. Com o isolamento social, muitos dos trabalhadores ficaram sem renda e, não conseguindo pagar as dívidas, somaram-se ao grupo das pessoas em situação de rua (CUT, 2020). Obviamente a pluralidade que já existia dentro do comércio ambulante, permaneceu durante a pandemia, sendo as estratégias utilizadas inúmeras, mas o que fica claro é o contexto de vulnerabilidade que perpassa a vida desses trabalhadores.

Particularizando para a realidade de João Pessoa, é possível afirmar que alguns ambulantes continuaram trabalhando mesmo com as medidas restritivas. Além de um vídeo divulgado em uma rede social de um repórter local ainda em 16 de abril de 2020 mostrando os ambulantes trabalhando na Lagoa²², por meu pai ser do grupo de risco devido a vários motivos, era eu quem ia quinzenalmente ver como estava a lanchonete, e passando pelas ruas do centro, as viam desertas, com exceção da lateral da Caixa Econômica Federal (Rua 13 de maio) que se somavam as filas gigantescas para a concessão do auxílio, alguns ambulantes vendendo os produtos, e na Lagoa, mais precisamente próximo a um hipermercado, também tinham alguns ambulantes trabalhando, porém em ambos locais – estratégicos por ter uma certa movimentação de pessoas – uma quantidade bem menor.

Ainda conversei com uma ambulante via aplicativo de mensagens e a mesma me contou que tinha voltado a trabalhar, mas parou novamente depois que a polícia militar passou ameaçando apreender as mercadorias caso a encontrasse trabalhando lá no local novamente. Neste mesmo período (meados de maio) a mesma juntamente com seu marido “abriu um ponto” na feira de Oitizeiro – fica no bairro Cruz das Armas na mesma cidade. Durante o período de isolamento houveram várias denúncias de que essa feira continuou acontecendo, assim como outras comercializações locais. Ainda em contato com a mesma trabalhadora, ela me informou que o que a “salvava eram os clientes já certos” que ligavam e ela realizava as entregas, mas que não poderia parar de trabalhar se não iria passar fome.

Sobre essa oposição entre trabalhar ou morrer de fome, aconteceu uma repercussão ainda no começo da pandemia a nível nacional com o lema “morre de fome ou de coronavírus”, seja com protestos nas ruas ou na internet, com as pessoas pedindo o retorno do trabalho alegando que dependiam do mesmo para sobreviver. Com recorte

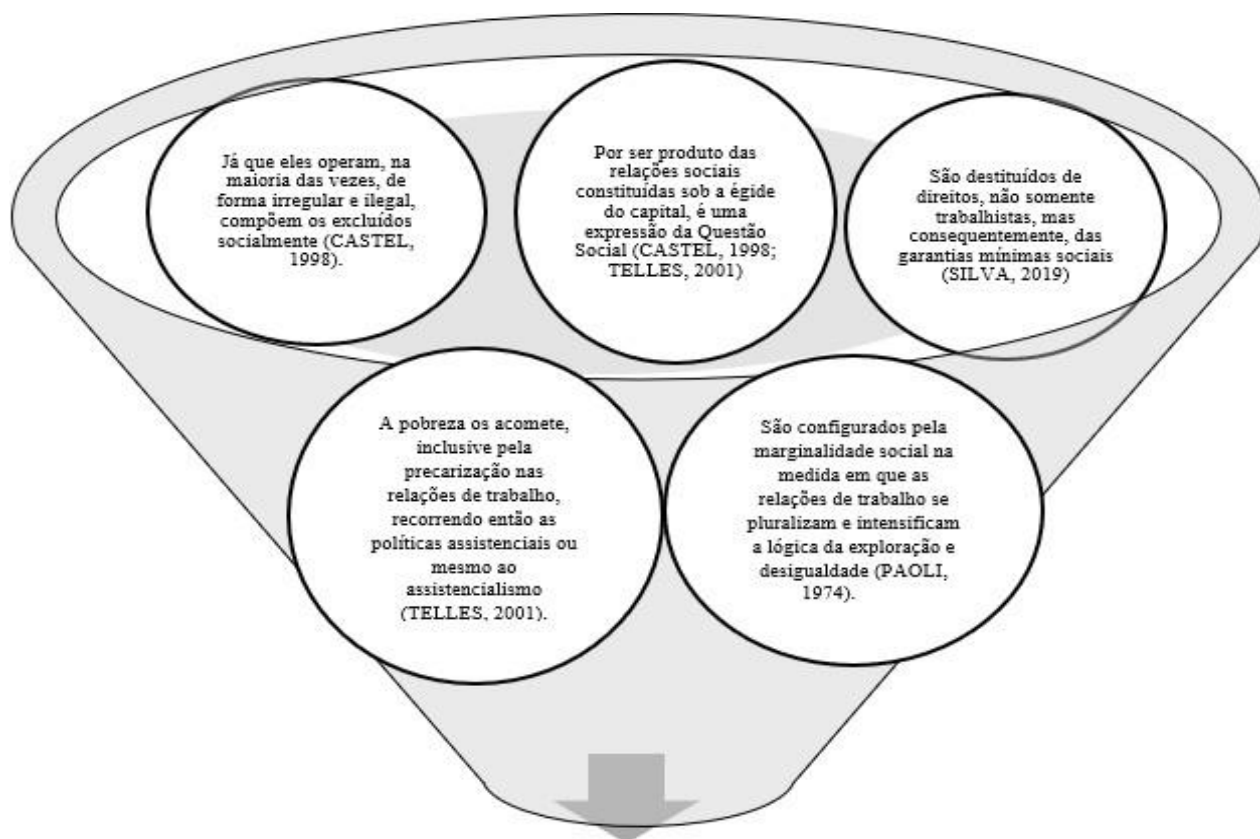
²² A notícia pode ser visualizada através do link <<https://www.expressopb.com.br/ambulantes-nas-ruas-autonomos-de-joao-pessoa-furam-isolamento-social-e-voltam-a-trabalhar-nas-ruas-do-centro/>> Acesso em 10 ago. de 2020.

para os ambulantes, em uma reportagem apresentada em 17 de março no Jornal Nacional, um trabalhador na cidade do Rio de Janeiro, ao ser entrevistado afirma que “ou morre do corona ou morre de fome”. É inegável que essa situação, que obviamente não é apenas dual, nem oposta, precisa ser problematizada. Aqui levaremos em consideração categorias que perpassam essa realidade a nível macro, representada pela ambulante participante desta pesquisa e pelo ambulante entrevistado no Rio de Janeiro.

Por vulnerabilidade, podemos compreender a partir do contexto social em que determinada pessoa está inserida, o não atendimento às suas necessidades sociais básicas (ROCHA, 2003). Então, na sociedade capitalista, diga-se de passagem do trabalho, uma pessoa que se encontra desempregada, ou até mesmo em uma situação precária de trabalho – seja principalmente devido a uma remuneração mísera ou por esta não cobrir todas as despesas que são demandadas para a sua sobrevivência em sociedade – está em um contexto considerado de vulnerabilidade. Esta categoria pode, e deve, ser ligada a exclusão (TELLES, 2001) e marginalidade social (PAOLI, 1974). A seguir, um breve esquema com tais características:

ESQUEMA 1 – Características de um contexto de vulnerabilidade²³

²³ Esse esquema foi feito a partir da interpretação das leituras realizadas. Não necessariamente os autores tratam apenas dessas temáticas, mas as desenvolvem paralelamente a outras. Todavia, aqui se faz necessário tais destaques para a compreensão da temática proposta.



Trabalhadores em contexto de vulnerabilidade

Fonte: Elaboração própria

Castel (1998) ao analisar justamente o período que marca o final da década de 1980 e início dos anos 1990 faz uma análise sobre a **vulnerabilidade em massa**, a qual é causada também pela reestruturação produtiva com as respectivas mudanças nas relações de trabalho. O desemprego e exclusão antes já existentes agora se atenuam, formando uma população de excluídos ainda maior, os quais não encontrando um meio de sobrevivência comum, neste caso o trabalho formal geralmente em fábricas, acabam por criar outras formas de sobrevivência, como o comércio de rua aqui abordado.

Em um contexto de pandemia numa sociedade, contudo, capitalista, é de esperar que o lema da vez seja recessão econômica, ou ainda mesmo popularmente chamado de crise. O Estado, enquanto atuante para o mercado e sob a égide neoliberal, continuará intervindo em decisões que são alusivas às grandes empresas, ao considerado grande negócio, uma vez que “[...] a principal função do Estado de exceção é garantir a fluidez do sistema do capital (geração de riquezas com concentração de renda) [...]” (ROIO; MARTINEZ, 2020, p. 55). O que não diminui a importância do comércio local para a dita recuperação econômica, logo, dos vendedores ambulantes. Se esses trabalhadores já

vinham enfrentando dificuldades para conseguir obter sua renda, no período pandêmico isso apenas agravou.

Os trabalhadores da rua são um grupo específico dos trabalhadores precários. Os vendedores ambulantes, para quem o «negócio», isto é, a subsistência, depende exclusivamente da rua, de quem nela passa e da sua decisão, sempre imprevisível para o vendedor, de parar e comprar alguma coisa. Há muito tempo que os vendedores vivem em quarentena na rua, mas na rua com gente. O impedimento de trabalhar para os que vendem nos mercados informais das grandes urbes significa que potencialmente milhões de pessoas não terão dinheiro sequer para acorrer às unidades de saúde se caírem doentes ou para comprar desinfetante para as mãos e sabão. Quem tem fome não pode ter a veleidade de comprar sabão e água a preços que começam a sofrer o peso da especulação (SANTOS, 2020, p. 17).

Particularizando mais uma vez para a cidade de João Pessoa, durante a pandemia, esses trabalhadores apenas dependeram da concessão do auxílio emergencial federal, não tendo nenhuma ação específica a nível municipal ou mesmo estadual. Em entrevista concedida à rádio Sanhauá AM 1280 em 31 de julho de 2020, a representante da AMEG-PB, informou que logo após o decreto do isolamento social, foi apenas proibida a atuação dos trabalhadores, não tendo nenhuma alternativa do poder público para proteger essas pessoas. Durante cerca de 5 meses foram ofertadas cestas básicas pela gestão municipal (1 vez) e pela gestão estadual (2 vezes) (MEDEIROS, 2020).

Então vê-se, a partir das condições econômicas que lhe foram impostas, a acentuação da vulnerabilidade. Quando pensamos em uma família que depende do trabalho para garantir seu meio de subsistência, percebemos a centralidade do trabalho e, mais que isso, que vem ocorrendo modificações nas relações de trabalho, sobretudo com a defasagem dos direitos e garantias trabalhistas, além das transformações sucessivas no modo de governo devido ao viés neoliberal aqui já citado. A polêmica do “morrer de fome ou de coronavírus” é real e atinge diretamente esses trabalhadores.

Em meio a tantas incertezas, uma certeza: enquanto persistirem estes padrões de desigualdade, são os trabalhadores, suas famílias e comunidades que vão sucumbir à COVID-19. Estão sendo empurrados a uma escolha perversa e mentirosa entre a atividade econômica, assegurando o alimento, ou o isolamento social, garantindo a sobrevivência. Mas, que economia se salva quando não há mais trabalhadores para fazê-la funcionar? O Brasil tornou-se laboratório de um experimento totalitário neoliberal. É preciso quebrar os padrões das desigualdades antes que nos quebrem! (MARTINS, 2020, p. 4)

A autora termina o texto com essa afirmação, a qual queria enfatizar diante da contextualização das circunstâncias aqui elencadas. Estamos diante de uma crise não somente sanitária, mas também econômica, na qual os vendedores ambulantes é um dos grupos que saem mais prejudicados pois, além de não terem uma renda mínima

garantida, estão inseridos em um contexto de auto responsabilização pelos seus direitos e garantias – não somente trabalhistas, mas também sociais – que os acompanham em suas trajetórias de vida. Neste momento, não cabe a afirmação de que “é um novo tempo”, que teremos de lidar com o “novo normal”, mas sim de problematizá-las a partir de quem irá “se encaixar” nas mesmas.

Ainda ao conversar com Rosa durante a pandemia (meado de maio), a mesma comentou sobre uma das estratégias que foi proposta pelo SINDAMBULANTES-PB, onde seria possivelmente criado um site para a mostra e venda dos produtos destes trabalhadores, mas ao mesmo tempo, ela mesma trouxe a questão de como realizar a manutenção da plataforma tendo em vista que essas pessoas não possuem manejo desse tipo de comercialização, alguns não possuindo sequer acesso à internet. Com esse exemplo, podemos pensar como a adaptação ao “novo normal”, proposta tão em voga durante a pandemia, também pode ser excludente, não levando em consideração as especificidades que cada trabalhador possui. Inclui também nesse alento, além das readaptações dos trabalhadores, às novas modalidades de emprego e renda, e como percebido, nem todos irão se encaixar nesses novos moldes, como exemplo ao home office e as vendas virtuais.

É importante ressaltar as estratégias de prevenção, uma vez que a melhor estratégia de enfrentamento a covid-19 é a prevenção. No texto divulgado pelo governo do estado da Paraíba intitulado “Recomendações para o ‘novo normal’ Paraíba”, há uma série de protocolos a serem seguidos para a volta das atividades. E dentre estas algumas que não foram pensadas para o comércio de rua, como por exemplo, o monitoramento de casos, no qual o trabalhador deveria criar um canal online para que seus clientes relatassem (anonimamente) se teve os sintomas do vírus ou mesmo o contraiu (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2020).

A volta dos serviços foi ocorrendo aos poucos e de acordo com cada gestão municipal a nível de Brasil. Em João Pessoa, a retomada das atividades teve início em junho. Através do Plano de Flexibilização, a cada 15 dias, caso os números de infectados e mortes por covid-19 mantivessem relativamente estáveis ou até diminuíssem, novos setores poderiam retomar suas atividades com as devidas medidas de prevenção. Os ambulantes, juntamente com as feiras livres, em tese continuariam sem funcionar durante a primeira e segunda etapas, sendo nas terceira e quarta etapas divulgados novos protocolos (G1-PB, 2020). O que na realidade, particularizando para os ambulantes, alguns deles já estavam trabalhando durante o isolamento e acompanharam a volta do comércio e setor de serviços.

Os novos protocolos especificamente para os ambulantes não aconteceram. As medidas divulgadas foram para o setor de comércio e serviços como um todo. Bem como a fiscalização, não podendo extrapolar o horário estabelecido de 9h às 15h inicialmente e mantendo o uso de máscaras, diminuição da capacidade de pessoas dentro das lojas e distanciamento social, foram específicas nas lojas, ficando os ambulantes sem uma assistência inclusive para a prevenção do vírus entre eles e os possíveis clientes. Mais uma vez é nítida a invisibilidade que perpassam o cotidiano desses trabalhadores. E o que fica é um agravante, uma vez que, além de sofrerem os riscos no âmbito econômico agora também da saúde, se arriscando diária e duplamente (SILVA, 2020).

Quanto ao número de pessoas contaminadas e mortas pela covid-19 em João Pessoa, continuaram variando. Como dito aqui, desde a primeira contaminação ainda em fevereiro deste ano, diariamente pessoas foram infectadas e morreram devido ao vírus. Ainda é preciso levar em consideração os casos que são subnotificados devido a diversos fatores, inclusive pela falta de testagem na população²⁴. Entretanto levando em consideração as estatísticas, sobre a estabilização ou diminuição do número de casos em João Pessoa após a flexibilização, no que concerne ao número de infectados este diminuiu, porém o número de mortes aumentou “sendo registradas 33 mortes a mais, quando analisado o mesmo período de tempo.” (BRITO; CARNEIRO, 2020, p. 1). Abaixo uma melhor explicação desses dados, ainda de acordo com a notícia referenciada:

²⁴ No Brasil, até o dia 10 de maio, foram feitos 1597 teste a cada 1 milhão de habitantes de acordo com os dados da Worldometers, ou seja, o número bem abaixo do satisfatório. Os dados atualizados podem ser vistos no mesmo site.

GRAFICO 1 – Número de casos da Covid-19 antes e após a reabertura do comércio



- **Antes da reabertura do comércio**, de 13/06 a 13/07:
9.092 casos e 237 mortes registrados
- **Depois da reabertura do comércio**, de 14/07 a 13/08:
7.033 casos e 270 mortes registrados



Até o término dessa pesquisa, a pandemia da covid-19 continuou. Entretanto, é válido ressaltar que o recorte dado para a escrita desse tópico foi de 6 meses – março a agosto de 2020 – período pandêmico, no qual o isolamento social foi a única alternativa comprovada cientificamente para evitar o contágio em massa pelo novo coronavírus. Contudo, como se pôde observar no realizar da pesquisa, o comércio ambulante continuou atuando, não somente no centro de João Pessoa, mas a nível de Brasil, já que em várias outras reportagens também foi denunciado a permanência dessa atuação, mesmo com as medidas restritivas e isolamento social.

Juntamente com o “morre de fome ou de corona”, desde o início da pandemia também foi muito afirmado que “o vírus é democrático” e, com o isolamento social como principal estratégia para a prevenção, o lema da vez foi “fique em casa”. Mas como afirmar que o vírus é democrático se algumas pessoas estão mais suscetíveis, ao

passo que estão expostas diariamente para poderem adquirir uma renda? Como usar do imperativo “fique em casa” se há pessoas trabalhadoras que precisam sair das suas casas todos os dias para conseguir o sustento e inclusive manter suas casas? São dilemas que ultrapassam a dualidade e as oposições e que precisam ser pensados no caso específico dos ambulantes.

Finalizo a escrita desse tópico com um grande pesar, inclusive por ter feito uso de dados online e não necessariamente estar mais em campo, atuando na idealizada etnografia. Nesse período fiquei impedida de realizar a pesquisa presencialmente, mesmo sabendo que eles estavam lá trabalhando. Acredito que, o fato de ter contraído o vírus e até perder um parente para a covid-19 aconteceu não somente comigo, mas com vários outros trabalhadores ambulantes também. Não está sendo um período fácil. E seria muito genuíno pensar que a crise sanitária e econômica passará brevemente. Mas não podemos perder a esperança de que “vai ficar tudo bem”.

Capítulo 2

Contextualizando a existência do comércio ambulante

Pensar nos modos que se constitui um comércio de rua/ambulante é necessário para a compreensão da sua permanência na sociedade contemporânea e as mudanças que o acompanham. Por vezes, essa permanência mutável aqui enfatizada não é perceptível para aqueles que ali estão de passagem, ou mesmo que são consumidores desse modo de compra e venda. Mas ao realizar uma análise sociológica, sob a égide de uma perspectiva histórica e levando em consideração as pessoas que agenciam tais modificações, percebemos os processos que estão envolvidos para que esse tipo de trabalho persista em nosso meio.

Neste sentido, perceber a forma como a cidade se desenvolveu é fundamental, assim como o comércio local e as mudanças nas relações de trabalho constituídas nesse território. E, ao analisar a consolidação capitalista por meio da economia formal, da reestruturação produtiva e obviamente das suas problemáticas – como a crise financeira, por exemplo –, consequentemente iremos perceber como a informalidade, com destaque para o comércio ambulante, os conflitos e desigualdades são produzidos no mesmo ambiente.

Dividindo então o mesmo espaço, porém sendo produzido pelas **margens**. Termo bastante utilizado, sobretudo no campo da antropologia e com destaque para os estudos de Telles (2013), para abordar não somente as questões em si, mas as pessoas que as vivenciam, e que diretamente são marginalizadas. Ou seja, fazem parte do todo, mas de certa forma são excluídas/má incluídas, segregadas e aparentemente atuam de forma independente, como é o caso dos trabalhadores ambulantes que, não participando das formas de trabalho comuns e regulamentadas, acabam por criar um próprio meio de trabalho, específico e que é não somente construído, mas organizado e dirigido pelos próprios trabalhadores que dele vivem.

Neste sentido há, de fato, uma correlação nas realidades que são constituídas e, por mais que pareçam soltas e sem vínculos, estão amplamente interligadas ao passo que, tais atuações são interdependentes. Perceberemos mais adiante, ao analisar características que vão desde a economia na América Latina, como tais aspectos influenciam no trabalho do vendedor de óculos na esquina do Parque da Lagoa no centro de João Pessoa, por exemplo.

Mas até que ponto estas determinações de coibição a nível de espaço intervêm e influenciam em um campo que possui uma certa autonomia para o seu funcionar? Se

pensarmos numa luta coletiva – que também se caracteriza enquanto uma luta política –, problematizamos o que de fato está em jogo e quais as forças que compõem tal processo. Há nitidamente uma relação desigual se compararmos não apenas as intenções, mas a forma como se dá tal luta. A irregularidade e, conseqüentemente, a proibição do comércio ambulante de João Pessoa traz à tona questões emblemáticas que perpassam a ideia não somente de dominação, mas também de separação e desigualdade dentro desse espaço. Pensando então nas atuações do poder público:

[...] elas têm efetivamente como objeto a *construção de grupos homogêneos de base espacial*; ou seja, uma *segregação social* que é simultaneamente causa e efeito da posse exclusiva de um espaço e dos equipamentos necessários ao grupo que o ocupa, e à sua reprodução. (A dominação do espaço é uma das formas privilegiadas do exercício da dominação, e a manipulação da distribuição dos grupos no espaço foi sempre colocada a serviço da manipulação dos grupos – pensa-se aqui particularmente nos usos do espaço pelas diferentes formas de colonização) (BOURDIEU, 2013, p. 138).

E é nesta perspectiva que abrimos o leque para a discussão do trabalho informal, tão em voga atualmente. Para além de uma dualidade formal e informal, também há uma dialética construída, na qual uma não exclui a outra, mas ocupam também o mesmo espaço. Mesmo que haja locais propícios para que a informalidade ocorra – como na América Latina, por exemplo, devido às consequências drásticas do neoliberalismo para esse território (CAMPOS, 2017) –, e mesmo sendo entendida enquanto uma modalidade não tipicamente capitalista (AZEVEDO, 1981; 1984), esta existe dentro da sociedade capitalista. É necessário então compreender que “la ciudad ilegal e informal, estructuralmente, conforma una unidad com la ciudad legal y formal” (COCKBURN, 2019, p. 106).

Pensando nessa unidade e no fazer política, no sentido de produção a nível micro, será aqui creditado o papel dessas pessoas na sociedade, na medida em que, enquanto agentes sociais, na sua atuação cotidiana enquanto trabalhadores ambulantes engendram o espaço e, “tais ações locais não ficam apenas no local, uma vez que são capturadas, representadas, comercializadas, distribuídas e generalizadas em outros lugares” (URRY, 2013, p. 59). Nesta perspectiva, este capítulo, assim como toda a escrita, remeterá a essa construção social dialética em que não somente o Estado intervém, mas os agentes sociais, a nível coletivo, constroem a realidade, sendo ambos influenciados e influenciáveis (BOURDIEU, 2007).

2.1 A relação cidade e comércio

Certamente, mesmo que o foco seja cidade a nível de urbanidade, com os processos tecnológicos e transformações econômicas e governamentais, e como há uma ligação da sua intensificação com o comércio ambulante, a ocupação das ruas será de principal destaque, tendo em vista que é nesta parte que acontece a construção dessas relações mercantis. A comercialização dos produtos, que por sinal adquirem, cada vez mais, novas modalidades, também se dá pelas margens. Por mais que as dinâmicas ultrapassem o comércio local, com as vendas pela internet e as compras internacionais até, por exemplo, estas existem tradicional e marginalmente (PAOLI, 1974).

Por se tratar de uma relação que não é apenas tradicional, mas também marginalizada e local, é preciso adentrar no debate sobre quem as ocupa e quem as consome. A relação de desigualdade de classes está intimamente ligada a esse contexto (DANTAS, 1997). Obviamente, como afirmamos anteriormente, não há uma generalização para a contemplação de todas as pessoas ali envolvidas, mas podemos pensar, inspirados em Bourdieu (2004b, p. 160), que “o espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida” E, sendo assim, de um modo geral, afirmar que os trabalhadores ambulantes são marcados historicamente por processos de exclusão social – ou má inclusão – que perpassam os marcadores sociais da diferença a saber: classe, raça e gênero²⁵, assim como as pessoas que fazem uso desse tipo de comercialização.

Em termos conceituais, além de ser o ponto que se concentra no meio, o centro é o local que abarca um maior número de pessoas e de estabelecimentos comerciais. Mas, como essas modificações e expansão do urbano são relativamente recentes, no Brasil datadas do final do século XIX e início do século XX a depender da região, e aqui na Paraíba entre as décadas de 1970 e 1980 (OLIVEIRA; SILVA, 2016), há expressões históricas que se perpetuam, como, por exemplo, o objeto dessa pesquisa que é o comércio de rua.

Tal processo comprova-se através das ações políticas voltadas para a expansão da cidade apenas nas décadas de 1960 e 1970. Este fato acaba por transformar o espaço físico-social da cidade, resultante da recente industrialização e para aquela época, da modernização urbana. A partir de

²⁵ Marcadores sociais da diferença é um campo específico das ciências sociais que trata a desigualdade existente nas relações entre indivíduos na sociedade. Aqui em destaque as linhas classe, raça e gênero, as quais podem se desdobrar para outras problemáticas que perpassam essa característica que perdura na sociedade contemporânea.

então, ao centro da cidade restam apenas fins comerciais, surgem posteriormente novos “centros comerciais” como o Bairro de Mangabeira, e a orla, a utilização do turismo e do lazer como fins principais. Mesmo descentralizada, a cidade após 1980 até os dias atuais passa a não ser mais uma cidade eminentemente fluvial, como já fora no passado para ser uma cidade marítima (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 11).

Ainda que o comércio ambulante venha ocupando outros espaços e descentralizando-se, assim como todo o comércio da cidade, o foco maior permanece no centro. Isso porque há, até os nossos dias, nesse espaço uma grande concentração de lojas, bancos, escritórios e até mesmo o enorme fluxo dos ônibus coletivos que circulam por toda a cidade. Isso tudo devido ao processo histórico de formação da cidade, e logo, do centro, o que faz com que permaneçam uma grande concentração de serviços, incluindo o comércio ambulante. Sobre essa questão cultural e sobre as retiradas dos vendedores ambulantes, em especial de frutas e verduras, é válido trazer parte da entrevista com o presidente do SINDAMBULANTES-PB, que afirmou:

(...) Aí o pessoal: não, mas fruta é no mercado, verdura é no mercado. É gente. Mas a gente tem uma cultura que foi criada há 60 anos atrás que era as frutas na rua. De que forma? Esses hospitais infantis como Rodrigo de Aguiar, AMIP entre outros, o pessoal quando vinha visitar as crianças passava ali no centro pra comprar uma uva, uma maçã, uma pera... Porque era uma fruta que poderia ser levado para as crianças. Então hoje também pode ser criado um projeto pra essas famílias (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Neste momento, perguntei se neste caso seria uma questão de tradição, tendo em vista sua fala rememorando práticas histórias, e como no discurso dele mesmo afirma, cultural. Com consequência então, a indagação de o porquê o centro ser mais ocupado, na medida em que tais contextos históricos também viabilizam tal ocupação:

Sim. É tradição. Não é uma questão de o pessoal: ah eu vou porque tem quer ir. Não. É uma cultura. (...) O centro é mais ocupado porque é o seguinte é tipo assim: vamos olhar pela sua função na profissão que você tá exercendo hoje você se interessaria em instalar um escritório, no caso um consultório nas proximidades de mecânico ou nas proximidades de policlínica? De policlínica, não é?! Então o ambulante ele procura tá nas proximidades onde circula o maior fluxo de pessoas. A onde tem o embarque e desembarque de transporte. A onde tem uma grande loja que chama clientela, ou num supermercado que envolve um incentivo de ter um fluxo maior de pessoas. Porque o nosso produto é vendido pelo que vê e não pelo que procura (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Além de um outro fator importante que é a criação dos shoppings populares, sendo todos até então nesse mesmo bairro, os quais foram criados justamente com a

intenção de alocar os vendedores ambulantes. Mesmo não sendo o fenômeno aqui pesquisado, é válido lembrar como funcionam os shoppings populares – até porque há uma ligação profunda entre os diferentes tipos de comércio que se localizam no centro. As discussões, planejamentos e execuções dos primeiros shoppings populares são datados do final dos anos 1990. A intenção primária da criação desses shoppings populares, de acordo com as falas dos representantes governamentais, é de organizar o comércio ambulante, não somente retirando-os das calçadas e das ruas, mas de melhorar a qualidade das relações comerciais de um modo geral.

Na entrevista realizada com o representante da SERDURB-JP, foi comentado sobre a criação dos shoppings populares e como se dá a alocação dos trabalhadores nos mesmos. Há um registro das informações que é feito no órgão – o trabalhador pode ir lá fazer o seu cadastro – com os dados dos ambulantes, o que forma uma fila de espera para a contemplação dos boxes que compõem os shoppings. Além da possível criação de outros shoppings, há também modificações nos existentes. Ou seja, à medida que ocorre também a desocupação pelos mais diversos motivos possíveis, inclusive por ter um box e está atuando na rua, as pessoas que estão cadastradas são alocadas. Nesse sentido, é um trabalho contínuo da SEDURB-JP a manutenção desse serviço.

Até então, alguns foram abertos, inclusive dois, sem êxito, fecharam. Isso porque não eram bem visitados e conseqüentemente não movimentados, o que dificultava a aquisição da renda dos trabalhadores através da venda dos produtos. Vale frisar que todos foram construídos no centro de João Pessoa, e nesse sentido a importância desse espaço para as relações econômicas e comerciais. Permanecem atualmente cinco shoppings populares em funcionamento sendo três de execução municipal e dois estadual.

Atualmente as opiniões se dividem quanto a esse tipo de iniciativa política e o comércio de rua permanece, e inclusive se atenua, em nossos dias. Apesar de ser uma política pública que intenciona de fato regulamentar os serviços oferecidos pelos trabalhadores de rua, além de organizar as relações de trabalho, possui suas problemáticas. Além de não contemplar a todos, é necessário pagar uma taxa mensal (que embora pareça pouco, nem todos têm condições de pagar) e ainda assim alguns espaços não são estratégicos ainda dentro dos shoppings – por exemplo, uma loja que fica no final do corredor ou no primeiro andar será menos visitada e percebida que um banco na rua.

Certamente as decisões da gestão pública com relação às reformas e organização do espaço público é baseada em relações de poder, o que deixa a desejar sempre uma

parte da população na medida em que nem todos, ou melhor a minoria que é contemplada. A partir desse contexto, concordamos com o posicionamento de Leite (2002) ao afirmar que:

Com essa hipótese, parto da premissa que essa reativação dos usos públicos dos espaços urbanos pode ou *não* resultar na construção de um espaço público, no sentido de se constituir como um local de dialógica interação política e exteriorização dos conflitos e das discordâncias. Todo espaço urbano é antes uma *public property* (Gulick, 1998): nele podem ser instituídos, ou não, práticas sociais que venham a caracterizar a dimensão propriamente política dos espaços públicos (LEITE, 2002, Pp. 116).

Neste sentido há, por trás da organização citadina, evidentemente decisões políticas. Decerto essas deveriam incluir toda a população desse espaço. Contudo, por vezes, as decisões tomadas para tal organização geram conflitos, como no caso do cumprimento da proibição do comércio de rua. Interessa nesse momento compreender o porquê de, mesmo com tais determinações e mudanças, os ambulantes continuam atuando em um espaço público –que também é deles – além de essa forma de uso ser ilegal, se desdobrando em diversas opiniões, posicionamentos e conflitos.

Neste sentido, o fazer cidade lido a partir dos escritos de Agier (2015) juntamente com o direito à cidade bem abordado por Lefebvre (2001a), é uma discussão que dialoga diretamente com esse processo que ocorre no centro de João Pessoa – com recorte aqui para os últimos 30 anos devido a justamente ser nos anos de 1990 o início das discussões e planejamento para a alocação dos ambulantes em shoppings populares, mas que sua atuação iniciou há um longo tempo atrás, juntamente com as relações comerciais. Percebe-se uma cidade que é “feita essencialmente de movimento” (AGIER, 2015, p. 484) e que numa união de contradições se constitui e se desenvolve. Neste sentido, o Estado – neste caso aqui representado pela gestão municipal através da SEDURB-JP através dos agentes de controle urbano –, intervém e legisla, atuando juntamente aos trabalhadores ambulantes, que também constroem esse espaço continuamente.

Se percebermos quais os produtos que são vendidos no comércio de rua, estes são modificados sincronicamente aos que são vendidos nas lojas, sejam as locais ou mesmo as multinacionais, já que “o mercado reorganiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de status” (CANCLINI, 1997, p. 285). Contudo, é preciso enfatizar que, mesmo que haja essas relações de dependência entre o comércio de rua e local e a econômica global, estas diferenciam-se por vários motivos, sobretudo no que concerne ao comércio ambulante que, mesmo que venda os produtos de modo

semelhante, faz parte do “terreno incerto em que operam as ‘mobilidades laterais’ de trabalhadores que transitam nas fronteiras borradas entre o trabalho, expedientes de sobrevivência e o ilícito” (TELLES, 2010, p. 173-174). Além disso, não possuem os mesmos direitos e garantias trabalhistas e, por vezes, sequer são reconhecidos enquanto trabalhadores, devido a estigmatização histórica que os perpassam e as problemáticas que é de ocupar um espaço público para poder adquirir uma renda enquanto meio de subsistência. Como ressalta Castells:

La articulación del modo de producción capitalista a la escala mundial quiere decir que es el modo de producción dominante en el seno de una red articulada de formaciones sociales interdependientes caracterizadas por relaciones de poder asimétricas entre las distintas clases y bloques de clases. Es decir que este conjunto — sistema imperialista— está caracterizado por una *cadena* y por *eslabones* de esta cadena, articulados entre sí con mayor o menor fuerza (de ahí, el “eslabón más débil” y la significación de esta teoría para la transformación de la cadena en su conjunto). Así, la diferencia de las situaciones sociales observadas no es más que la expresión específica del lugar diferencial ocupado en el conjunto de la cadena. De forma que es imposible establecer una diferenciación puramente dicotómica entre “dominantes” y “dependientes”. Es necesario, por el contrario, efectuar un análisis diferencial de cada formación social, situándola con respecto al conjunto de la cadena y deduciendo de esta posición específica la articulación particular de las relaciones sociales que la integran (2014, p. 14).

Diante dessa exposição, podemos contextualizar a situação do comércio ambulante no centro de João Pessoa e perceber como este relaciona-se com demandas externas e, por mais que a repressão seja característica marcante, outras também lhe configuram enquanto uma atividade intrínseca ao modo de vida cotidiano, que podemos classificar enquanto urbano e capitalista. É um fenômeno que persiste mesmo com tamanha adversidade, seja pela via econômica ou mesmo pela via da ilegalidade.

2.2 O trabalhar na rua e a questão da informalidade

Alguns aspectos da organização territorial precisam ser considerados para entender o porquê da existência do comércio ambulante, bem como seu processo de desenvolvimento. Serão utilizados aqui alguns escritos embasados na teoria marxista, tendo em vista a sua capacidade de explicação para a construção da sociedade sob a égide do trabalho. E, por mais que, de fato, algumas explicações já não condizem com nossa realidade atual – como a categorização da classe trabalhadora, por exemplo –, tendo em vista inclusive as constantes transformações societárias que nos acompanham, a compreensão da sociedade à luz da teoria social crítica será fundamental para a análise do meio que se trata: centro de João Pessoa.

Perceber como o sistema capitalista molda não apenas as relações de produção, mas consequentemente os modos de vida será fundamental para entendermos como o comércio ambulante, mesmo sendo uma atividade não tipicamente capitalista, não somente existe, mas persiste. Sabemos que o comércio, enquanto forma de consumo final na qual se dão as relações de compra e venda, considerado enquanto “a ponta” da produção, é necessário para a manutenção do capital e, sendo o comércio ambulante além de uma atividade informal, uma relação comercial, ele faz parte desse sistema (LEFEBVRE, 2001b).

Resta, em termos descritivos, apreender como que o mesmo participa das atividades comerciais e logo, do desenvolvimento local. É neste ponto que focaremos na região escolhida: centro de João Pessoa. Não negando a possibilidade de o comércio ambulante desta região influenciar na economia, como no Produto Interno Bruto (PIB), regional ou mesmo nacional, por exemplo. Mas, por não serem contabilizados, muitos deles não serem registrados enquanto trabalhadores por conta própria – de acordo com a nomenclatura e consideração dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, não pagarem impostos e até adquirirem as mercadorias de forma ilícita/ilegal, acabam que não sendo reconhecidos enquanto participantes desse processo, nem mesmo enquanto trabalhadores (TELLES, 2010).

Nesse sentido, essa relação específica não pode ser considerada diretamente enquanto um processo de exclusão social. Talvez estejam mal incluídos socialmente ²⁶, sendo produzidos aparentemente de forma espontânea e autônoma, mas é difícil afirmar, em parâmetros históricos e funcionais, que o comércio ambulante não faz parte da produção capitalista, logo das relações socioeconômicas existentes. Ele intervém na dinâmica comercial e da cidade, uma vez que ocupa as ruas, fazendo uso do solo público, participando do cotidiano das relações de trabalho estabelecidas naquele espaço, não somente entre si, mas com outras categorias de trabalho também, como os comerciantes e comerciários, por exemplo, influencia na variação dos valores dos produtos participando da concorrência comercial e entre outros pontos que configuram uma atividade comercial (PUEBLA, 2007).

No caso da América Latina, pensando além da teoria da dependência ou marginalidade (MARINI, 1990), podemos levar em consideração a forma com que os

²⁶ O conceito de exclusão é comumente utilizado no campo das ciências humanas para classificar grupos que são estigmatizados, segregados e não categorizados que acabam não participando “ativamente” da sociedade. Entretanto, este termo pode ser usado com um significante vazio ou mesmo mal elaborado. Sobre este tema, ler Oliveira (2004). Já o conceito de mal incluídos produzido pelo poeta GOG (2014) é aqui ressaltado uma vez que considera que estas pessoas participam da sociedade, e assim estão incluídos, problematizando então o modo que tal participação é dada.

países latino-americanos receberam as transformações capitalistas, ou melhor como o Estado interviu (ou não) nas relações de produção (LAUTIER, 1993). Cientes da heterogeneidade que perpassa o país e ainda mais o continente, precisamos considerar outras demandas, além da industrialização tardia, bem como do subdesenvolvimento que perpassa esse território, que influenciaram na pluralidade das formas de trabalho, inclusive naquelas não regulamentadas, como o comércio ambulante. A informalidade não somente perdurou, assim como ultrapassou em números a formalidade²⁷, uma vez que:

La estructura sociopolítica latinoamericana es de gran heterogeneidad y una enorme desigualdad. Los más de 30 años de predominio neoliberal han atomizado y polarizado las sociedades en la región. Los sectores populares son muy diversos, y también la naturaleza de sus reclamos y capacidades de representación política (MARTÍNEZ, 2012, p. 129).

Neste caso, em estudos que remetem a territórios latino-americanos, será imprescindível ressaltar a heterogeneidade e pluralidade que compõem as dinâmicas de trabalho. Sobretudo quando se trata de informalidade, já que é um conceito que por si só, no campo da literatura, se encontra a partir de diversos vieses, ao ponto de não termos um consenso para a sua compreensão na teoria contemporânea (PERES, 2015; SILVA, 2002). Importante destacar que o conceito de informalidade ainda é objeto de entendimentos plurais e emergentes sobre seu significado devido às suas imensas variações e distintas abordagens (ULYSSEA, 2005; VÉRAS DE OLIVEIRA; GOMES; TARGINO, 2011).

Como a informalidade, enquanto setor e economia, engloba outras categorias de trabalho, não será interessante aqui fazer uma reestruturação do seu entendimento, mas enfatizar algumas de suas características para a categoria aqui abordada que é o comércio ambulante. Ainda que seja importante entendê-la para além da oposição entre formal e informal, concordamos com Noronha (2003, p.111) que “[...] o significado de ‘informalidade’ depende sobretudo do de ‘formalidade’ em cada país e período”.

Sendo que a formalidade no mundo do trabalho contemporâneo refere-se basicamente ao assalariamento com registro na carteira de trabalho no Brasil e aos direitos trabalhistas associados à sua posse. Historicidade muito bem colocada por Castel (1998) quando mostra que mesmo a valorização da condição de assalariado é algo historicamente delimitado, tendo se tornado a matriz base da “sociedade salarial” moderna nos anos de 1960.

²⁷ De acordo com um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado em maio de 2020, 54% dos trabalhadores da América Latina, juntamente com o Caribe, estão na informalidade.

Algumas percepções, como a de Silva (2002), caracterizam o mercado informal como toda atividade laboral que não é regulada pelo Estado. Todavia, no caso dos ambulantes, como mostraremos neste trabalho, não podemos afirmar que o poder público está totalmente ausente, haja vista sua atuação constante na forma de policiamento e de repressão (CARDOSO, 2014). A informalidade, apesar de sua diversidade de formatos, é associada muitas vezes à situação de precariedade vivida (ANTUNES, 2011). Ainda que com ressalvas devido ao contexto dos países de capitalismo avançado (STANDING, 2013), o sociólogo Ruy Braga destaca seu papel precursor de chamar a atenção para o “espírito de toda uma época” marcado pelo que denomina de sombra do precariado, entendido como “[...] um grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho” (BRAGA, 2014, p. 37).

Enquanto característica comum à informalidade, é importante considerar as formas de relacionar-se “não tipicamente capitalistas” (AZEVEDO, 1981;1984). Para um melhor entendimento dessa expressão, vejamos essa explicação:

Sendo assim, são informais os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo. O conjunto destas unidades de produção compõe a economia informal. Nelas, há uma separação reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção (o proprietário trabalha diretamente na produção com a ajuda frequente de familiares e, em alguns casos, com poucos assalariados). O trabalho assalariado não constitui a base do funcionamento dessas unidades. As unidades produtivas informais não são plenamente capitalistas também porque a taxa de lucro não é a variável-chave de seu funcionamento e sim o rendimento total de seu dono. A prioridade é a manutenção da família, e só depois vem a manutenção do negócio ou a preocupação com “retornos de investimento”. O principal objetivo dessas unidades é criar emprego e renda para os envolvidos. Via de regra, não há acumulação. Quando isto ocorre, ela pode deixar de ser informal (PAMPLONA, 2004, p. 310-311).

A informalidade, em seus diferentes formatos, é associada muitas vezes à situação de precariedade vivida, mesmo que, ao contextualizar não somente a categoria trabalho, mas outras categorias que a perpassam, como a política e o sindicalismo, Antunes (2011) nos alerta para a generalização do que seja precário que pode atingir outros setores da classe trabalhadora como um todo. A própria “invisibilidade” da categoria pode ser percebida como resultado desta situação instável e desprotegida destes trabalhadores que não são reconhecidos enquanto tal e, quando percebidos, o são de forma excludente e estigmatizada.

Contudo, apesar dessa tamanha dimensão, ainda há uma tentativa de definição de trabalho informal, e aqui iremos utilizar a da economista Maria Cristina Cacciamali que entende esse processo como:

A expressão da redefinição das relações de produção, dos processos de trabalho e das formas de inserção dos indivíduos, decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais. O processo de informalidade reflete, por um lado, a destruição ou corrosão de determinadas relações de produção, formas de inserção, de regras institucionais e sociais, formas de contrato etc. vinculadas ao modelo econômico fordista que começa a entrar em decadência ao final dos anos 70, e, por outro, o processo de construção de outras relações, instituições e contratos associados ao modelo econômico emergente no momento contemporâneo (CACCIAMALI, 2001, p. 14-15).

A autora também reconhece a abrangência que há no uso do termo e que, a partir da perspectiva em que é abordada, a informalidade não diz respeito somente às condições degradantes que assola algumas categorias, como exemplo a dos vendedores ambulantes, mas que vai além, sendo incorporada pela economia e que, desde o final do século passado, vem traçando um percurso marcante no campo do trabalho como um todo. É preciso ressaltar a interrelação que há entre trabalho formal e informal, se mesclando e trazendo novas configurações que recaem sobre a conjuntura atual e no cotidiano dos trabalhadores brasileiros (CACCIAMALI, 2000).

Levando sempre em consideração as especificidades, a nível de Brasil, conceituemos, então, a partir de alguns processos que marcaram nossa história econômica e social. Particularizando ainda para as formas de trabalho estabelecidas, podemos problematizar os primeiros três séculos de escravidão no Brasil colônia, que parou de ser normatizado apenas em 1888 – o que não significa que deixou de existir nesse mesmo momento.

A imigração de negros para exercer o trabalho escravo, marcou as primeiras formas de uso da força de trabalho no país, para além do modo de subsistência que antes predominava, o que significa dizer que os indígenas também foram escravizados, porém em uma menor proporção, já que os exploradores também visavam o lucro com a imigração humana. As resistências ocorreram de diversas formas, mas é válido destacar que, em uma sociedade que não se tem direito aos meios de produção, muito menos a moradia e outros recursos para existir, fica difícil não se submeter e ainda, se caso fugir dessa dura realidade, viver à margem da sociedade (FAUSTO, 2001).

Esse fato histórico faz Kowarick (1994) pensar de forma crítica as formas de trabalho que a sucederam no Brasil, afinal, como idealizar um modo de trabalho

considerado desenvolvido, acessível e decente para aqueles que um dia foram escravos? O que de fato ficou foram as dificuldades para o acesso ao trabalho, bem como para o desenvolvimento econômico de um modo geral, tendo em vista os atrasos que foram deixados pela época colonial através de uma exploração exacerbada da terra e da população. O dito trabalho livre, como o autor destaca, continua até os nossos dias sendo uma meta difícil de ser alcançada por boa parte da população brasileira.

Dando um salto para o século passado, o qual marcou o desenvolvimento econômico do país – mesmo que tardiamente se comparado ao cenário internacional –, percebemos mudanças nas relações de trabalho, como a intensificação do trabalho industrial no início do século XX, a criação de uma legislação trabalhista nos anos de 1930, e o crescente desenvolvimento urbano, o que modificou as relações sociais e de trabalho antes estabelecidas. Segundo Furtado (1989), características advindas do subdesenvolvimento, como a especialidade na exportação de matéria-prima, fez o país buscar industrializar-se para acompanhar o comércio a nível internacional, ou pelo menos participar ativamente.

Oliveira (2003) percebe as consequências dessas modificações no final do mesmo século e avalia as desigualdades que perduram na sociedade brasileira quanto a distribuição de renda e as condições de vida de uma forma geral. O acesso ao trabalho, se dá em níveis variados, ou o não acesso, como o desemprego, por exemplo, o que faz com que ocorra a informalidade – e essa aqui entendida enquanto uma forma de acesso ao trabalho – semelhante, tendo em vista que viabiliza uma remuneração, mesmo que em condições não regulamentadas. O campo de trabalho passa a ser também um campo de desigualdades, de perversidade no sentido de não viabilizar a dignidade humana como assim é em princípio. Incluindo então a responsabilidade do Estado, percebe-se que:

[...] a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão. Essa dialética penetra hoje os mais recônditos lugares da vida nacional, em todas as suas dimensões, em todos os seus níveis: qualquer lugar, qualquer atividade, é hoje um campo de batalha (OLIVEIRA, 2003, p. 119).

E nessa conjuntura de trabalho enquanto uma necessidade social, mas também enquanto um não acesso universal, temos uma pluralidade de formas de trabalho, o que viabiliza o trabalho informal e que por si só também se diversifica a partir das mudanças a nível macro. Os dados do IBGE, apontam um aumento histórico no nível de

informalidade nos últimos meses, o que ocorreu também nos anos de 1990 e, em ambos momentos, a taxa de desemprego simultaneamente aumentou (LOSCHI, 2020; ROUBCEK, 2020). Podemos compreender assim o trabalho informal enquanto uma alternativa para aqueles que não conseguem acessar uma atividade laboral com um vínculo empregatício e que encontram nesse um meio de subsistência na sociedade contemporânea (JAKOBSEN, 2000). Todavia, apesar de se tornar uma escolha positiva para muitos brasileiros, não podemos deixar de problematizar a precarização que advém do mesmo, bem como a ausência de incumbência estatal nesses tipos de atividades, aumentando cada vez mais a responsabilidade individual com os direitos e garantias sociais, como o acesso ao trabalho com garantias constitucionais.

Particularizando para o trabalho informal na região Nordeste, Lima (1996) faz uma reflexão sobre a temática ao utilizar dados estatísticos sobre os níveis de emprego, desemprego e subemprego na década de 1980 divulgados pelo IBGE nas regiões metropolitanas no país. O autor conclui que, mais do que o desemprego, é o subemprego que proporciona a informalidade na região do Nordeste. As condições de trabalho no âmbito formal não viabilizam uma renda mínima que garanta os direitos básicos para a família de um trabalhador operário, o que faz com que o trabalho informal seja uma espécie de segunda renda. Nas palavras do autor:

Essa instabilidade da condição operária, dada a precariedade em termo de emprego e renda, marcaria um imbricamento entre o formal e informal, seja como atividade complementar, para os indivíduos empregados, seja como estratégia de sobrevivência para os demais (LIMA, 1996, p. 106).

No que se refere ao trabalho informal enquanto estratégia de sobrevivência, Cavalcanti (1983) ressalta as características que refletem nessa realidade e que inclusive são consequências do processo econômico e histórico que o Nordeste sofreu, como a precarização que assola o desenvolvimento industrial e urbano nesta região. Ao caracterizar a população que compõe o setor informal, o autor aponta a marginalização social como principal fator para tal demanda prevalecer na sociedade. O não acesso a uma educação básica, a pobreza, a falta de oportunidade no âmbito formal estão entre as condições que viabilizam a tenacidade do setor informal no Nordeste.

O setor informal é, portanto, um salvo-conduto que a pobreza urbana, posta de lado pela forma assimétrica, desigual, com que o processo de desenvolvimento brasileiro atinge diferentes classes sociais, usa para sobreviver, vinculando sua força produtiva as atividades quase sempre subutilizadoras do potencial de recursos humanos envolvidos (CAVALCANTI, 1983, p. 27).

Que até os nossos dias, boa parte da população que se encontra na informalidade possui estas características acima citadas, isso é inegável. Contudo, assim como toda a economia nordestina, o setor informal é heterogêneo, e inclusive alguns autores contemporâneos afirmam que há uma “nova informalidade”, a exemplo Alves (2018), por trazer novas configurações consigo, dentre elas, por exemplo, a inserção de pessoas de outras classes sociais e com um maior nível escolaridade, que se encontram no âmbito da informalidade atualmente, seja por escolha ou ainda por ser a única alternativa de renda que lhe é acessível.

A partir da análise histórica do Nordeste realizada por Vêras de Oliveira (2016), podemos perceber que na década de 1990, com a onda neoliberal que assolou todo o país, o Nordeste foi novamente o mais prejudicado, por conter os resquícios de atraso que ainda prevaleciam, e ainda ocorrer uma crise na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) vindo essa a extinção no início dos anos 2000. Nesse período, a informalidade cresce devido também ao aumento do desemprego, além dos níveis elevados de precarização nas relações de trabalho e modos de vida (ANTUNES, 2001). Contudo, é válido destacar também a importância das mudanças que ocorreram na economia advindas dos governos de Lula (2002-2010) e que também afetaram positivamente a região Nordeste, porém em menores proporções, já que:

[...] o Nordeste continuou socialmente diferenciado, ao manter elevados índices de desigualdade e de pobreza. Araújo e Lima (2010) calcularam que, entre 2001 e 2008, a taxa de informalidade no Nordeste passou de 72,3% para 66,1%, enquanto no Sudeste, caiu de 43,3% para 37,1%. Quanto ao rendimento médio mensal do trabalho, entre 2004 e 2008, a preços de setembro de 2008, passou de R\$ 439 para R\$ 568, no Nordeste, e de R\$ 975 para R\$ 1.123, no Sudeste. Falvo (2013) observa que, apesar dos programas sociais e dos incentivos governamentais, a pobreza continuou marcando a paisagem nordestina (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Isto significa dizer que, mesmo com todas essas modificações, seja no modo de governo, na descentralização da industrialização, nas inovações tecnológicas, na exportação a níveis internacionais inclusive, e nas contínuas modificações nas relações de trabalho, o Nordeste continua relativamente atrasado se comparado a outras regiões. Além disso, o trabalho informal que aqui é destacado, continua aumentando em nosso território – 53,1% em 2019 de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD-contínua) realizada pelo IBGE.

No que diz respeito aos dados numéricos sobre o comércio ambulante, é uma contagem não somente difícil de ser feita, tendo em vista a constante mutabilidade de

sua configuração, mas também o desinteresse voltado para esse tipo de trabalho a nível de regulamentação e organização Estatal (SEMINÁRIO AMBULANTES E CIDADE, 2020). Todavia, é uma categoria que é marcada pelas características do trabalho informal, fazendo parte então dessa massa que cresce cada vez mais em nossa sociedade. Podemos classificar o comércio de rua como uma atividade tão tradicional quanto moderna, que se perpetua na sociedade, porém com suas devidas mudanças e pluralidade (PAMPLONA, 2013).

2.3 Regulamentação do comércio de rua em João Pessoa

De acordo com o Código de Posturas do Município (lei complementar nº 07 de agosto de 1995) o comércio ambulante para atuar “depende de licença prévia do órgão competente da prefeitura municipal” (art. 231), neste caso a SEDURB, e é “sem direito a permanência definitiva” (art. 229). Contudo, quando andamos na rua, percebemos vários ambulantes nas ruas e calçadas, alguns trabalhando há décadas no mesmo local e, obviamente, sem o aval da prefeitura que no caso é a responsável pela organização da cidade, inclusive.

Em termos conceituais há, além de divergências, uma escassez quanto ao tema do comércio ambulante. Todavia, apesar das distinções, a maioria dos estudos analisam a questão da ilegalidade do comércio ambulante e dos conflitos que prevalecem entre Estado e vendedores nas ruas, problemática que acompanha o grupo desde sua existência (PUEBLA, 2007).

É fundamental ressaltar que há uma pluralidade de categorias dentro do grupo dos comerciantes de rua. É um entendimento dual quanto a ser camelô e ser ambulante. Há estudos que determinam que para ser ambulante é preciso não ser registrado, ocupar um espaço público e não ter um ponto fixo (PAMPLONA, 2004), já outros englobam o conjunto do comércio local, seja ele de rua ou não, enquanto camelô, popular ou mesmo ambulantes (ASSIS, 2011; MENDES; CAVEDON, 2014). Essas determinações perpassam as questões culturais e regionais, o que interfere também no entendimento plural encontrado na literatura.

Aqui será compreendido enquanto ambulante aquela pessoa que trabalha na rua ou calçada, tendo um local fixo ou não. Em ambas situações, o corpo é um instrumento relevante de trabalho. Mas como na maioria dos casos é preciso montar uma banquinha para a mostra dos produtos à venda, os ambulantes geralmente têm um “ponto fixo”. Mas diferencia-se do camelô, que é aquele que trabalha em espaço organizado – box em

shopping popular, por exemplo –, e que consta no banco de dados do município enquanto trabalhador – ou seja, é reconhecido como tal. Essa categorização foi tomada a partir da vivência em campo e da observação *in loco*, bem como das entrevistas realizadas com as lideranças locais.

A nível normativo, desde 1940 por meio do decreto-lei nº 2.041, a profissão do ambulante é reconhecida em território nacional, porém com devidas ressalvas, na medida em que “depende de licença da autoridade competente” (parágrafo único). O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através do Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO), reconhece a profissão do vendedor ambulante através do código CBO 524305. Porém, engloba juntamente a esta outras profissões, como camelô, sorveteiro e baleiro, acoplando-as a um só entendimento. A legislação é complementada e difere a partir dos diferentes estados e cidades, uma vez que é responsabilidade municipal a organização do espaço público.

Na cidade de João Pessoa, o entendimento do comércio ambulante se dá a partir do Código de Posturas do Município de João Pessoa (1995), o qual deve atuar de forma temporária e com licença prévia do órgão competente, como já afirmado. Todavia, quanto aos trabalhadores que ocupam diuturnamente as ruas e calçadas da cidade, com ênfase aqui do bairro centro, eles trabalham ilegalmente, não sendo reconhecidos enquanto tal pelo Estado – neste caso representado pela SEDURB-JP, ainda que lá estejam todos quase todos os dias da semana, faça sol ou chuva.

Sobre a compreensão de quem é ambulante para as categorias representativas, o representante do SINDAMBULANTES-PB afirmou que:

São todos aqueles que trabalham de forma informal. Porque o nome ambulante nada mais é que uma sigla a nível de reconhecimento nacional, mas na verdade são trabalhadores autônomos de comércio e serviço informal no Brasil. Todos os profissionais na área de comércio e serviço autônomo são identificados com sigla ambulante (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Enquanto que a representante da AMEG-PB, foi mais enfática, quanto a união de todos os trabalhadores para um único entendimento:

Hoje tá muito em evidência o nome o trabalho informal, então todo mundo que tem uma puxadinha na porta de casa aí diz: eu sou informal. Tá muito na moda. Mas o que eu quero dizer assim: praia, aqueles que alugam cadeiras, vendem bronzeador, marmita: ambulante. O que tá aqui no centro em peso, desde o que tá dentro de um “reboquezinho”, ao que tá na barraquinha ou no braço: é ambulante. Agora o cara que vem com um financeiro alto e se instala

aqui no meio da gente, a gente não procura briga, pra não morrer, porque a gente pode morrer. Porque já pensou um cara que tá aqui e investiu 50 mil, foi lá na prefeitura e fez um protocolo, mas ele não fez no nome dele, fez no nome de um laranja e ajuda nas campanhas? Esse não é ambulante (PRESIDENTE DA AMEG-PB, setembro de 2020).

Além de não possuírem vínculo empregatício, em sua maioria são autônomos (trabalham por conta própria) que não são regularizados – seja através do registro como Microempreendedor Individual (MEI) ou mesmo diante do órgão responsável que neste caso é a SEDURB-JP – e, por vezes, são “terceirizados”, mas com contratos apenas verbais. Um exemplo dessa “terceirização” foi dado pela SEDURB-JP durante a entrevista, na qual o representante afirmou que, no ano de 2019, um dos principais motivos para a proibição do comércio ambulante e apreensão das mercadorias foi a comprovação de feirantes do Mercado Central, que já possuíam seus boxes, de estarem terceirização de pessoas para venderem as frutas e verduras nos arredores do Parque da Lagoa.

Todavia, quanto a esta situação específica há outros entendimentos que serão descritos no quarto capítulo. Contudo, vê-se que são compreensões diferentes diante de determinada vivência que é a dos ambulantes. A partir da realização das entrevistas juntamente com a observação em campo, é possível afirmar que tal problemática não foi resolvida. A proibição de fato ocorreu, mas pouco tempo depois os ambulantes voltaram a ocupar ruas e calçadas vendendo não apenas frutas e verduras, mas diversos produtos, mesmo sendo em ruas paralelas as que eram anteriormente, com destaque para o Parque da Lagoa.

O impasse de trabalhar nas ruas, mesmo que existam espaços públicos construídos especificamente para tal fim, perpassam várias questões, além da capacidade de comportar todas as pessoas trabalhadoras. São questões enviesadas sobretudo pela política e por interesses pessoais, nas quais a segregação e a desigualdade ficam visíveis. Depreende-se que “Los cambios en la regulación del trabajo han implicado, por lo tanto, una relectura de los cambios políticos y económicos que “impactan” en la relación capital-trabajo y en la acción del Estado sobre los territorios” (CORTÉS; RAYA, 2020, p. 172).

E, com relação a ação do Estado, é importante ressaltar que a atuação da SEDURB-JP se dá com base no Código de Posturas do Município (1995) e com ênfase no uso do solo público. Ou seja, os trabalhadores que permanecem nas ruas estão de forma ilegal e ocupando um espaço que cotidianamente é apenas para a passagem de pedestres. Ainda na entrevista foi afirmado que medidas de conscientização são feitas

por parte do órgão – como a notificação verbal para os trabalhadores de que não podem ocupar esses espaços públicos –, em paralelo com as constantes realocações tendo em vista a vedação da permanência desses trabalhadores nos espaços públicos. Todavia, ainda assim, inclusive com as proibições e apreensões de mercadorias que acontecem corriqueiramente, os trabalhadores continuam atuando nas vias públicas, o que ocasiona os conflitos aqui em destaque.

2.4 Ocupação do espaço público, conflitos e influência neoliberal

Pensemos conflito aqui a partir de Simmel (2005), desde suas argumentações que problematizam e diferenciam a organização de uma cidade grande até a ideia de positividade imbuída em um conflito, como “uma forma de sociação” (p. 568, 2011). Há interesses, diga-se de passagem, válidos para um bom convívio social, de ambos os lados, mas que, se alguma decisão for tomada – ou não, no caso de permanecerem ocupando as calçadas e ruas para a comercialização dos produtos – um grupo sairá afetado e se sentirá prejudicado conseqüentemente. Entretanto, “os elementos negativos e dualistas desempenham um papel inteiramente positivo nesse quadro mais abrangente, apesar da destruição que pode desenvolver sobre as relações particulares.” (SIMMEL, 2011, p. 573). O autor afirma isto por compreender que há a necessidade de conflito, não apenas pela situação posta, mas pelo próprio contexto em si que abriga uma diversidade de posicionamentos e de necessidades. Se tratando dos vendedores ambulantes nas ruas do centro da cidade, sempre houve essa divisão de opiniões. O interessante aqui é reconhecer que, apesar da real necessidade de essas pessoas ocuparem esses espaços, há um outro grupo que se sente prejudicado com tal situação.

O decisivo é que a vida citadina metamorfoseou a luta com a natureza por obtenção de alimento em uma luta entre os homens, de sorte que o ganho que se disputa não é concedido pela natureza, mas sim pelos homens. Pois nisso atua não somente a fonte mencionada da especialização, mas também uma mais profunda: aquele que oferece precisa tratar de criar necessidades sempre novas naqueles que corteja. (SIMMEL, 2005, p. 587)

O autor ainda no século passado, mesmo em outro contexto que era relativamente menos diversificado se comparado ao nosso atual, já previa a problemática que resulta no conflito, bem como a necessidade de sua “resolução”, mesmo com um dos grupos não sendo “contemplados” por tal. No que concerne ao feito da Prefeitura em relação ao contexto do centro de João Pessoa, é inegável que estratégias foram realizadas, como, por exemplo, a realização do concurso para a

contratação de agentes de controle urbano. Todavia, como veremos adiante, os confrontos foram inevitáveis, até porque foi pensada apenas a retirada, e a realocação, pelo menos imediata, não foi realizada.

Diante dessa realidade, podemos perceber uma combinação das mudanças no mundo do trabalho com as transformações governamentais, aqui com recorte ainda para a década de 1990. O tão conhecido neoliberalismo corrobora até hoje diretamente para essas mudanças nas relações de trabalho que só acentuam as disparidades sociais e exploração da força de trabalho, seja como seus princípios que agem diretamente no modo de governar se tratando do Estado, ou mesmo no cotidiano, na produção não somente da mercadoria, mas agora da vida. A seguir, um esquema para compreensão do neoliberalismo e suas consequências, sobretudo para o mercado de trabalho:

ESQUEMA 2 – Pontos para o entendimento dos direitos no neoliberalismo²⁸



Fonte: Elaboração própria

A partir da exposição dessas características, podemos perceber as consequências que o neoliberalismo trouxe não somente para a forma de gestão pública, mas inclusive na (re)produção das relações sociais que são dadas cotidianamente pelos sujeitos.

²⁸ Para a criação desse esquema foi utilizado, sobretudo o livro de Pierre Dardot e Christian Laval intitulado “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” de 2016. Obviamente há diversos outros escritos que tratam da temática, inclusive nacionais, como o livro “Brasil: neoliberalismo versus democracia” de Alfredo Saad Filho e Lecio Moraes de 2018.

Podemos afirmar que a relação entre macro e micro é diretamente exposta e sofre a intervenção daquela que agora não é somente uma ideologia, mas um modo de governo e um modo de vida (BRONW, 2018).

A partir dessa análise, pela via política e econômica, levamos em consideração o quanto que a organização do Estado intervém inclusive nas relações de trabalho tida enquanto autônomas ou exceções, como é ainda de alguma forma percebida a informalidade, tendo em vista que o trabalho assalariado que é tido enquanto típico na sociedade capitalista. O neoliberalismo enquanto característica de ordem maior, interfere na organização de ordem local, como é a questão do comércio ambulante, por exemplo, viabilizando determinantes de ordem inclusive estrutural, na medida em que:

No entanto, e de maneira geral, pode-se dizer que, do ponto de vista da economia internacionalizada, o uso diferencial do território é também um uso hierárquico. Na verdade, essa hierarquia pode não ser permanente ou sequer durável nas circunstâncias atuais da globalização. Vantagens comparativas locais, tanto as da ordem técnica como as da ordem política, podem ser rapidamente alcançadas ou perdidas, numa combinação difícil de prever com precisão, entre circunstâncias do mercado global e decisões do âmbito nacional e local (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 294).

Se tratando dessas combinações que interferem diretamente no âmbito do comércio informal, e mais precisamente na gestão do governo Bolsonaro e com ênfase no período pandêmico, as consequências da ordem neoliberal são nítidas. O discurso da responsabilização individual pelo trabalho vem acompanhado de reformas trabalhistas que minimizam e enfraquecem as lutas pelo direito ao trabalho de forma digna, prejudicando assim não somente as condições na forma de trabalhar, mas de sobreviver. A partir das ações em conjunto que configuram a política de direita na atualidade, aparecem outras formas de interpretar esse neoliberalismo na contemporaneidade, como aponta Borges e Matos:

A eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e no plano econômico, a consolidação do **ultraneoliberalismo** (BORGES; MATOS, 2020, p. 73; grifo nosso).

Descrever as mudanças que estão acontecendo no país devido a essa política, agora também intitulada de ultraneoliberal tendo em vista as tendências que se acrescentam a mesma como destacado acima, não caberia aqui, mas é importante enfatizar o quanto todas essas ações interferem no comércio ambulante. O aumento desse tipo de atividade, somado as condições imprevisíveis e precárias que o

acompanham são rastros dessa estrutura maior que não inclui em suas responsabilidades sequer a organização do comércio informal, deixando-o solto e a mercê de todo e qualquer infortúnio, como vem sendo no período da pandemia da covid-19, destacado no capítulo anterior.

É inegável que é uma temática polêmica e que divide opiniões, mas no campo científico, com recorte aqui para a ciência política e para a sociologia do trabalho, a partir dos estudos realizados, fica evidente os efeitos danosos dessa conjuntura para os sujeitos trabalhadores, pois “em um contexto de globalização dos mercados, as configurações territoriais, se por um lado precisam ser observadas pelos seus condicionantes locais, por outro, não podem deixar de ser consideradas nas suas determinações exógenas” (RAMALHO; VERÁS DE OLIVEIRA, 2015, p. 13).

E é neste sentido que precisamos perceber como a configuração local de um espaço se dá de forma dialética, na medida em que fatores a nível global interferem nessas mudanças, mas também de como os indivíduos, nesse caso os vendedores ambulantes, enquanto agentes sociais promovem transformações significativas nesse espaço, cotidianamente. Seja na participação direta na economia local, seja com reivindicações pelo uso do espaço público e pelo direito ao trabalho, o qual se dá pelas margens, em sua maioria das vezes de forma ilegal e não regulamentada, mas que permanecem de forma mutável e que atuam na cidade compondo não somente as relações de trabalho, mas consequentemente a sociedade.

Capítulo 3

Os históricos confrontos no âmbito do comércio ambulante de João Pessoa – PB

Como visto anteriormente, o comércio ambulante não somente existe, mas é percebido pelo Estado, mesmo que de uma forma muito vaga, além de vigilante e punitiva. Ou seja, o Estado se faz presente nesse campo, todavia essa relação acaba não sendo de aparato, mas sim de uma vigilância estatal – quando há –, o que acaba por evidenciar conflitos que ocorrem continuamente. Desde já, é importante reafirmarmos que tais confrontos não são duais, envolvendo então uma série de agentes sociais, e inclusive perpassam por várias questões pertinentes a toda a população citadina. São várias causalidades que precisam ser vistas em maior grau possível, uma vez que:

Estas e outras atitudes, destinadas em primeiro lugar a elevar o tom moral das populações segregadas das grandes cidades, devem ser estudadas em conexão com a investigação da vizinhança em geral. Devem, em suma, ser estudadas não apenas em seu próprio benefício, mas pelo que nos podem revelar do comportamento humano e da natureza humana em geral (PARK, 1967, p. 32).

Se de um lado podemos perceber a tenacidade do trabalho informal, incluindo então do comércio de rua, devido ao desemprego e as novas formas de precarização (BARBOSA, 2019), por outro, temos a dificuldade de transitar dos pedestres, sobretudo daqueles que possuem algum tipo de deficiência física – isso devido a ocupação exacerbada desses espaços, inclusive por outras pessoas, e isso é bastante apontado pelas autoridades locais. Ainda há a falta de estrutura e de acessibilidade que são dois dos problemas corriqueiros na cidade de João Pessoa. Além disso, há relatos de alguns lojistas que reclamam dessas ocupações por “dificultarem” o acesso às lojas bem como de serem concorrência para as mesmas.²⁹

Entretanto, essa atuação dos ambulantes é de longa data, os quais permanecem trabalhando – mesmo que não seja necessariamente nas mesmas ruas. A retirada dos ambulantes, assim como a apreensão das mercadorias, também os acompanha há vários anos. Se de um lado, o comércio ambulante é irregular, prejudica o direito de ir e vir dos pedestres, e até, por vezes, não ser reconhecido enquanto um trabalho, por outro lado, é um meio de subsistência para vários trabalhadores. Além das notícias locais e dos

²⁹ Ao conversar, familiarmente, com comerciantes deste local, alguns demonstraram sua indignação diante da permanência do comércio de rua. Como motivo, geralmente foi a concorrência desleal uma vez que “não pagam aluguel, nem impostos, tem menos despesas e vendem mais que a gente, já que estão na rua”.

documentos históricos – acervo de fotos e jornais, por exemplo –, enquanto moradora e trabalhadora do centro, pude perceber durante minha vivência a relação de permanência mutável do comércio ambulante.

Isto porque ali é também “[...] um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Não necessariamente tais justificativas contemplam a causalidade do conflito, todavia estão presentes e, de uma forma ou outra são externalizados quando a proibição ou mesmo a apreensão das mercadorias ocorrem, de forma repentina e periódica, nesses espaços. Todavia, essa atitude aparentemente não resolve o problema, uma vez que a permanência desse tipo de comercialização persiste, mesmo que com mudanças significativas. Certamente a resolução da problemática não contempla todas as pessoas envolvidas e, algum grupo, de uma forma ou outra, acaba sendo prejudicado. Abaixo uma notícia sobre a reorganização dos vendedores ainda no final do século passado:

FIGURA 6 – Notícia sobre a realocação dos ambulantes em 1997



Fonte: Jornal A União ano CIV nº 73 de 4 de maio de 1997

Como é dito no título da notícia, há uma incerteza nessa transição que de fato modifica toda a estrutura que foi desenvolvida pelos próprios trabalhadores. A notícia é referente ao projeto de construção do primeiro shopping popular na cidade: o shopping Terceirão. Contudo, antes da execução do mesmo já haviam ocorridos outros reordenamentos referentes a ocupação dos ambulantes nas ruas e calçadas que, de acordo com a fala dos ambulantes entrevistados na reportagem, nunca davam certo, e por isso a desesperança quanto ao shopping Terceirão. Para percebermos o quanto esses conflitos com relação a ocupação dos ambulantes é histórico na cidade, segue abaixo mais duas notícias sobre as mudanças no comércio ambulante, em um intervalo de 30 anos, sendo a primeira datada de 1990 e a segunda do ano de 2019, o primeiro ano da pesquisa em questão:

FIGURA 7 – Notícia da realocação dos ambulantes na década de 1990

Camelôs são transferidos sem aviso para Praça e não gostam

Os camelôs que faziam ponto na calçada da avenida Getúlio Pereira, onde estavam os antigos armazéns, no centro de João Pessoa, foram transferidos para o outro lado da avenida, ficando agora na Praça "Arbides Lobo". A mudança das barracas aconteceu sem serem avisados, na madrugada de ontem, por determinação da Prefeitura Municipal. Isso deixou os vendedores ambulantes insatisfeitos, tendo realizado manifestações de protesto junto às autoridades, no Município.

Segundo os camelôs, a mudança das barracas foi feita nas calçadas da noite de ontem, por volta das três horas da madrugada, por fiscais da Sephas encarregados da urbanização. O que mais revoltou esses vendedores ambulantes foi o fato da surpresa, já que não foram avisados, embora já soubessem as negociações visando sendo feitas entre a Prefeitura e o Sindicato da categoria para realocação.

Pedro Ribeiro, há 12 anos como camelô, disse que ninguém ficou satisfeito com a mudança. Segundo ele, o ponto do outro lado da avenida era melhor, com mais espaço para se trabalhar. O pior de tudo, acrescentou, foi o fator surpresa. Quando eles chegaram ontem de manhã, a partir das 7 horas, para iniciar a venda de produtos, se depararam com as bancas no lado oposto, justamente na área onde fica o Grupo Tomas Mindello. Já os fotógrafos Lambellambe, que há anos ocupavam o local, foram transferidos para baixo, também na mesma praça, enfileirados lado a lado próximo aos bancos. O camelô Pedro Ribeiro lembrou ainda que chegou a falar com o próprio prefeito Wilson Braga, quando este visitou a área, quando lhe foi assegurado pela autoridade que os vendedores ambulantes não seriam molestados. O que deixou descontente, para ele, foi o fato de que todos os que estavam no outro lado da calçada eram cadastrados, o que legalizava sua permanência. Agora, com a saída desses vendedores ambulantes, o espaço aumentou para os pedestres a partir da fachada do prédio dos Correios até a da Eletropoças, antes quase impossível de se andar, por causa das bancas, quando o pedestre era obrigado às vezes a ir pela rua, sujeito a atropalamentos.

"Onde está o direito do cidadão?", perguntou, insatisfeito, outro camelô, José Medeiros. Ele reclamou que, com a mudança, violentou-se esse direito. Desgostoso, como os demais, porque o negócio pode cair de rendimento, além de ser apertado, disse que o prefeito quebrou sua promessa de campanha. Os próprios vendedores ambulantes revelaram que, em pesquisa, o povo ficou dividido sobre a transferência: algumas pessoas se posicionaram a favor, outras contra.

Pedro Ribeiro

A Avenida Pereira ficou vazia com a transferência dos camelôs

Fonte: Jornal A União ano XCVII nº 026 de 16 de março de 1990

FIGURA 8 – Notícia da realocação dos ambulantes em 2019

Sem trabalho

Ambulantes discutirão alternativas com a Sedurb

Sara Gomes
sara.gomes@globo.com

A situação dos ambulantes do Centro de João Pessoa continua indefinida. Retirados das ruas, onde ocupavam o espaço dos pedestres, eles reclamam da falta de alternativa que os permita ganhar algum dinheiro e garantir o sustento da família. As ruas do Parque Solon de Lucena, antes tomadas pelo comércio informal, permanecem livres.

A presidente Márcia Medeiros relata que alguns ambulantes têm enfraquecido o movimento da Associação de Ambulantes e Trabalhadores em Geral (Ameg) por terem procurado, individualmente, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) em busca de alternativas. Uma reunião foi marcada com a Sedurb para a próxima segunda-feira (6) para discutir alternativas sobre os ambulantes de feira livre.

Três sugestões serão apresentadas: a primeira seria realizar uma feira livre uma vez por semana no Ponto de Cem Réis de maneira organizada e com respeito ao poder público. Outra possibilidade seria realizar uma feira livre em três bairros onde a Prefeitura de João Pessoa pudesse fechar as ruas. Por fim, outra solução seria alugar um estacionamento ou casa para abrigá-los de forma padronizada.

As avenidas Santos Dumont, Santo Elias e Miguel Couto estão sobrecarregadas de vendedores ambulantes. Maria Ferreira comercializava açai e água no Parque Solon de Lucena, em frente à C&A, e conta que a falta de solução tem prejudicado a todos. "Estamos na mesma luta. Tem pai de família que está voltando para casa sem nenhum real no bolso", disse.

Antônio Figueira afirma que esses 12 dias não têm sido fáceis e relata as dificuldades vivenciadas pelos ambulantes desde que saíram do Parque Solon de Lucena. "Ninguém fez feira essa semana, as contas estão atrasadas. Somos pais de famílias e precisamos trabalhar. Em duas semanas que estou nessa rua só vendi uma bolsa. A gente não quer problema com Guarda Municipal ou com a Sedurb, só queremos uma solução para o nosso problema", disse.

Apesar de não concordar com a forma que os ambulantes foram retirados de seu trabalho, Luciana Fernandes afirma que a desorganização dos ambulantes estava ficando insustentável. "Muitos turistas deixavam de conhecer o centro da cidade por causa da desorganização. Mas esse ordenamento deveria ter sido planejado antes para instalá-los em outro lugar", afirmou.

Prefeitura de João Pessoa

A assessoria de Comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Humano (Sedurb) informou que os comerciantes ambulantes têm procurado o secretário Zenedy Bezerra para dialogar e expor a situação de cada um em busca de alternativas. No entanto, nenhum comerciante foi relocado ainda. Enfatizou também que tem sido feito um trabalho contínuo de fiscalização e controle dos fornecedores que possuem boxe no Mercado Central e contratam comerciantes de rua, repassando o lucro em valores irrisórios.



A Rua Santos Dumont continua tomada por barracas e tendas montadas por comerciantes ambulantes

Fonte: Jornal A União CXXVI nº 076 de 04 de maio de 2019

Na primeira notícia temos a denúncia da retirada das barracas pelo órgão responsável pela urbanização da cidade, na época a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), ainda de madrugada sem aviso prévio aos ambulantes que se localizavam na Avenida Guedes Pereira, no centro. O que aconteceu de forma semelhante no ano de 2019 e que será detalhado no próximo tópico. Esses reordenamentos, sejam eles dados a partir do poder público, da própria organização do comércio ambulante, ou mesmo das negociações entre ambos são históricos, modificando o centro da cidade continuamente e permanecendo a partir das resistências que são elaboradas. Certamente algumas

estratégias individuais podem ser compreendidas enquanto resistências frente às proibições do comércio ambulante aqui em menção (JUNIOR, 2020). Contudo, o destaque aqui vai para as resistências elaboradas a nível coletivo como ocorreu de forma veemente no primeiro ano da pesquisa.

3.1 A estratégia do enfrentamento coletivo enquanto resistência

Como dito, esses confrontos acompanham a existência do comércio de rua, mas aqui quero destacar o do ano de 2019 que eu, já enquanto pesquisadora do campo, pude acompanhar. De acordo com uma reportagem realizada pelo G1-PB ainda em janeiro de 2019, uma notificação do MPPB foi realizada à prefeitura com o prazo máximo para a sua solução de 90 dias (G1-PB 2019a). No caso era a recomendação da retirada dos ambulantes das ruas e calçadas do centro da cidade, tendo em vista não somente a ocupação irregular, mas também o impedimento das passagens de pedestres pelas vias públicas.

O que justamente ocasionou o início dos conflitos na transição de março para abril e que se estenderam até a transição de setembro para outubro do mesmo ano. Como aqui já ressaltado, de acordo com o Código de Posturas do Município (1995) é considerada irregular a permanência desses trabalhadores nas ruas e calçadas, tendo em vista o caráter eventual e provisório do comércio ambulante previsto na legislação municipal, além de ser preciso um cadastro prévio no órgão responsável do município, que neste caso é a SEDURB-JP. Porém, eram centenas de trabalhadores que estavam ocupando esses espaços, e por um tempo relativamente longo – me recordo que no ano de 2018 as principais ruas estavam ocupadas por ambulantes e, neste período, esse trabalho continuou normalmente.

Em 2019, os confrontos foram sucessivos. Sobre essa permanência dos trabalhadores que ocorre há décadas acompanhando as relações mercantis estabelecidas nesse espaço, há discursos que trazem à tona o direito ao trabalho. Se por um lado o acesso ao trabalho de forma livre e digna, previsto na Constituição Federal de 1988, aparece nas falas dos trabalhadores, uma vez que “são cidadãos e estão trabalhando para ter o sustento da família”, por outro, na fala do poder público quando avalia a categoria trabalho no âmbito do comércio ambulante, alega que “as condições de trabalho nesses espaços são precárias”. Todavia, há uma ocupação histórica, que se soma ao trabalho regulamentado e formal e que, quando ameaçado, se configura em um campo de lutas, como Gago (2018) bem analisou em relação a uma *villa* em Buenos Aires:

O caráter transnacional desse território torna-o laboratório de novas formas organizacionais que buscam transformar as condições de vida por meio de reivindicações e conquistas, a maioria das vezes ligadas ao lugar. Ao mesmo tempo, redefinem a noção de cidadania na medida em que levam à formação de novos direitos ou, pelo menos, a tensão dos direitos existentes (p. 274).

Na entrevista realizada com a SEDURB-JP, o representante, então diretor da pasta de Direção de Serviços Urbanos (DSU), alegou que, assim como a prefeitura foi notificada, eles também foram notificados para que desocupassem o local. Entretanto, de fato, nenhuma medida em prol dos ambulantes foi realizada, pelo menos naquele momento. A realocação dos mesmos para a possível construção de um shopping popular foi noticiada inclusive na mídia local. Seria em um prédio localizado no centro da cidade, mas que precisaria passar por desocupação e por uma reforma. A previsão era inicialmente de seis meses para a sua inauguração, mas não ocorreu até então (fevereiro de 2020). Ainda de acordo com as informações dadas durante a entrevista em agosto de 2019, seria necessário fazer um cadastro na SEDURB-JP e apenas aguardar.

Até o ano de 2020 esses trabalhadores tiveram suas mercadorias apreendidas e a terminantemente proibição de ocupar tais espaços. Isso porque houve a contratação de agentes de controle urbano (cerca de 70 profissionais) que tiveram um treinamento para atuarem nesses espaços com uma vigilância contínua. Há, além da Guarda Civil Municipal (GCM) e dos servidores que atuam como agentes de controle urbano, também da SEDURB-JP, um segundo grupo de funcionários pertencente ao mesmo órgão, porém com uma farda diferente que traz o nome de Grupo de Recolhimento de Demolição (GRD).

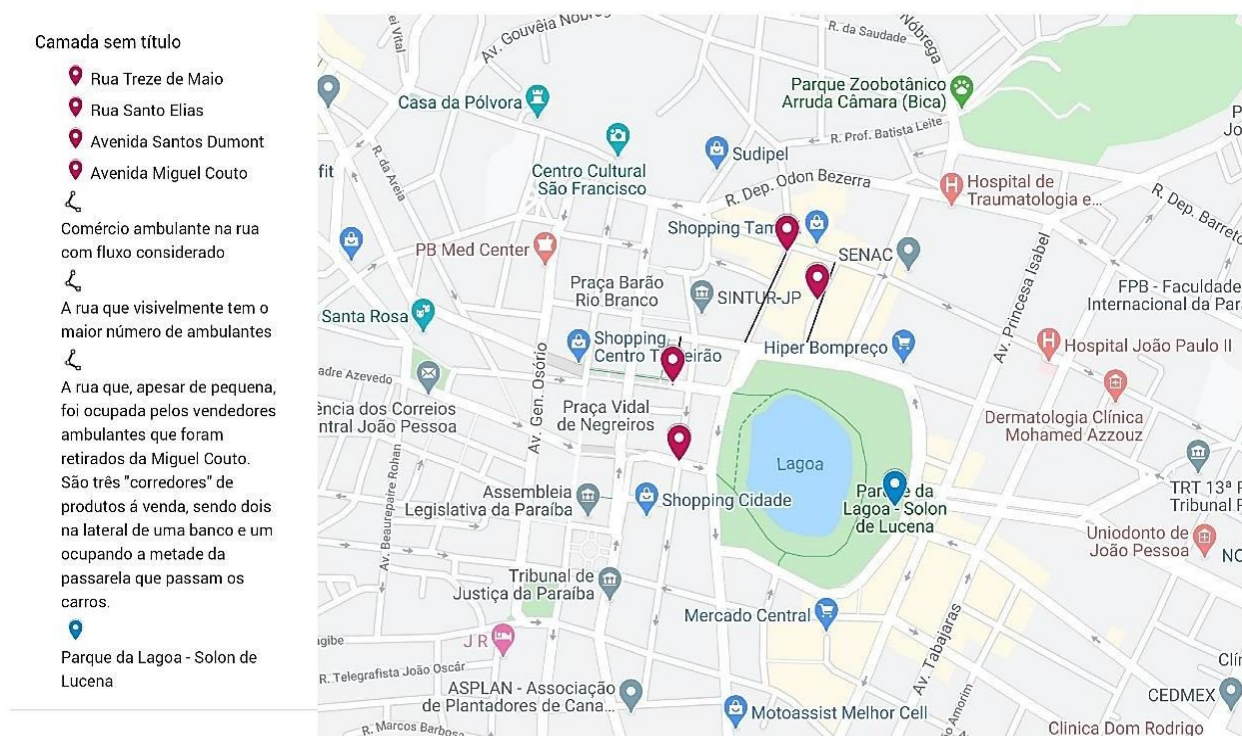
As ruas que antes eram ocupadas por ambulantes, passaram a ser também utilizadas por esses trabalhadores, mas de forma vigilante e punitiva. Representando então o Estado, concluímos que “A cidade expõe a militarização da vida sob a forma da hipertrofia da dimensão vigilante-repressiva-punitiva do Estado, a qual não só protege como opera um modelo de política urbana ao mesmo tempo empresariado e empresarial” (BRITO; OLIVEIRA, 2013, p. 65-66).

Visivelmente, o número de trabalhadores nessa região diminuiu consideravelmente, mas não deixou de existir. Até então, ficou terminantemente proibido vender produtos em duas ruas, a saber: Av. Parque Solón de Lucena e a Miguel Couto. Entretanto, os vendedores ambulantes, juntamente com suas categorias representativas que são a AMEG-PB e o SINDAMBULANTES-PB, após várias conversas de negociações, bem como protestos e manifestações no centro da cidade,

conseguiram continuar ocupando ruas próximas, como a Treze de Maio e a Santo Elias. Abaixo um pequeno mapa ilustrativo:

MAPA 3 – Mudanças na configuração do comércio ambulante no ano de 2019

Modificações no comércio ambulante de João Pessoa



Fonte: My Maps - Elaboração própria

Como já demonstrado nas fotos anteriores, essa configuração permaneceu até pelo menos o final do ano de 2019. E, por mais que os conflitos tenham começado desde março, somente em setembro é que de fato ocorreram essas mudanças, deixando como marca um protesto no dia 11 de setembro de 2019 que parou a cidade.

Chegando em seus espaços de trabalho e não encontrando suas demarcações – em sua maioria eram baldes de 20 litros (como os de tinta) cheios de cimento e concreto, nos quais eram fixadas suas barracas – e se vendo cercados de autoridades policiais impedidos de trabalharem, o grupo organizou um protesto queimando pneus e formando uma corrente de mãos para impedirem a passagem de veículos.

Nesse dia, a desocupação começou ainda na madrugada, por volta das 4:30h. Todos os jornais locais da manhã estavam noticiando a ação. Os trabalhadores começaram o protesto por volta das 7h da manhã, o qual se estendeu até por volta do

horário de almoço. Ao chegar ao centro nesse dia, tive que descer em uma parada de ônibus ainda no bairro da torre que é relativamente próximo (andei pouco mais de um quilômetro), devido a interdição do local e os ônibus coletivos, assim como veículos particulares, precisaram mudar suas rotas evitando passar pelo centro da cidade. A maioria das lojas estavam fechadas, até porque o fluxo de pessoas circulando nas ruas era mínimo, e mesmo o protesto se concentrando no Parque da Lagoa, todo o centro foi atingido.

Quando cheguei tinha apenas uma viatura com quatro policiais mantendo-se distantes dos vendedores, apenas evitando que carros e outros veículos tentassem ultrapassar a via interditada. Isso porque o papel da polícia militar é apenas evitar constrangimentos maiores e até violência dentro do protesto, sendo responsabilidade municipal resolver a problemática do comércio ambulante. Mas, por volta de 12h eles tentaram negociar com os vendedores, todavia essa iniciativa foi frustrada. Ao chegar questionando uma protestante o “transtorno que eles estavam causando”, a trabalhadora respondeu aos prantos: “Transtorno moço? Eu tô aqui lutando pra trabalhar, tenho aluguel pra pagar, três meninos pra criar e você vem aqui dizer que estou causando transtorno?”.

É de se imaginar que não havia mais o que se falar numa situação dessas. Eu particularmente engoli o choro. E, no mesmo momento, lembrei dos escritos de Wacquant (2013) que destaca sabiamente a relação imbricada entre poder, política e polícia, bem como o processo estrutural da marginalização da pobreza a partir da concepção de classes. Numa relação de conflito, as partes têm posicionamentos divergentes e em qualquer decisão ou mesmo reação a ser tomada, um dos lados se sentirá, ao menos, prejudicado. Mas para além das diversidades que estão postas, podemos perceber como a lógica da desigualdade social perpetua nesses conflitos e é atenuada à medida que observamos discursos como este, concluindo então que:

[...] não prestam muita atenção (não suficiente, em todo caso, para o meu gosto) aos movimentos da estrutura e da formação de classe, ao aprofundamento de desigualdades e a ampla remodelagem da pobreza urbana, de um lado, e ao impacto dinâmico e historicamente variável das divisões étnicas, do outro (salvo sob a rubrica estreita e restritiva da discriminação e da disparidade, geralmente confundidas). [...] Além disso, a política penal e a política social não são mais do que as duas vertentes de uma mesma política da pobreza na cidade – no duplo sentido de luta pelo poder e ação pública. [...] Em consequência, é crucial conectar a justiça criminal à marginalidade em sua *dupla dimensão, material e simbólica*, bem como aos outros programas do Estado que pretendem regular as populações e territórios “problemáticos” (WACQUANT, 2013, p. 141).

É pensando a partir dessa estrutura, imbuída desde cedo nas relações sociais, que percebemos o porquê de tais discursos e alguns contrapontos que são motivacionais para determinada situação conflituosa. Há questões sociais que perpassam essa discussão como a marginalização da pobreza, bem como o não acesso aos meios básicos de sobrevivência, incluindo aí o direito ao trabalho e, conseqüentemente, o direito à cidade. Sob uma visão marxista, Harvey (2014) afirma também que o direito à cidade é seletivo, não contemplando a toda a população, e é a partir dessa desigualdade social que podemos perceber esse conflito que envolve poder entre Estado (neste caso representado pela polícia) e população (a trabalhadora estigmatizada). A seguir, alguns registros fotográficos marcantes desse dia:

FIGURA 9 – Protesto das e dos trabalhadores(as) no Parque da Lagoa



Fonte: autoria própria. Registro em 11 de setembro de 2019

FIGURA 10 – Pneus sendo queimados durante o protesto



Fonte: autoria própria. Registro em 11 de setembro de 2019

FIGURA 11 – Interdição da passagem dos veículos durante o protesto



Fonte: autoria própria. Registro em 11 de setembro de 2019

FIGURA 12 – Fumaça provocada pela queima de pneus durante o protesto



Fonte: autoria própria. Registro em 11 de setembro de 2019

Partindo para um outro ponto que foi percebido neste dia, como em todo conflito, houve também divergências dentro do próprio grupo. Enquanto eu estava apenas observando o espaço, presenciei discussões entre os vendedores, pois enquanto alguns queriam permanecer ali, outros queriam ir até a assembleia e outros ainda queriam ocupar o então Terminal de Integração do Varadouro. A líder durante todo o tempo foi a representante da AMEG-PB que tentou mediar os diversos posicionamentos a todo momento, bem como apresentar o porquê da manifestação e a petição dos vendedores para as mídias locais. A assembleia, segunda ela, se encontrava fechada naquela manhã e, como a intenção era adquirir visibilidade, a ideia era esperar, pelo menos, os jornais que passam ao meio-dia para eles serem entrevistados ao vivo.

Tendo em vista essa necessidade de ter visibilidade a partir da mídia local, Canclini (1997) afirmou que “a esfera pública já não é o lugar de participação racional a partir da qual se determina a ordem social” (p. 284). Assim como ocorreu em um outro protesto nesse mesmo ano, que foi instruído (pelos policiais que mediarão o conflito no dia) para os manifestantes irem diretamente à sede da prefeitura. Eles não acordaram e preferiram queimar pneus em um cruzamento do centro da cidade afirmando que “só assim o povo vê”, neste dia a intenção também era adquirir visibilidade das pessoas que tem a vida citadina naquela região geográfica³⁰, pois:

A eficácia desses movimentos depende, por sua vez, da reorganização do espaço público. Suas ações são de baixa ressonância quando se limitam a usar formas tradicionais de comunicação (orais, de produção artesanal ou em textos escritos que circulam de mão em mão). Para seu poder crescer se atuam nas redes massivas: não apenas a presença urbana de uma manifestação de cem ou duzentas mil pessoas, porém – mais ainda – sua capacidade de interferir no funcionamento habitual de uma cidade e encontrar eco, por isso mesmo, nos meios eletrônicos de informação. (CANCLINI, 1997, p. 285)

E desta forma aconteceu. Assim que as reportagens foram ao ar, o grupo se dispersou. Voltar a trabalhar na Miguel Couto já não poderia mais, assim como ficou proibido até pelo menos o final do ano de 2019. Os ânimos já estavam abalados. Como havia trabalhadores de outras ruas também, alguns voltaram a trabalhar em seus espaços, e outros tomaram novos rumos a partir daquele dia. Ainda um outro grupo foi para a assembleia, o que também nada adiantou naquele momento, pois não foram

³⁰ Esse protesto aconteceu no cruzamento da Av. Padre Meira com a Av. General Osório, por volta das 13h no dia 16 de agosto de 2019, porém em proporção bem menor, tendo em vista que foi, em pouco mais de duas horas, apaziguado e os trabalhadores se dispersaram. O motivo foi uma apreensão de mercadorias repentina pela manhã deste mesmo dia na Rua Duque de Caxias, deixando uma trabalhadora, segundo relatos, ferida na cabeça e tendo de ser levada para o hospital.

recebidos. Fui comer algo e quando voltei por volta das 14hs para a frente da assembleia, tinha apenas algumas pessoas conversando sobre as estratégias que deveriam ser tomadas a partir dali, juntamente com a representante da AMEG-PB.

Foi acordado então, voltar no outro dia logo cedo para a assembleia. Além de conversas paralelas sobre possíveis infiltrados – vendedores ambulantes que “estão do lado da prefeitura”. E assim naquela tarde findou o protesto, onde foi perceptível a força que o grupo tem, bem como, apesar dos diferentes posicionamentos, a união que conseguiu mudar a configuração de todo o espaço naquele dia. Além disso, também percebemos a importância da categoria trabalho, inclusive para o desenvolvimento e manutenção de uma cidade. Acima das dualidades, assim como Telles (2010) já ressalta, é preciso perceber como essas mudanças no âmbito do trabalho também propiciam mudanças na cidade, seja agregando novas formas as tradições ou mesmo causando rupturas entre o dito antigo e inovador.

Bifurcações nas destinações de uns e outros: traçados que precisam ser seguidos para colocar em perspectiva reconfigurações de mundos sociais. E por aí apreender o drama do desemprego ou do trabalho precário, para além da constatação monocórdia da “exclusão social”, mas tal como esses dramas se configuram em mundos sociais e tramas de relações que escapam dos dados e indicadores que medem as transformações recentes no mercado de trabalho (TELLES, 2010, p.93).

Esse dia marcou a pesquisa, assim como foi um exemplo enérgico da importância de perceber também a cidade, de como esta foi e é construída continuamente pelas pessoas que ali vivem e se relacionam e, mesmo com as relações de poder e simbólicas ali instituídas, há mudanças a partir do consenso ou mesmo da não aceitação das regras que são postas.

As transformações que vem ocorrendo no âmbito do trabalho, com destaque para o aumento e a pluralização da informalidade, também interferem na compreensão da cidade. É preciso perceber então como há uma relação mútua de afetação por esses novos arranjos, que são para além de necessários a vivência dos sujeitos, um modo de vida.

Contudo, de alguma forma, o conflito estava posto. Se de um lado temos as justificativas para tal demanda judiciária com o objetivo de “preservar o direito de ir e vir dos pedestres”, desobstruindo as passagens, sendo estas ruas ou calçadas, promovendo a “limpeza das vias públicas”, por outro lado, temos os vendedores que sabem que “precisam trabalhar para manter a família” e que “estão ali há anos fazendo o trabalho digno e justo pra o ganha pão”. Outros discursos, como estes, foram usuais

durante todo o dito conflito. Se bem que, até o prezado momento³¹, acalmaram-se os ânimos, mas nada foi terminantemente resolvido.

3.2 A importância das organizações coletivas no âmbito do comércio ambulante

As relações de trabalho, desde sempre, precisaram de uma organização coletiva, seja para reivindicar os direitos trabalhistas, ou mesmo para as pessoas trabalhadoras serem representadas nas tomadas de decisão que dizem respeito ao coletivo. É devido a tal necessidade que a representação coletiva – seja ela dada pelo sindicato, o mais comum, ou mesmo por associações e corporações na atualidade –, é um tema bastante discutido, bem como importante para a realização de estudos sobre trabalho. Sobretudo na conjuntura política que nos assola, tentando inclusive fragilizar tais representações – aqui também englobando os movimentos sociais juntamente às instituições. Tais mobilizações muitas vezes não são sequer reconhecidas pelo Estado, o que dificulta bastante possíveis negociações e resoluções das demandas, sendo um obstáculo a mais para tais organizações coletivas enfrentarem (KALIL, 2013).

Além da influência política exercida na gestão governamental e logo, nas decisões que dizem respeito à população, as mudanças nas relações de trabalho também interferem na dificuldade de representação. A pluralidade nas modalidades de produção e consumo, a constante inserção de tecnologias, a flexibilização e precarização dos serviços, assim como a informalidade são aspectos que devem ser levados em consideração nas ações conjuntas, o que se soma aos percalços da representatividade (RAMALHO; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015).

No âmbito informal, o desafio é ainda maior na medida em que, a autonomia e individualidade são características marcantes. Todavia, cabe ressaltar que não é um setor solto e desorganizado – até porque o intuito deste capítulo em específico é demonstrar justamente o contrário. Contudo, as características neoliberais são marcantes nessa modalidade, o que acentua a aparente autossuficiência dos trabalhadores (BROWN, 2018). Por exemplo, enquanto que em uma empresa há vários funcionários em um mesmo setor, com uma liderança, além de um vínculo empregatício por meio de um contrato e uma série de normatizações, no âmbito informal o sujeito geralmente trabalha organizando seu próprio local de atividade, horários, meios de trabalho e renda,

³¹ A escrita desse tópico é referente aos conflitos no ano de 2019, mais especificamente a descrição de um dos protestos que ocorreram nesse período. O ano de 2020, além de ser atípico devido a pandemia da covid-19, também foi um ano de eleições municipais no Brasil, o que geralmente proporciona uma certa “calmaria” nesse campo (esse tema será melhor abordado no próximo capítulo), logo, os conflitos foram minimizados.

apesar de ambas características serem limitadas, tendo em vista que há a questão da territorialização e a necessidade de trabalhar por mais horas, por exemplo.

Por isso, é válido ressaltar, novamente, que essa autonomia é aparente. Há uma estrutura maior, aqui entendida enquanto uma sociabilidade construída sob a égide capitalista, que faz com que parte da população, mesmo não participando dos ditames da economia formal, pertença a informalidade, a qual ainda que acentuada nos últimos anos, sempre existiu e, mesmo que não pareça, comporta as regras da formalidade que em suma podemos dizer que é, enquanto classe trabalhadora, produzir para obter uma renda, ou melhor, um meio de sobrevivência (HARVEY, 2020).

Não diferente é no comércio ambulante que, por mais que pertença a categoria da informalidade e pareça ser um grupo solto e desorganizado, vem aumentando cada vez mais. O que causa um movimento dialético, uma vez que, ao passo em que sobe o número de trabalhadores na rua, a necessidade de representação coletiva desses sujeitos também é evidenciada. As reivindicações são comuns, já que é um trabalho não reconhecido por parte do Estado e acaba sofrendo retaliações devido justamente a sua irregularidade.

Dentre as demandas que perpassam tal realidade, e que são reivindicadas por pelo menos boa parte do grupo, estão o reconhecimento dessa atividade enquanto um trabalho, a padronização das barracas, a criação de shoppings populares e certamente a regulamentação desses trabalhadores na legislação cidadina. Nos últimos anos os movimentos que representam essa categoria vêm ganhando força. Durante o período em que a etnografia foi interrompida devido a pandemia da covid-19, a pesquisa em dados online me proporcionou conhecer um movimento que representa esses trabalhadores a nível internacional e que, através de diálogos com líderes locais, inclusive aqui na cidade de João Pessoa, busca unir forças para a concretude de tais demandas.

A StreetNet é uma organização internacional que está presente em 56 países atualmente, e foi fundada em 2002 na África do Sul. Por mais que ainda possua mais força na África e na Ásia, vem ganhando espaço também na América Latina. Possui representantes continentais e estes, por sua vez, se comunicam com os representantes da categoria dos países que fazem parte dessa união. Os informes são realizados por meio de redes sociais, sendo divulgados inclusive com tradução para a língua portuguesa quando ocorrem a nível mundial ou de América Latina, para assim viabilizar uma maior acessibilidade dos trabalhadores. É válido frisar que a StreetNet compõe o Fórum Social

Mundial (FSM) participando então dos encontros anuais e atuando em prol de mudanças no contexto social vigente (informação verbal).³²

No Brasil, temos como representante no país a União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil (UNICAB). Fundada em 2011, está presente em 8 estados³³, incluindo a Paraíba. Uma de suas atividades é a realização de debates e encontros, tanto locais quanto nacionais, para a discussão de possíveis encaminhamentos.

No ano de 2020, participei de alguns dos encontros realizados via rede social Facebook, os quais tiveram a participação da StreetNet, assim como dos representantes dos estados. Alguns encontros também tiveram a participação de representantes de outras organizações, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que também é de suma importância para a construção de um diálogo abrangente e fortalecido (informação verbal³⁴). Sobre essas ações que tentam contemplar cada vez mais um número maior de representações é válido acreditar que:

São esses movimentos e dinâmicas que vêm agora à tona. Trazem para nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda não foi contaminado pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social. Desafiados pela cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital, eles agora as desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abre extraordinárias possibilidades de interpelação e transformação. Mas nada ainda está decidido. O jogo está aberto. A história nos revisita, nos pisca o olho e nos lembra de que outra cidade é possível (VAINER, 2013, p. 40).

A proposta da StreetNet, unida não somente a UNICAB, mas também a outros movimentos sociais a nível de Brasil, é justamente essa: ampliar os espaços ocupados, inclusive na representação política e gestão pública para fortalecimento da classe trabalhadora. Já aqui no estado da Paraíba, por sua vez, essa união a nível mundial é representada pela AMEG-PB que atua há 15 anos, sendo reconhecida enquanto instituição no ano de 2008. Em entrevista, a presidente da associação relatou da importância desses encontros para a articulação do movimento e é perceptível que as demandas no mundo todo são semelhantes, precisando então, de fato, dessa organização frente às dificuldades encontradas no comércio de rua. Também foram relatados alguns

³² Essas informações foram dadas pela representante da StreetNet, Maíra Vannuchi, no Ciclo de Debates Trabalho Ambulante e Luta por Direitos que ocorreu nos dias 19 de novembro e 3 de dezembro de 2020, sendo transmitido ao vivo via rede social Facebook. Os encontros podem ser vistos por meio da página: < <https://www.facebook.com/UniaoNacionalAmbulantesUnicab> >

³³ Além da Paraíba estão: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e Amazônia.

³⁴ Ibidem.

dos momentos com representantes de outros estados nos quais houve troca de experiências, de estratégias diante das dificuldades enfrentadas, o que potencializa os rumos seguidos pela associação aqui a nível local.

Porém, aqui na cidade de João Pessoa, e consequentemente na Paraíba, temos mais uma representação coletiva da categoria que é o SINDAMBULANTES-PB. Esse último não compõe o coletivo a nível mundial aqui descrito até então, mas representa a categoria de ambulantes na cidade desde 1945, sendo oficialmente reconhecido em 1946.

Durante a entrevista, o presidente afirmou que o SINDAMBULANTES-PB foi o primeiro sindicato dos ambulantes no Brasil, tendo os outros surgido somente após a década de 1980. Desde a sua criação, ainda enquanto Sindicato dos Volantes³⁵, que representava os pescadores da antiga “Ponte de Baralho”, se concentra no centro da cidade de João Pessoa, mas atualmente atende a todo o território paraibano e a todos os trabalhadores ambulantes.

Durante a realização da pesquisa, foi compreendido que a AMEG-PB e o SINDAMBULANTES-PB, apesar de representarem os trabalhadores ambulantes do centro da cidade, campo aqui estudado, atuam de forma paralela. Certamente tais diferenças entre os dois órgãos representativos trazem divergências, seja no diálogo entre si, ou mesmo na forma de representar tal grupo. Kalil (2013 apud GALLIN, 2000) ressalta as diferenças, sobretudo políticas, que há quando se tem duas ou mais representações para um mesmo grupo, o que recai não somente na construção dessas organizações, mas no modo que elas desenvolvem suas atividades, e também quais os trabalhadores se sentem representados por uma ou outra.

Abordar a ideia de representação a partir das organizações coletivas já é uma temática bastante plural e, se tratando de ser no âmbito do trabalho informal, com mais de uma organização coletiva atuante, como é o caso, é um desafio ainda maior. Mas a intenção aqui será, sobretudo, demonstrar quais as estratégias criadas e desenvolvidas por cada um, e como ambas, mesmo que de modo diferente, representam o coletivo nos espaços de decisão e de organização do comércio de rua na cidade. Por mais que ocorram divergências, a intenção da AMEG-PB e do SINDAMBULANTES-PB é de representar os trabalhadores e conseguir melhorias para esse grupo, mesmo que seja através de propostas distintas.

³⁵ Era assim intitulado porque surgiu pra representar os pescadores naquela época em que o comércio de peixes era intenso nessa região. O que hoje é centro histórico, marcado também pelo Rio Sanhauá, era a área central da cidade que havia a pesca e consequentemente a venda pra os locais mais distantes. O que viabilizou o comércio ambulante ainda naquele período.

A ação conjunta das organizações associativas ocorre por meio da atuação de duas ou mais entidades com o objetivo de reivindicar direitos, promover uma campanha, executar uma política, realizar uma mobilização, entre outras ações, em benefício de seus integrantes, que, no presente estudo, são os trabalhadores informais. O trabalho em conjunto das entidades pode ocorrer entre organizações da mesma espécie, como dois ou mais sindicatos. Também pode acontecer entre duas ou mais organizações de diferentes espécies, como sindicatos e associações, sindicatos e cooperativas, e sindicatos, cooperativas e associações (KALIL, 2013, p. 202).

Contudo, como o autor já destaca:

Para que a aliança e a cooperação entre as organizações de diferentes espécies sejam viáveis, é importante que essas entidades tenham objetivos comuns e possuam métodos operacionais semelhantes, como os relacionados à legitimidade, transparência e gestão, de forma a estabelecer laços de confiança entre si (KALIL, 2013, p. 203).

Ao descrever como se dá o funcionamento das duas organizações nos próximos tópicos, será perceptível as características que as diferenciam e que as fazem não atuar de forma conjunta, mesmo que ainda seja em prol do mesmo grupo. Ambas tentam o diálogo com o órgão responsável com as constantes reuniões que ocorrem entre os mesmos. Porém, se por um lado, além desse diálogo há um enfrentamento ao poder público pela AMEG-PB com a organização de protestos, por exemplo, o SINDAMBULANTES-PB tenta solucionar a questão a partir de negociações com a gestão, mesmo que ambos estejam, por meio de estratégias diferentes, representar o anseio dos ambulantes pelo direito ao trabalho.

Certamente que as opiniões se dividem no que diz respeito à conduta de ambas organizações. Algumas pessoas concordam que é preciso haver enfrentamento e que somente assim, as reivindicações serão atendidas, como aponta Iasi (2013) à luz dos escritos gramscianos. Para o autor, é preciso haver uma tomada de consciência, dificultada pelo processo capitalista bem como pelas instituições já estabelecidas, o que ocasiona a “serialidade”, assim intitulada por ele, e que significa o processo de individualização das questões comuns, o que inviabiliza a efetivação das lutas, mas quando estas ocorrem:

São os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos de esquerda e outras formas de luta coletiva. Enfrentamos o ser serializado e sua consciência imediata e o chamamos para a luta, para a ação, mas, via de regra, os indivíduos serializados não vêm, dando a impressão de que são sempre uma minoria os que lutam (IASI, 2013, p. 44).

Partindo dessa visão, a qual já considera que a atuação do poder público nas tomadas de decisão, aqui com respeito ao comércio ambulante, já corrobora com os ditames capitalistas sendo inerente a esse processo a perpetuação da desigualdade e da exclusão social, reconhecemos que “Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com ela” (IASI, 2013, p. 46). Em outras palavras, se não houver o enfrentamento e possíveis combates, a situação continuará a mesma. É uma perspectiva além de crítica, podemos dizer que revolucionária, ao passo em que tenta realmente mudar a realidade da classe trabalhadora.

Por outro lado, buscar enquanto alternativa unir-se a gestão pública e, por meio do diálogo tentar chegar a um consenso tendo em vista possíveis negociações, também é um tipo de estratégia, inclusive um tanto comum, na medida em que não somente no âmbito do comércio ambulante, mas em outras formas de trabalho, essa prática tende a se fortalecer cotidianamente. Todavia, no campo teórico-científico é criticada na medida em que fortalece a lógica do clientelismo, exercendo a ideia não somente de favor, mas beneficiando apenas alguns e não toda a categoria, tendo em vista que não há uma reivindicação formada por todo o grupo, mas sim uma tentativa de mediar os conflitos através de negociações, nas quais a gestão pública acaba atuando pelo viés político e em prol dos seus próprios interesses (ALCÂNTARA; et. al., 2013).

Desde já é válido destacar algumas conquistas para o grupo tidas por meio de tais diálogos. Na realização das entrevistas foram elencadas algumas delas como a criação dos shoppings populares, os quais foram propostas do SINDAMBULANTES-PB, e a não remoção e sim realocação dos trabalhadores que se encontravam no Parque da Lagoa para ruas paralelas no ano de 2019, proposta da AMEG-PB acatada pela gestão. Neste sentido serão reconhecidos ambos os movimentos, até mesmo porque há trabalhadores que se sentem representados de uma forma ou outra, o que explica justamente o surgimento de uma outra instituição para a representação do mesmo grupo (KALIL, 2013).

A organização coletiva, frente às demandas que ameaçam a prática do trabalho na sociedade contemporânea, tem sido fundamental. Quando não ocorrem conquistas por parte da classe trabalhadora, há ao menos mediações que não atendem a todas as demandas, mas tentam amenizar os embates e possíveis conflitos. Diante de uma ordem neoliberal que acelera o processo de informalidade nas relações de trabalho e ainda a individualidade dentro da própria categoria, objetivando enfraquecer e mesmo excluir

os direitos e garantias trabalhistas, um posicionamento que vá de encontro a esse intuito é necessário e importante para as pessoas trabalhadoras, pois:

Ainda que o envolvimento ativo desses sujeitos seja de fundamental importância, de maneira autônoma e voluntária, dificilmente essa movimentação acontecerá. Ao contrário, se observarmos o projeto de sociedade que vem sendo defendido, por exemplo, pelos últimos governos federais e pelas entidades patronais, a tendência é o aprofundamento da informalidade e a piora nas condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras em seu conjunto. Portanto, é fundamental que a parcela da classe trabalhadora que está na informalidade assuma protagonismo na disputa por medidas e ações que melhorem a sua vida. Nessa direção, uma intervenção central nesse contexto é a potencialização da **organização coletiva das trabalhadoras e dos trabalhadores informais** (COELHO-LIMA; BENDASSOLI, 2020, p. 4-5).

Nesse sentido, podemos considerar a representação do comércio de rua, tanto por um sindicato quanto por uma associação, uma estratégia coletiva e de resistência frente às dificuldades encontradas nesse campo, aqui já elencadas, com o objetivo de se ter acesso ao trabalho e simultaneamente acesso à cidade. Levando em consideração não somente a conjuntura política e as mudanças nas relações de trabalho, no sentido de dificuldades a serem enfrentadas, mas também um Estado Democrático de Direito vigente em nosso regimento territorial, que além de outorgado é uma conquista permanente, é válido também frisar o quanto que a representação coletiva é importante para a concretude dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos constitucionalmente, sendo a participação social, um instrumento para tal efetivação (SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2011).

3.2.1 O comércio ambulante do centro de João Pessoa e o SINDAMBULANTES-PB

A presença do SINDAMBULANTES-PB no comércio ambulante do centro de João Pessoa é tão necessária quanto importante, realizando até aqui marcos históricos no campo de luta da categoria. Atuando há 74 anos, sobretudo nessa área, tendo em vista suas atividades terem início no centro e, até hoje, tendo sua sede no mesmo bairro, possui além de uma tradição uma representação grande nesse território. Sobre sua criação, foi dada justamente a partir do aumento da comercialização, na época de peixes. As frases aqui transcritas, bem como toda a descrição, são resultantes da entrevista realizada no ano de 2020 com o então presidente do sindicato, que é ambulante, casado e tem 51 anos de idade. Começando a conversa sobre a criação do sindicato, foi dito que:

O sindicato foi criado em 45 como forma de... Um grupo, de participação de pescadores. E aí é... Entre o mês de julho e novembro, houve a participação, reunião e transformou-se em uma associação. Até aí foi de boca, e assinava uma folhinha qualquer e pronto. Quando foi por volta de 45 já no finalzinho, veio a necessidade de começar a comercializar os produtos que nasceu na Ponte Baralho, onde essa futura obra que o prefeito vem fazendo, era onde tinha a desembarcação dos peixeiros e ali mesmo vendia pro pessoal. E a demanda foi aumentando, e sentiram a necessidade de ir até as feiras. Então pra conseguir ir até a feira, ter um box, um espaço melhor, uma estrutura melhor, o governo na época só reconhecia se fosse um sindicato. E aí foi decidido de formalizar o sindicato. Aí no período era sindicato dos vendedores de forma... É... como se chamava? Volantes. Por determinado tempo. Porque quando o pessoal chegava, aí perguntava: cadê seu Antônio? Antônio não tá mais aqui não, tá montando ambulante. E aí foi seguindo. Resumindo: em 46 nós fomos formalizar a documentação do sindicato. E aí passou a ser o sindicato dos ambulantes (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

O sindicato então surgiu da demanda da venda de peixes, ainda na década de 1940 na cidade de João Pessoa, mais precisamente no centro da cidade, onde se concentravam não somente boa parte da população, tendo em vista que a cidade nasceu nesse território, mas consequentemente as trocas comerciais. Atualmente são 14.768 sindicalizados (dados do dia da entrevista realizada em setembro de 2020) ao todo. É válido salientar que, esse número é o total, não especificamente dos trabalhadores que estão no centro da cidade, mas sim a nível estadual, que a instituição passou a abranger entre 2004 e 2005, bem como outros trabalhadores que são tidos pelo sindicato enquanto ambulante. Ou seja, para o SINDAMBULANTES-PB, como dito no capítulo anterior, é ambulante todo trabalhador informal e autônomo, além daqueles que estão atuando nas ruas e calçadas, como os trabalhadores aqui em menção.

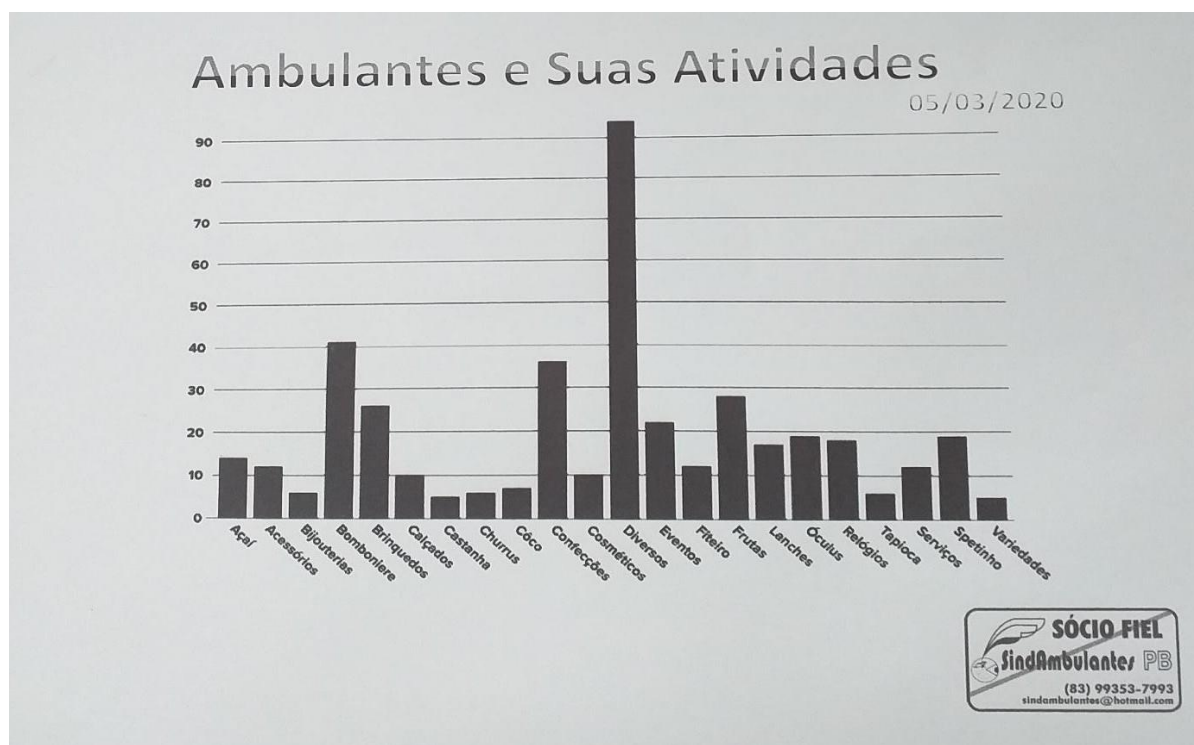
As eleições para presidente do sindicato ocorrem a cada 48 meses. O presidente da associação que concedeu a entrevista está no seu segundo mandato (intercalado). Quando perguntei se ele já tinha sido ambulante, ele afirmou que é ambulante. Começou a trabalhar com 9 anos e desde então passou por várias formas de trabalho, sempre no centro e praia, incluindo também funcionário público da prefeitura enquanto prestador de serviço. Na década de 1990 ganhou visibilidade no comércio ambulante vendendo fichas telefônicas, juntamente com sua esposa, enquanto ambulante no atual Parque da Lagoa:

A gente decidiu continuar na área do comércio. Ela deixou o emprego dela e eu continuei com meu emprego onde tô até hoje. E... O forte da

gente era vender pirulito pra crianças. Era pirulito e amendoim colorido. Aquilo era o forte. Até que chegou um certo ponto que, em 98, outubro de 98. A data mais precisamente 10 do 10 de 98 a gente foi trabalhar no centro, que o pessoal conhece como Parque Sólón de Lucena né, Lagoa. Hoje é Parque da Lagoa. E aí a gente começou nosso comércio vendendo lá também pipoca, bombons e a gente passou a ser reconhecido pelos jornais locais e o maior jornal de circulação. União, Correio, não existia essas outras, não era nem TV... Passei a ser conhecido como o rei das fichinhas, que era as fichas de telefone. Eu conseguia vender 20 mil fichas por dia. 20 mil fichas telefônicas. Quando apareceu o cartão telefônico, eu fui o primeiro a tentar vender cartão telefônico que era um que tinha 10 unidades. Passei a ser o representante da Telemar na venda de cartão. Tinha época que a Telpa não tinha cartão telefônico pra distribuir (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

A partir desse exemplo, é válido novamente salientar o quanto as estratégias de venda são pontuais nesse tipo de atividade. As fichas de telefone na época, que hoje já nem existem mais, eram peças-chave para se ter lucro, assim como atualmente são as máscaras de pano, devido a pandemia da covid-19. Quando paramos no comércio ambulante do centro há várias pessoas vendendo as máscaras, assim como no verão óculos de sol, e em tempos chuvosos sombrinhas e guarda-chuvas. O sindicato nos disponibilizou um gráfico sobre os tipos de produtos que prevaleceram no ano de 2020, de acordo com o mapeamento realizado pelo mesmo, conforme a seguir:

GRÁFICO 2 – Produtos comercializados no centro de João Pessoa



Fonte: SINDAMBULANTES-PB, 2020

A partir desse gráfico, percebemos que a categoria diversos é a que predomina, o que podemos correlacionar com a comercialização de produtos de época, como a venda de material escolar no início do ano, de sombrinha em dias chuvosos, de água no verão e de máscaras no período pandêmico, por exemplo. Além das confecções, a venda de guloseimas e de frutas acompanham também essa predominância na comercialização dos produtos. Contudo as outras categorias de produtos também de fazem presentes no comércio ambulante.

Foi questionado também sobre a relação entre os trabalhadores. Sabemos que, por mais que prevaleça a ideia de individualismo e autonomia, por ocuparem um mesmo espaço, acabam criando vínculos entre si e, como alguns exemplos cotidianos podemos citar: necessidade de ir ao banheiro, comprar uma refeição, pagar uma conta e mesmo trocar dinheiro para passar troco. A indagação que fica é como essas pessoas vivenciam esse mesmo espaço, que por vezes há também a questão da territorialização – criada pelos próprios trabalhadores inclusive. Então comecei justamente questionando: sobre a questão do território, como fica quando um dos ambulantes passam alguns dias sem ir?

Entre os amigos. Respeito. Entre os amigos. Respeito. Só não respeita tipo assim, se a gente não souber o destino dele. Se não souber o destino dele, subentende que ele abandonou o local de trabalho. Se ele avisarem antes, aí a gente já sabe. Mas se eles forem e não informar, aí ele tá arriscado a perder aquele espaço de trabalho e se um dia voltar procurar outro canto (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

A partir dessa fala, percebemos que há a criação de vínculos nesse campo, por mais que sejam sucintos, mas que são necessários para a permanência do trabalho naquele espaço. Mas a indagação que fica é: como essas pessoas se relacionam entre si, e se é na amizade?

Não. É... Até certo ponto sim. Você não vai trabalhar num local que não conhece ninguém. Porque eu tô falando dessa forma: pra você entender um pouco mais o popular dele. Se você não tiver alguém ali que pegou uma certa amizade, você não vai querer trabalhar ali no local. Se precisar de ir no banheiro, quem vai cuidar das suas coisas e dá a garantia que quando você voltar as coisas vão tá no lugar, se você não conhece ninguém? Então você vai querer se aproximar de alguém que pegou uma certa amizade. A gente se acolhe. Mas tanto dentro de casa como na rua ou em qualquer lugar, sempre vai ter alguém que você não simpatiza. Porque as vezes a pessoa vai querer intervir na sua vida (...) (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Nesse momento falamos brevemente, tendo em vista que iria começar uma reunião com um grupo de trabalhadores sobre a inerência dos conflitos dentro das relações de trabalho, o quanto estes são comuns. Todavia, percebe-se que o motivo de estar ali com um mesmo propósito os une para se ajudarem cotidianamente, seja nos pequenos atos, com troca de favores, ou por um motivo maior que é o direito a permanência de trabalhar no mesmo espaço. E então entramos na temática do conflito entre comércio ambulante e Estado, mais precisamente sobre o ano de 2019, momento que ocorreram sucessivas proibições e consequentes protestos que foram acompanhados em campo pela autora. A seguir o posicionamento do entrevistado a respeito desse fato:

É. Tem acontecido alguns conflitos porque é o seguinte: em toda negociação, em toda categoria existe representante e representante. E como diz no meio virtual existe a realidade e as *fake news* que pra nós aqui é o verdadeiro e o mentiroso. Entre o verdadeiro e o mentiroso, nós somos o verdadeiro, porque já temos 74 anos de existência! 74 anos de luta! Já conhecemos como é que funciona o poder público na forma de dizer não e sim, né? Como os mercados públicos que existem hoje, as feiras livres, os shoppings populares que existem no nosso estado, no nosso município. E foi um trabalho de luta, de conquista nossa. Mas cada um tem a sua história, a forma que foi conseguido. Tem aquele que a gente conseguiu com a simpatia e tem aquele que a gente conseguiu na dura e na ponta da lança. Não foi na sorte. E tem aquele que a gente conseguiu porque o pessoal percebeu que “ou nós damos ou nós vamos perder”. O que eles mais precisam o nosso povo tem. Apesar de eles só procurarem a gente um pouquinho assim né, a cada 48 meses (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

A partir dessa fala, percebemos a correlação que tem entre política e mudanças no comércio ambulante, além da posição do presidente do sindicato diante dos conflitos, que vai além do enfrentamento, com a negociação enquanto tática. Diante desse discurso foi questionado: esse contexto tem a ver com a política?

Tem a ver com a política. Porque ao invés de fazer a política social que é essa que nós fazemos aqui, que é lutar pela estabilidade familiar, alimentação, do bem estar da família, de paz, de lutar é... Pelo futuro melhor dos nossos filhos, não olhava por esse lado. Então foi isso que aconteceu. O povo na necessidade, sol, chuva, sereno. É... De manhã, de tarde, de noite, de madrugada lutando pra sobreviver. Apenas com um objetivo: comprar a alimentação da família e suprir a necessidade de uma água, uma luz, um aluguel. Aí chegava seu fulano e pegava dona beltrana, mas seu cicrano e começava [não entendível]. Então quando eu chegava e explicava o direito que ele tem, a valorização que ele tem, o que é que ele pode conseguir, o que ele pode oferecer para as famílias. E quando eles começaram a realmente ver a real situação, a necessidade sendo suprida através daquelas informações. Aí eles começaram: ah, não é assim, eu não vou mais como é... Eu não

posso pegar comida pros animais e jogar. Eu tenho que dá carinho pros animais e dá comida pra eles. Quando é agora político tá aperreado. Por quê? O povo através [não entendível] sabe das leis, diz hoje que o político não pode ultrapassar o piso mínimo. E quem não tem nada não pode ultrapassar aquele mínimo porque também não tem. Mas que tem o principal, que é o que a gente mais precisa hoje. No mundo o que eles tão precisando hoje no meio da humanidade? É o ... É... É adquirir seu direito ou ter o dinheiro a mão? (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Como aqui já afirmado, a resolução dada por parte da prefeitura no ano de 2019, mas até então não realizada, foi de construir um outro shopping popular no antigo prédio conhecido enquanto “Nações Unidas”. Essa foi uma iniciativa defendida pelo SINDAMBULANTES-PB que naquele momento não somente defendeu e participou do planejamento juntamente a prefeitura, mas divulgou para os sindicalizados os possíveis benefícios de tal feito. Obviamente, as opiniões se dividiram, não somente entre os trabalhadores, mas também entre os órgãos representativos. Por hora, vamos apresentar a defesa do SINDAMBULANTES-PB quanto a proposta:

Proposta do poder público não tem. Agora tem uma sugestão nossa que foi apresentada tanto ao Ministério Público quanto a prefeitura que foi estruturar, dá condições adequadas aos ambulantes tirando eles do sol da chuva, e dando uma melhor qualidade que é um shopping, que tá aí pra ser realizado o mais breve possível. Não foi entregue nesses últimos 60 dias devido a pandemia, mas a gente tem uma grande expectativa que é no início do próximo semestre a gente esteja próximo de ir pra lá (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

A essa altura já era de imaginar que o shopping em menção era o referente ao das Nações Unidas como vinha sendo noticiado pela mídia sendo noticiado e aqui já citado anteriormente. Mas para a confirmação do assunto questioneei: então o shopping das Nações Unidas é uma proposta do sindicato?

Foi uma proposta do sindicato. Não somente essa, como uma galeria aberta na Rua Treze de Maio, na Rua Santos Dummont. São ruas que praticamente não são utilizadas, vamos dizer assim, de trânsito é mais neutra. Então são lugares onde poderiam tá sendo colocados os ambulantes. O sindicato já tem 74 anos de existência, fazendo vários projetos que estão sendo implantados em outros estados, e que aqui, quem tava no município não se interessou. Nós temos a 25 de março, a galeria Pajé. É, hoje... O largo do coelho em São Paulo que foi inaugurado há pouco tempo. Enfim, têm várias outras capitais que a gente conseguiu espaço numa área pública. Nas ruas secundárias, transformamos shoppings populares que a gente chama é, de via aberta que a coberta é transparente e o reflexo do sol é que dá a claridade do local durante o dia. Nós temos as arcas que foram

implementadas em Campina Grande-PB, tem as arcas das frutas, das miudezas, diversos né como a gente fala. É que infelizmente agora pouco o prefeito relaxou. É o que a gente pode fazer aqui em João Pessoa de forma que vai atender a todos (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Ainda sobre o projeto de um shopping popular e os conflitos:

Todas profissionais que existem na face da terra passa por ambulante. No início era ambulante. Quando ele se formaliza é que deixa de ser ambulante. E a nossa função aqui é desenvolver projetos. Infelizmente não podemos legislar. Mas nossos projetos se tornam como sugestão de solução do problema. E todos os projetos que nós o fazemos como nós criamos, são projetos que o pessoal sente na pele pra poder virar projeto. E quando acontece de ter um projeto no segmento público é o que acontece quando você me fez a pergunta: os conflitos. Conflito só acontece porque os projetos vêm de cima pra baixo. Só existe um engenheiro no mundo que consegue construir de cima pra baixo. Todos os outros se constroem de baixo pra cima (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Como dito, as opiniões quanto a alocação em shoppings populares se dividem. Realmente é a construção de um espaço organizado, onde há segurança e banheiros, por exemplo, o que melhora nitidamente as condições de trabalho dos ambulantes. Mas a depender de como são construídos, caso seja em uma rua com pouca movimentação, ou mesmo que, dentro do espaço não tenha um serviço que chame mais pessoas, como uma casa lotérica, por exemplo. E caso seja vertical, como é o caso do prédio das “Nações Unidas”, as lojas que ficarem na parte de cima terão provavelmente uma menor visibilidade, por exemplo, o que dificulta o acesso a renda pelos trabalhadores, chegando muitas vezes a não conseguir obtê-la. São demandas que devem ser pensadas juntamente com o poder público, e a presença do sindicato no planejamento e organização desses projetos certamente é fundamental. Sobre essa estruturação, aqui criticada, o sindicato se posicionou:

Tem 400 pessoas esperando. A gente tem espaço pra 440 pessoas pra ir pro local de trabalho no novo shopping. E tem algumas pessoas que desistiram de algum shopping porque a forma que foram organizados pelo R, localizou de forma errada porque não seguiu 100% do que tava dentro dos acordos. Era a questão do projeto cidadania: a utilidade pública, era uma loja ampla pra incentivar as vendas, era o embarque e desembarque do público, é a travessia de passarela entre desembarque estadual ou municipal. E não fizeram e enganou o pessoal. Então isso causou um transtorno grande. O Shopping do Varadouro, como a gente falou é... Como a gente falou, afundou. Não foi um Titanic, mas chegou quase. Ainda tem umas pessoas que tá tentando sobreviver. Tem uns guerreiros. Aqueles que não

aguentaram, tiveram que ir embora. Tem alguns que estão desocupados por conta disso aí (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Esse é um dos desafios postos para a representação do sindicato quanto ao comércio ambulante. Visivelmente a estratégia do sindicato é de encontrar meios junto à prefeitura, com destaque para os shoppings populares. A ciência de que é preciso toda uma estrutura pensada para que esses projetos tenham sucesso é visível, mas quando vai de encontro a execução, que é por parte da gestão pública municipal, as dificuldades surgem e devem ser, de uma forma ou outra, enfrentadas pela representação.

Além desse desafio aqui em destaque, o SINDAMBULANTES-PB oferece serviços regularmente para os trabalhadores ambulantes. Para ser sindicalizado, basta estar na atividade há pelo menos seis meses e no ato da inscrição pagar uma taxa simbólica, recebendo então um fardamento e, caso possua um carrinho, também um adesivo do sindicato. É realizado o cadastro para a inclusão do trabalhador não somente no banco de dados, mas para que o ambulante possa receber uma carteira de identificação, intitulada de “identidade social”. Os trabalhadores também podem se cadastrar e atualizar os dados no aplicativo “SindSIS”, que é uma plataforma desenvolvida no ano de 2020 pelo SINDAMBULANTES-PB para facilitar a comunicação entre os sindicalizados e a instituição.

A criação de um aplicativo no âmbito do sindicalismo é uma demanda relativamente recente, estratégia demandada pelas transformações não somente tecnológicas, mas nas relações de trabalho. Contudo, é válido destacar que no comércio de rua, por mais que não prevaleça como antigamente o grupo de pessoas com baixa escolaridade (CAVALCANTI, 1983) e consequentemente, dificuldade de acesso às novas tecnologias, como uso de aplicativos, ainda há um grupo de pessoas que não possuem familiaridade com essas novas modalidades de inclusão, configurando então a heterogeneidade do grupo (AZAIS; CAPPELLIN, 1987).

Neste caso, é um desafio a mais para o sindicato em atender a categoria, devendo, ao mesmo tempo que inovar com tecnologias que são inseridas continuamente, não deixar de lado aqueles que não têm familiaridade com tais mudanças. E ainda mais se tratando de uma mudança consideravelmente recente e rápida. Na entrevista, foi dito que na década de 1990 cerca de 60% dos sindicalizados assinavam com o polegar. Atualmente, entre 500 trabalhadores cerca de 10 sindicalizados ainda possuem a mesma prática. A quantidade diminuiu

significativamente, porém é preciso levá-los em consideração também quando se pensa as práticas de inclusão e acessibilidade.

Ocorrem, além das reuniões mensais com os trabalhadores, a oferta de outras atividades. No momento da entrevista, foi dito que, devido ao período pandêmico alguns serviços estavam suspensos, mas que a pretensão era voltar no próximo ano, dentre eles estão os cursos profissionalizantes que eram ofertados periodicamente. Além das parcerias com algumas faculdades disponibilizando descontos de até 60% nas mensalidades e um convênio com o Serviço Social do Comércio (SESC) garantindo o acesso a área de lazer dessa instituição. Com a taxa a associativa também eram ofertadas consultas ginecológicas e odontológicas, bem como clínica geral, além do setor de turismo com programação de viagens para a categoria. Todavia, devido ao período pandêmico, estava tendo apenas assessoria contábil e jurídica viabilizando a formalização enquanto MEI e o possível acesso a empréstimos (com juros de 1%, ou seja, com taxas menores para os trabalhadores).

Além dos termos técnicos e normativos relatados durante a entrevista quanto ao funcionamento do sindicato, merecem destaque três aspectos que foram comentados quanto ao perfil desse grupo de trabalhadores: as relações familiares, as possíveis mobilidades dentro do comércio e a heterogeneidade do grupo. A divisão do trabalho, ou mesmo a permanência de pontos que tenham pessoas da mesma família, sejam parentes, ou mesmo entre casais e pais e filhos é comum. Durante a observação *in loco* foi percebido ambos os casos: pais e filhos trabalhando juntos e também famílias que trabalhavam em pontos diferentes, mas que constituíam a mesma família. Sobre esse tema, segue um trecho da entrevista:

Entrevistado: Ah isso é inevitável. É... O pai é, sobrevivência, e os filhos seguir os pais, e os netos seguir os avós. É como se chama, herança de família. A gente até afirma que a melhor coisa hereditária que existe na nossa vida [risos] é a experiência do pai pro filho.

Mylena: Tem muitos casos assim?

Entrevistado: Muito. Muito. Hoje mesmo você presenciou duas transferências do ponto da integração do pai pro filho.

Ao conversamos sobre as relações de trabalho, ele ainda afirmou, através de um exemplo, que um empresário para contratar um funcionário vai apenas observar no comércio de rua quem está trabalhando, e ao perceber alguém “desenrolado” pergunta se quer trabalhar de carteira assinada. A seguir um trecho desenvolvido após essa afirmação:

Como assim? A experiência desde criança com os pais. Ensinando como é que vende como é que faz, atendendo cliente. Eu não vou me preocupar em capacitar o funcionário. Eu já pego um capacitado. Só pra você ter uma certa ideia, a Casa Branca aqui foi ambulante. A Narciso era ambulante. A Moda K era ambulante. A Casa Pio também.³⁶Nós temos hoje uma grande, mas uma grande quantidade de pessoas com lojas que era ambulante [tempo]. Já pensou a pessoa começar sozinha trabalhando num canto, e você se dedica, participa das palestras que é orientando a você como fazer um crescimento, e depois de um certo tempo você ser dona de uma loja com 15, 8, com 30 funcionários? E saber que quando você começou você não tinha nem noção se você ia ou não continuar no comércio (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

E a partir dessa fala, já adentramos no segundo aspecto ressaltado que são as possíveis mobilidades dentro do grupo. A permanência mutável é percebida também nesse sentido: de que pessoas entram e saem continuamente desse tipo de atividade, seja para se tornar um comerciante como na fala acima, ou mesmo no sentido contrário, de comerciante ou comerciário para ambulante, o que ocorreu inclusive durante a pandemia da covid-19.

Atualmente vemos a mesma coisa. É... Só teve umas três ruas que teve uma certa mudança. De que forma, é... Pessoas que tiveram essa situação agora que perdeu o emprego e teve que retornar. Por que falo retornar? Porque antes já trabalhavam dessa forma e se formalizou. E agora na pandemia ficaram desempregados e tiveram que voltar ao que faziam antes. Em média, em termos de porcentagem, 8,5% tiveram que voltar para as ruas, 1,5% que não era ambulante e veio pra rua e 78,9% são ambulantes que tem mais de 20 anos na rua (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

A partir dessa fala, percebemos como consequência a heterogeneidade enquanto aspecto inerente ao comércio ambulante. Aqui com destaque para as categorias idade e escolaridade, como a fala do entrevistado trouxe. Ao ser questionado sobre a população que trabalha na rua, se são mais jovens, nos relatou:

Olha hoje nós temos na rua. É... A idade ela tá variada de hoje entre... Entre 22 até 68 anos nós temos trabalhadores hoje. Só que as pessoas que tão equilibradas né. São pessoas que tem uma certa forma de se cuidar legal. Mas como ambulante, sem ser na pandemia trabalhando na rua, temos pessoa até 97 anos. E tem de menor idade, 12 anos, fica 2, 3 horas ajudando os pais. E tem algumas fazendo seus cursinhos de informática. E outros na questão de estudo agora remota. Agora hoje, vamos botar hoje pela manhã a gente tinha um pessoal trabalhando

³⁶ Essas lojas citadas são comércios locais que se concentram no centro da cidade. A Narciso e a Casa Pio, por exemplo, além de terem suas sedes no Parque da Lagoa, também estão nos Shopping Mangabeira e Shopping Tambiá, respectivamente.

entre 52 anos e 26 anos (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Mais uma vez percebemos as relações familiares e também a presença de crianças. Por não ser o objetivo dessa pesquisa, não entraremos em maiores detalhes sobre como se dá, de fato, o trabalho/ajuda dos filhos com menos de 18 anos no comércio ambulante. Todavia, para além dessa fala, durante a observação *in loco*, foi perceptível a forte presença de crianças e adolescentes nas ruas. Em paralelo, quando questionado sobre quem compõe o comércio ambulante, o mesmo afirmou que é um meio de sobrevivência, inclusive para os estudantes:

Vá ali no meio da rua. Você não acredita, mas a gente tem, é... Pessoas que trabalham ali e... É um estagiário de um cirurgião. É um estagiário. Enfim. Tanto na parte da saúde como um advogado. Entendeu? Porque vai pra lá? Porque necessita ter uma renda. Como não consegue ter um emprego formal, ele vai ter que correr pra onde? Trabalhar como ambulante. Aí depois ele vai conseguindo ter uma rendazinha. Terminou, tem que ter um prazo pra conseguir uma carteira, por exemplo, da OAB. Mas até ele ter a clientela certa, onde ele tá sobrevivendo? No ambulante (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Percebemos então, como o trabalho ambulante pode ser uma renda extra ou mesmo uma renda principal para aqueles que precisam, e através dele, conseguem estudar. Por fim, há a correlação entre escolaridade e idade, ao ser questionado se era um tipo de comércio que sempre muda:

Não. Isso depende. Tem o período. Por exemplo, você é estudante e tá de licença da faculdade e tá precisando de um recurso para poder cobrir uma despesa e você de repente conheceu uma pessoa na rua e trabalha como ambulante, e você percebeu que se ir vender água na praia isso vai lhe dar a expectativa de ter uma renda extra. Aí aquele período que você tá de férias você vai pra rua ganhar um dinheiro extra, e quando chega no final das férias você voltou pra os seus estudos. E tem as pessoas que veio pra rua por questão de idade, questão de não ter mais um emprego certo. Mas que precisa manter a estabilidade da família. Entendeu? Esses demoram mais (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Nesse sentido, a partir da fala do entrevistado percebe-se que a união desses três aspectos: as relações familiares, as possíveis mobilidades dentro do comércio e a heterogeneidade do grupo, os quais são tidos de forma aparente e predominante, configuram o comércio ambulante do centro de João Pessoa. A necessidade de organização dessa atividade, seja entre eles a partir das organizações coletivas, ou

mesmo a partir das tomadas de decisões por meio do poder público municipal precisa levar em consideração as possíveis mobilidades que são inerentes, as relações familiares que estão ligadas diretamente a permanência e a heterogeneidade que comporta uma pluralidade de pessoas no mesmo espaço.

Um outro ponto, por sinal tido com bastante enfoque durante a entrevista, foi a conjuntura política. Aqui será feito o recorte a partir de três vieses diferentes, mas que estão relacionados diretamente com a política e o comércio ambulante, são eles: conflito e gestão pública, eleições municipais e período pandêmico da covid-19. Sobre o conflito, a pergunta foi feita justamente devido aos protestos devido às sucessivas proibições no comércio ambulante do centro e se tal confronto tinha relação com a política:

Em certo ponto sim. De outra forma... Porque existe o seguinte: existe político que acredita que ele cresce na articulação contrária. E tem o político que ele acredita que ele pode fazer alguma coisa na articulação de apoio. Olha, na realidade notificação do ministério público pros ambulantes foi em 96. Aí quando chegava lá, graças a meu bom Deus, toda vez que chegava lá na mão dos promotores... Eu sempre chegava lá botava a bolsinha em baixo do braço: mas doutor eu posso falar? Pode. Mas o senhor acha que pode fazer assim assado? O senhor já imaginou o senhor nessa posição com seus filhos assim assado? Você dá licença. E eu saía e quando voltava, tava lá o papel assinado. E sempre resolvia (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Diante dessa afirmação, tendo em vista que as mudanças de 2019 foram iniciadas devido justamente a recomendação do MPPB, como já descrita anteriormente, percebe-se a influência não somente do sindicato enquanto representação coletiva, mas também da gestão municipal, tendo em vista que é ela, através da SEDURB-JP, que irá responder oficialmente a demanda jurisdicional. E sobre essas intervenções da gestão municipal, o entrevistado ressaltou as diferenças que são visíveis e foram sentidas “na pele” pelos ambulantes:

Essa proibição começou desde o período que existia ambulante na rua. Mais de 40 anos. A diferença que graça ao meu bom Deus é que no momento que eu assumi, né? Induzido pelo povo a ser o representante legal deles. Eu fui eleito presidente do sindicato em 2006. E sempre lutando pelo direito de o pessoal trabalhar. Todos os prefeitos que passaram: Chico Franca, é... Os mais novos, Cícero Lucena, o mais complicado Ricardo Coutinho. Na época que Ricardo era prefeito, gosto nem de falar na quantidade de gente que a gente perdeu. Nós temos um companheiro que anda mancando de uma perna que recebe um auxílio porque não consegue trabalhar e outro que só tem uma

parte da orelha que perdeu de uma cipoada que levou de um guarda municipal, na gestão de Ricardo. É que a gente chama Ricardo tira vida. É... E esse agora aí que tá, que podemos dizer o mais maleável, na questão do governo. Porque no período dele, costume dizer que é uma pessoa que tem diálogo. Não é 100%, mas se comparado aos outros é o mais maleável. E aí acabou a situação de quebra, de maca, espanca, prisão e hospital. Acabou. Porque ele viu nosso objetivo, viu a nossa forma, que o que a gente quer é só garantir a nossa forma de sobreviver, poder ter certeza de que vai dormir uma noite de sono sossegada que não tinha. Se você passar hoje na rua perguntando ao pessoal é... Qual o melhor prefeito pra vocês? Qual o pior prefeito pra vocês? Acho difícil não hein de eles usarem o L e o R ³⁷ como referência (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Percebe-se a partir desse relato a influência direta da gestão municipal diante da regulamentação do comércio ambulante. Por mais que, perante a lei, de fato seja ilegal ocupar as ruas e calçadas para venda de produtos sem a prévia autorização, as mediações são tomadas a partir da gestão eleita em determinando momento. Seja com negociações, alternativas secundárias, proibições, uso de violência, ou mesmo com a criação de políticas públicas voltadas para o grupo. Durante a pandemia da covid-19, como aqui já relatado, o grupo, em sua maioria, fez uso do auxílio emergencial, tendo em vista que foi uma das categorias contempladas para a possível concessão do benefício. Quanto a gestão federal atual e a esse feito, o sindicato tem um posicionamento:

A fundação, a mola mestre do desenvolvimento do mundo na área comercial se chama ambulante. Foram os primeiros a iniciar o comércio para desenvolvimento, pra o crescimento. E quando foi agora no início da pandemia, a primeira categoria estudada pelo governo foi os trabalhadores autônomos, popularmente chamado como ambulante. Vamo dá estrutura pra todo esse pessoal que é do CADÚNICO e do bolsa família. E aí milhões de pessoas sendo beneficiadas. Se não fosse esse auxílio, o país tava numa guerra. Numa guerra civil né. E esse auxílio trouxe estabilidade, o país tá crescendo agora. A gente não percebe, mas o país tá crescendo. Aumentou o PIB. Foi o ano que mais o pessoal conseguiu sair do CPC e SERASA. Quem quiser achar ruim ache. Mas oferecer estabilidade pra população dos governos foi só esse. A pessoa e se mantendo pelo menos o feijão e a farinha dentro de casa. Ele saiu do nada pra 80 (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

É válido ressaltar novamente que estamos vivenciando, no que concerne a conjuntura política do país, uma polaridade sem precedentes. Ser a favor ou não da

³⁷ L diz respeito ao prefeito Luciano Cartaxo (2013-2020) e R é referente ao prefeito Ricardo Coutinho (2005-2010).

gestão federal, bem como dos seus feitos divide opiniões, o que certamente ocorre dentro do grupo aqui estudado. Contudo o representante se posicionou a favor, pelo menos quanto a Lei 13.982 de 2 de abril de 2020, referente a concessão do auxílio emergencial, bem como a gestão municipal atual³⁸. Percebemos então o quanto que essa representação é enviesada pela política, mas que, de fato, é central para as decisões conjuntas, conforme afirma o entrevistado:

Então quem tem que tomar a iniciativa somos nós. Porque aquela pessoa que tá ali se sentindo excluído, ele precisa que alguém fale por ele. Essa questão dos ambulantes aí, é isso que eles sentem. Precisa de alguém que fale por eles. Então minha função é essa: falar por eles, defender o direito deles e ter a certeza que a família vai tá bem (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Por fim, é válido ressaltar que nas duas perguntas finais da entrevista que são referentes ao cotidiano dos trabalhadores, a respeito das dificuldades enfrentadas pela categoria e como é o dia-a-dia do trabalhador diante de tais resistências, mais uma vez, a questão da idade e da escolaridade foi destaque, como vemos a seguir:

Ninguém constrói nada sozinho. Então os ambulantes não estão na rua hoje não é porque eles querem. Porque a família obriga ele a ser ambulante. Porque ele tem uma certa idade que não consegue emprego, porque eles não conseguem se profissionalizar, porque passou da época de tá numa sala de aula. E que chegou um momento que ele ou trabalhava pra sobreviver ou estudava. É... Chegou um momento que ele se percebeu que a idade avançou, passou dos 50, não pode ir mais pra uma sala de aula que acredita que não pode ir pra uma sala de aula... O que eu canso de dizer aqui na assembleia que pra sala de aula você pode ir até com 101.1 (referindo-se a idade: cento e um anos) basta você querer (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Todavia, ao passo que reconhece as condições objetivas do grupo, afirma ser um dom trabalhar no comércio ambulante:

Se você não tiver aqui óh [fala apontando para o braço] É nas veias. Se você não tiver na categoria, saber que o sapato mais folgado tem uma pedra dentro e o seu ar que você tá sentindo achando que tá puro... Você tem que passar muitos anos na luta né. Hoje eu tô com cinco ponto um. Faz um bocado de ano. Já fui também funcionário público. Mas 90% é na luta. Maior parte no centro (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

³⁸ Considera-se aqui a gestão municipal 2017-2020 (segundo mandato consecutivo). As entrevistas aconteceram na prévia das eleições municipais, o que significa dizer que o período propiciou tais falas aqui em destaque.

Nesse discurso, percebemos também o sentimento positivo que o entrevistado tem quanto ao trabalhar enquanto vendedor ambulante, e assim continuamos a conversa sobre os benefícios de trabalhar nesse tipo de atividade:

Olha o benefício de ser ambulante é ter estabilidade e garantir que tem a alimentação em casa. Porque... Quem tem carteira assinada tem duas coisas que não é muito bom: tem que tá ouvindo a sua terceira pessoa dizendo o que você pode e o que não pode, você fica somando e calculando o valor que eu, você vai receber, determinada data e se isso é suficiente pra cobrir suas despesas. E como ambulante você não precisa tá fazendo cálculo. Você só precisa se preocupar e ter a certeza que sua alimentação tá garantida e que o dinheiro do imposto que você tem a pagar (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Nessa fala acima percebemos a influência direta da estratégia neoliberal, através da ideia de autonomia e consequentemente responsabilização individual pelo trabalho, conforme já problematizada no segundo capítulo. Em contraponto, podemos citar Moreira (2005) em seu livro intitulado “Servo de ninguém” que relata sobre a construção dessa ideia de trabalhar de forma autônoma e a defesa do que seja não ter patrão, e como isso foi construção historicamente, sobretudo nas pequenas produções urbanas, como é o caso do comércio ambulante. Quando perguntado sobre as dificuldades, foi retomada as proibições do comércio ambulante, aqui em destaque:

As dificuldades é exatamente o poder público quando começa a perseguir dizer que aqui não pode, ali também não e você ver que tem o seu direito de ir e vir que lhe dá uma certa segurança. É. Mas por outro lado você também tá é infringindo seu direito. Como assim? O direito de ir e vir na calçada é um direito seu e de todos nós. Mas aí eu sou obrigado a ter que ocupar um pouco daquele passeio, não como proprietário nem como dono, nem maior, mas por uma questão de sobrevivência. E que muita gente, a população e o poder público, com sua visão, as vezes com sua condição financeira mais equilibrada nos olha como se fosse uma coisa qualquer. E nos últimos 10 anos passamos a ser visto de forma melhor. De forma mais organizada. Que a gente conseguiu conquistar é... Lei. Que a gente conseguiu pagar nossa previdência mais em conta. Uma lei de ser reconhecida a categoria a nível nacional (...) (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

Diante de todas as perguntas feitas, as quais foram desde a organização sindical, com destaque para os conflitos vivenciados, as características do comércio ambulante, dentre elas os pontos negativos e positivos que há em trabalhar nas ruas, como descrito acima, a indagação que ficou é: como é o dia-a-dia do trabalhador ambulante diante desse contexto?

É pesado. É árduo. E é sufocante. Porque ele muitas vezes sai de casa na madrugada, muitas vezes com os filhos e esposa dormindo. E ao retornar ele encontra a esposa quase cochilando para ter uma renda, um resultado melhor. Poder ter certeza que final da semana tem um dia pra fazer uma feirinha e que vai ter o dinheiro de pagar sua água, seu aluguel. Aí tem aquele que depois de algum tempo trabalhando conseguiu ter uma estabilidade melhor e poder sair de casa mais tarde um pouquinho, chegar mais cedo. Mas isso é com o decorrer do tempo. Depois de anos. Muita luta. Aqueles que conseguem tirar meia hora, uma hora, quando a gente tem as palestras de empreendedorismo, aí tem ajudado muito eles. Mas sempre tem uns que diz: ah vou não. Ai quando ver o outro crescer dia: eu devia ter ido (...) (PRESIDENTE DO SINDAMBULANTES-PB, SETEMBRO/2020).

As mobilidades dentro do grupo são visíveis, podendo ocorrer por diversos motivos, como dito acima. Diante de tais posicionamentos é inegável a importância do SINDAMBULANTES-PB na trajetória do comércio ambulante do centro de João Pessoa. Além dos vários serviços que são oferecidos para os sindicalizados, há a importância da representação coletiva diante dos rumos propostos para o grupo, no qual a instituição tem o poder de representá-los, seja fazendo mediações e também nas negociações, consequentemente através dessas reivindicando melhorias para o comércio ambulante que, por mais que ocorram as sucessivas proibições, certamente continuará atuante no espaço público citadino.

3.2.2 O comércio ambulante do centro de João Pessoa e a AMEG-PB

As informações descritas e transcritas nesse tópico são resultantes da entrevista com a presidente e o vice-presidente da associação, realizada em setembro de 2020. Sendo a única representante legal desde a sua criação, é ambulante, tem 45 anos e natural de São Paulo, tendo como vice-presidente o seu esposo e sempre atuando juntos. O percurso que a AMEG-PB trilhou para ser reconhecida não somente enquanto associação, mas posteriormente a nível estadual e nacional foi longo, tendo seu início ainda em uma negociação entre trabalhadores ambulantes eventuais, os quais são reconhecidos pelo Código de Posturas do Município (1995), e atuam sob licença prévia da SEDURB-JP nos eventos e festejos da cidade.

Não é o público aqui estudado, mas é válido salientar que os trabalhadores ambulantes eventuais também sofrem diligências por parte do Estado, como o baixo limite de barracas nos festejos, a exigência de documentos burocráticos para a

autorização e ainda o privilégio de uns e outros não de terem acesso, não somente a concessão, mas a um espaço maior e mais evidente em um dado evento, por exemplo.³⁹

Após uma reunião com alguns trabalhadores na sua própria residência, a presidente da associação percebeu a necessidade de uma organização coletiva para esse grupo. E, aos poucos, foi crescendo, abrangendo um maior número de trabalhadores, até que acolheu também os ambulantes do comércio de rua, inicialmente nas praias, com aqueles que alugam mesas e cadeiras e também vendem comidas e outros produtos, e depois no centro da cidade, onde tem uma maior atuação nos últimos anos.

Sobre a inserção da AMEG-PB no comércio ambulante do centro de João Pessoa, esta ocorreu mais precisamente na reforma da Lagoa, a qual já foi aqui mencionada no primeiro capítulo. Quanto a contextualização do campo encontrado naquele momento é válida trazer a fala da entrevistada:

E a gente percebeu que o centro da cidade tem um diferencial que é... Existia uma outra entidade que é ligada totalmente a prefeitura. Onde a prefeitura incentivava essa instituição a dividir a luta. Esse cara ganha, ele é funcionário da prefeitura. Ele conseguiu prejudicar todo mundo que era dos quiosques da Lagoa. Hoje nós temos pessoas que saíram daqueles quiosques da versão anterior da Lagoa, nós temos pessoas com depressão, temos pessoas em cima da cama, temos pessoas que nunca receberam benefício nenhum. Na verdade, de 42 só entregaram 14. (...) Chegamos na luta aqui no centro a partir dos quiosques da Lagoa. Então a gente viu uma coisa muito diferente. É... O pessoal aqui normalmente assim, pagando propina pra poder trabalhar, entendesse? A questão de: ah pra você ficar aqui você precisa dar aquilo. Então a primeira luta nossa foi dizendo a partir de hoje a gente pode fazer um cadastro junto a prefeitura, mas junto a prefeitura. A partir de hoje nós vamos trabalhar no centro da cidade, apresentar projeto pro centro da cidade, mas a gente não vai aceitar pagar nenhuma propina. A gente não vai aceitar ter nenhum vínculo dentro de gabinete x, falar com fulano pra ter área A ou área B. A partir de hoje os ambulantes vão ter sua liberdade. Eles vão trabalhar a onde eles querem trabalhar. Agora a gente vai cumprir as normas que tem que ser cumprida, porque a gente entende que a rua não é só nossa. A rua é do deficiente, a rua é do turista, a rua é do morador de João Pessoa, a rua é do povo da cidade (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Como se sabe, o comércio, o qual faz parte do setor de serviços no ramo econômico, é diverso se tratando da modalidade de trabalho. As barracas que faziam parte do antigo Parque Sólon de Lucena eram não somente tradição, mas um meio de

³⁹ Um caso desse tipo foi noticiado, bem como observado, inclusive durante a realização dessa pesquisa, no mês de julho de 2019, momento em que ocorreu o cadastramento de trabalhadores para a Festa das Neves e houve um confronto entre os trabalhadores e a guarda municipal, quando foi alegado que a ordem das fichas para o cadastro não foi devidamente realizada (G1 – PB, 2019b).

renda para muitas pessoas. Assim como agora, no ano de 2020, com a retomada da circulação dos ônibus coletivos no plano de flexibilização durante a pandemia da covid-19, o Terminal de Integração do Varadouro passou a ser apenas o Terminal do Varadouro, o que diminuiu bastante o número de circulação de pessoas nesse espaço e consequentemente de vendas entre os comerciantes que ali se encontram (PARAÍBA RÁDIO BLOG, 2020). Inclusive a reunião acompanhada no SINDAMBULANTES-PB no dia da entrevista foi sobre essa problemática. A reforma no atual Parque da Lagoa e o fim da integração do Terminal do Varadouro são exemplos de medidas estatais que interferiram diretamente nas relações de trabalho ali estabelecidas e que trouxeram prejuízos para os trabalhadores.

Se essas pessoas que possuem seus comércios regulamentados e pagam uma taxa referente a autorização que possuem para trabalhar sofrem impactos das decisões governamentais, no caso do comércio ambulante a luta possui um agravante, tendo em vista que sequer são reconhecidos enquanto tal pela gestão pública. Mas as resistências elaboradas vêm de ambos e, com ênfase para o comércio de rua a organização coletiva é fundamental para o enfrentamento dessa problemática. As mudanças nas relações de trabalho, com destaque para o número cada vez maior de pessoas no setor informal resulta na necessidade não apenas de reconhecimento da existência dessas relações de trabalho, mas também na sua organização, sendo preciso observar que:

Essas referências, entre outras coletadas, mostram que o aumento do desemprego, arrastando milhares de sujeitos para o mercado informal, produz uma forma de ocupação espontânea do trabalho pelos espaços públicos da cidade, gerando a necessidade da criação de modelos para o ordenamento urbano, formais e informais, que agem sobre a distribuição espacial do trabalho informal (LOPES, p. 129, 2006).

E essa é uma das atividades fundamentais também da organização coletiva: demonstrar para a gestão pública a necessidade de organização desses espaços. Se tratando da AMEG-PB foi dito durante a entrevista o quanto a associação tenta dialogar com ambos os lados. Há reuniões periódicas com os grupos de trabalhadores por região, por exemplo, com os do centro que possuem demandas específicas e diferentes dos trabalhadores das praias, para saber como pode ser melhorado e o que pode ser feito, bem como com a gestão pública apresentando propostas de organização, no sentido de padronizar o comércio de rua e também com o intuito de melhorar a vida dessas pessoas que trabalham sob o viés da incerteza:

Então assim, a gente percebeu que tinha essa dificuldade aqui no centro e o nosso primeiro movimento aqui no centro foi pra garantir que a gente pudesse ter essa liberdade [tempo] então assim, a gente garantiu esse espaço no primeiro momento mostrando que a gente iria querer lutar se eles não viessem dialogar. Então, em alguns momentos a prefeitura dialogou. Só que o que acontece: a prefeitura dialoga pra conhecer os nossos projetos, mas ela nunca consegue sentar pra colocar algum projeto em pauta. A gente avança até o momento de sonhar com o tamanho da barraquinha, de pensar numa parceria pra nos ajudar, que já veio inclusive. A prefeitura avança até um ponto, mas depois daquilo... É uma situação muito difícil, porque todo ano, de dois em dois anos que nós temos eleição. Então pra prefeitura parece que é mais agradável chegar nesse período como agora e ela dizer: não tá tudo solto (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Posicionamentos semelhantes a esse da prefeitura são denunciados em várias outras realidades. Telles e Hirata (2010) analisam esse tipo de feito a partir do que é consideração proibido na cidade de São Paulo, sobretudo nas relações comerciais e com ênfase no dito ilícito, o que para tanto é utilizado as relações de poder estabelecidas que “fazem e refazem a demarcação entre a lei e o extralegal, entre a justiça e a força, entre acordos pactuados e a violência, entre a ordem e os eu avesso” (TELLES; HIRATA, 2010, p. 42). Tomando por base este entendimento, compreendemos que o ordenamento da cidade, e conseqüentemente do comércio, vai para além do aparente sendo organizado de forma histórica e enviesada. Assim, a cidade:

Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. [...] Como integrantes de um país da periferia do capitalismo, em que pesem as novas nomenclaturas definidas pelo *mainstream*, as cidades brasileiras carregam uma herança pesada (MARICATO, 2013, p. 20).

Para perceber os rumos que são tomados no âmbito do comércio ambulante é preciso levar em consideração tais fatos. É imprescindível reconhecer que nossa herança escravocrata, de colônia e de um capitalismo tardio recaem diretamente na configuração que temos hoje: um país desigual e periférico, assim como, no que tange ao trabalho, um número crescente de desempregados e informais. Em paralelo, no que concerne a gestão pública e o desenvolvimento econômico, um direcionamento enviesado não para a acessibilidade e bem-estar da população como um todo, mas decisões que beneficiam apenas uma minoria, aquela que possui poder, sobretudo aquisitivo (CARVALHO, 1997).

São pontos que são sentidos pela organização coletiva diante da necessidade de resistir. E resistência aqui compreendida enquanto uma estratégia de luta e

enfrentamento diante da proibição do ato de trabalhar. Mas que tal negativa também é dada de forma seletiva. Quando assistimos aos noticiários, simplesmente achamos que a proibição de trabalhar na rua é absoluta e que, sendo um espaço público e um trabalho além de ilegal, precário, aqueles que ali ocupam são, de forma unânime, pobres, e vêem ali o único e último meio de renda.

Contudo, na observação *in loco* e durante a realização das entrevistas, foi perceptível como há ambulantes que permanecem trabalhando no mesmo espaço. E concordando com a fala da entrevistada, certamente não pode ser visto enquanto ambulante e sim um empresário, na medida em que permanece pela via do suborno, porque tem privilégio nessa relação de poder. Esse é um dos fatos que a pesquisa trouxe à tona, evidenciando não apenas que o grupo estudado é heterogêneo, mas também que a disputa pelo espaço público tem mais esse embate. Sobre essa realidade e no contexto pandêmico – segundo semestre de 2020, momento não apenas de eleição municipal, mas consequentemente de “liberar” o comércio ambulante, vejamos:

Por exemplo se você passar agora, na Narciso até o Hiper, e você me pergunta: você concorda como tá ali? Eu não concordo. O ambulante sabe que eu não concordo. E os ambulantes também não gostariam de estar naquela forma. Eles estão pra se proteger. Aí você me pergunta: como assim? Imagine você tem 10 anos de centro da cidade, você criou seus filhos, você batalhou aquele espaço, você está ali, você sobrevive daquilo ali, tem o seu cliente e você não estava naquela rua porque a prefeitura te tirou, aí você veio pra aqui. Mas agora chegou um rapaz, uma senhora, uma moça que tem mais condições, viu aquela área ali livre e ele vai pra aquela área porque a prefeitura achou que aquele momento pode ser liberado porque é conveniente pra ela. Então assim, a gente conversa com nosso povo. Nós não queremos sufocar as ruas, mas não podemos perder espaço pra donos de loja, pra um aventureiro. Não, não podemos perder espaço por alguém que, por exemplo, vem de uma outra cidade tem uma estrutura financeira maior e chegou em João Pessoa e viu que ali tá fácil e se instalou. Entendesse? É como uma área que realmente a gente protege. Querendo ou não a gente conquistou. A gente queria tá cuidando de um projeto, mas eles não chegam no projeto e abandona a cada 4 anos (...) (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Na observação *in loco*, durante o período de intensa proibição do comércio ambulante no centro, mais precisamente em setembro de 2019, percebi que um ou outro ponto permaneceu nos espaços que estavam sendo vigiados. Ou seja, mesmo que tivessem agentes de controle urbano, estes faziam “vista grossa” para aqueles que ali continuaram. Ao conversar informalmente com um ambulante, o mesmo me contou que a pessoa que continuava na rua da qual ele foi retirado ficou porque “tem as costas quente lá na prefeitura”. Na entrevista com a representante da AMEG-PB foi

confirmada esse tipo de vivência quando perguntei quem era ambulante para a associação:

Não é todo mundo que trabalha na rua que é ambulante. A pessoa pode trabalhar na rua porque a prefeitura favorece a vida dela e ela pode não ser ambulante. Por exemplo: você vai daqui nos bancários hoje, aí você encontra lá a Jasmim [nome fictício]. A Jasmim na esquina ele é ambulante ou é um empresário? Ali é um espaço público que começou a botar uma pessoa pra vender cachorro quente disfarçado, aí depois deu disfarce. Aquele espaço era pra os ambulantes. Era pensando em fazer uma feirinha, em vender tapioca ali. Aí a Jasmim é um ambulante? Entendeu? Nos bancários tem um açai bem bonito na praça onde é o Equilíbrio do Ser. Aí o cara é ambulante? Não é. Mas às vezes manda um funcionário vim fazer ficha, dizer que trabalha numa praça. (...) Aí o que acontece? Chega o turista, com muito dinheiro, fica na praia deitado na cadeira e vê o ambulante sem muita estrutura alugando cadeira e guarda-sol. O que é que o turista pensa? Isso aqui dá dinheiro, é só investir mais. Então ele chega naquele ambulante e diz: moço, tu me vende esse ponto aqui por quanto? O cara nunca viu dinheiro na vida aí diz: eu vendo por tanto mil. O turista mete a mão no bolso, compra o ponto. Aí ele é um ambulante? Ele vai na prefeitura, ele tira um alvará, já não me procura, bota duas pessoas pra trabalhar pra ele, ajuda na campanha política das pessoas, e se beneficia da areia da praia. Ele é ambulante? Não. Mas quem veio me procurar? O funcionário dele (...) (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Ocorre neste caso uma terceirização dos serviços. Ou melhor, dentro da informalidade uma relação parecida com a de emprego, na qual uma pessoa passa a ser “assalariada” mesmo que de forma não regulamentada. Realidade semelhante justamente com a denunciada pela SEDURB-JP no ano de 2019 quando está foi notificada pelo MPPB para regulamentar o comércio de rua com prazo estipulado (G1-PB, 2019a). Nesse período iniciaram (novamente) as apreensões de mercadorias e proibições. Quando questionada pela imprensa local, bem como durante a entrevista realizada, o representante da SEDURB-JP afirmou que ocorria uma terceirização no âmbito do comércio de frutas e verduras no centro: os comerciantes que possuem box no Mercado Central estavam pagando \$10, \$20 por dia para os ambulantes venderem seus produtos nos arredores do Parque da Lagoa, “uma escravidão na realidade”, devendo ser proibida esse tipo de relação comercial, uma vez que, além de estar ocupando o espaço público ilegalmente, estavam totalmente fora da lei. Quanto a essa denúncia, durante a conversa, a entrevistada se pronunciou:

Aí você diz: e um ambulante simples, humilde, como é que ele chega a comprar uma mercadoria dessa? Muitas vezes fiado. Eu posso até levar você até lá pra você vê... Aí o secretário diz: não tem grandes

empresários por trás dessas pessoas. Não, num tem grandes empresários. Tem alguém que tem um pouco de condições a mais, tem um coração bom e vende fiado. Mas que é prestado contas toda noite. O ambulante vende todo o dia e quando chega 7, 8 horas da noite ele tem que tá lá no Mercado Central contando o que ele vendeu e prestando conta. Ele não é empregado daquele cidadão. Ele comprou fiado porque ele tem nome. Existe isso (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

E sobre esse mesmo episódio, é possível perceber as relações de desigualdade aqui destacadas:

Aquele movimento que você tá mais focada, aquele movimento ele foi o que? Eles justificam que não querem frutas e verduras no centro, eles dizem que tem o Mercado Central pra poder acolher. O que é que acontece? O Mercado Central ele foi quase todo vendido hoje. A prefeitura pegou aqueles boxes maiores, aquela coisa maior, hoje é vendido assim, como posso dizer... Quando o mercado foi feito existia o tamanho para cada box, então aquelas pessoas com mais estrutura compraram os outros e quebrou todas as paredes, então deixou de ser um box e passou a ser uma loja. Outras pessoas faz um acordo político, aí de repente aquele box ali você perde, por algum motivo a prefeitura vai lá e notifica, cria uma situação. Você perde e quem ocupa? As casas de fruta lá de mangabeira. E de quem é? Parente de um vereador, que tem nome, defende o prefeito. Aí tira. E coloca quem? Cabo eleitoral. Então no Mercado Central, as áreas, até nos shoppings populares, as áreas boas são doadas pra quem tem nome não é pra quem tem necessidade (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Temos então a denúncia de que uma política pública que é feita para atender aos trabalhadores que precisam desse espaço para trabalhar, acabam sendo desfavorecidos por um monopólio historicamente definido e que acaba fazendo uso até mesmo desse tipo de serviço. Como consequência, o acesso não somente aos boxes, mas as localizações “privilegiadas”:

Então o ambulante põe aqui atrás dessa sala [apontado para a sala que estava atrás de nós] você vem passando aqui você quer comprar uma capinha de celular, você vai comprar aqui ou você vai entrar e procurar se aqui nessa sala lá atrás tem? Então o ambulante, vendo que você, poder público, fez errado aqui, ele não aceita porque ele tá passando fome. Quem tem fome sente dor. Porque a fome dói. Então ele sai dali e bota aqui na frente. Porque quem errou primeiro foi tu que pegou meu dinheiro e fez errado (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Percebemos então como as dificuldades encontradas pelos ambulantes vão além das proibições. É um mal acesso, um acesso limitado e desigual que beneficia uns em detrimento de outros. Ainda sobre o conflito em específico no ano de 2019:

Aí eles disseram: frutas e verduras não podem vir pro centro. Então nós fomos lá, apresentamos um projeto. Nós concordamos que realmente na região central ali do Hiper até a região central, no entorno da Lagoa não comporta. Mas aí nós apresentamos pra vocês 3 propostas. (...) Aí ele não aceitou os projetos. Então ele pegou o mapa e sentou com os ambulantes e discutiu com os ambulantes a onde a gente colocaria dois carrinhos de cada padronizado. Porque uma loja procurou a gente e disse: se for organizado eu dou uma estrutura pros carrinhos. Mas eles não queriam. Eles queriam realmente que a gente deixasse apenas algumas pessoas que fossem mais próximas da gente em áreas dentro do Mercado Central e as outras a gente esquecesse. Só que esses caras que vendem fruta são guerreiros há muito tempo. Sustentam a família (...) Não apresentam nada e esses trabalhadores vão viver de que meu Deus do céu?! Então a gente continuou na luta e batalhando nesse projeto. Então assim sobre frutas e verduras a gente não concorda que elas estejam na questão, no entorno da Lagoa, mas a gente concorda numa feira, por exemplo aqui na praça, de forma organizada, por exemplo, no Ponto Cem Réis. A gente concorda numa padronização, mas eles não querem (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Diante das falas, percebemos que o comércio de frutas e verduras foi o motivo alegado pela SEDURB-JP e que as representações coletivas (aqui em menção o SINDAMULANTES-PB e a AMEG-PB) lutaram em prol de permanência do grupo, através de negociações, bem como de resistências.

É válido ressaltar que foram denunciadas, inclusive nesse período pandêmico, as apreensões de mercadorias e a violência policial. Sobre esses dois temas é válido trazer a fala da entrevista, com relatos inclusive pavorosos. Ao comentar sobre “os bombado”, que são os funcionários atualmente da GRD, e que fazem parte das apreensões de mercadorias e remoções:

Ele olha pro ambulante porque recebeu uma ordem e chega pra você e não te dirige nem um bom dia e te diz “olha senhora, olha moço, você não vai poder para aqui pra trabalhar não”. Te dá uma gravata... Chegando no cara dá uma gravata, pega um carrinho dele e joga tudo no chão (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Sobre essas ações e como consequência o prejuízo para os ambulantes de terem as mercadorias apreendidas:

Ou seja, se tua mercadoria não for boa. Porque se tua mercadoria é pera, é uva é boa e de qualidade, a tua mercadoria é simplesmente segurada por quatro pessoas e colocada em cima do caminhão e some. Diz que vai pro Hospital Padre-zé. Era muito bom saber de essa mercadoria chegar lá. (...) Mas depois que você pegar duas vezes a mercadoria de um cidadão desse, de uma mulher dessa, eles não voltam mais pra rua. Por quê? Um carrinho daquele tá em torno de 700 a 1000 reais. Esses carrinhos de fruta bem simples que a gente vê. Aí pra quem tá na sua casa que vê uma carcaça de geladeira, imagina que é 100 reais, mas tem pneu, amortecedor... Fica em torno de 1000 reais se ele botar um inox. E o que tem ali em cima dependendo da mercadoria chega a dois mil reais. Uma pessoa simples que teve um prejuízo de dois mil reais ele não se levanta mais não. Então ele tem que comprar uma mercadoria bem simples no carrinho bem humilde e vim para a rua devendo tudo para um dia, se conseguir chegar assim, vender aquela mercadoria x que ele vendia antes. Então eles tinham um olhar de pegar a mercadoria melhor, entendeu? (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Nesse sentido, fica o prejuízo financeiro, além da situação constrangedora vivenciada por esses trabalhadores que têm as mercadorias apreendidas. E como consequência dessas apreensões, foi ressaltada a violência:

E as questões da violência é muito grave. A gente tem uma senhora que eu sempre coloco ela como exemplo, que destruiu a vida dela porque quando a prefeitura entrou dentro do mercado central de meia-noite para levar os carrinhos... Enfim, um senhor de idade bem Pretinho lá de Santa Rita. O que eu costumo dizer que ele é bem Pretinho para dizer o quanto a pessoa simples para dizer o quanto a pessoa é guerreira, é batalhadora. Bem, ele estava ali, ele estava dormindo lá no espaço porque era vigia. Estava olhando os carrinhos dos companheiros. E os carrinhos dos companheiros eram muitas vezes da irmã, de um sobrinho, das pessoas que trabalham na rua. Sei que o guarda municipal chegou junto com a polícia o doutor [nome] e deram uma gravata nele. Não sei que gravata foi essa, que de lá saiu direto para o trauma. E de lá ele saiu para onde? Porque daquilo teve um derrame não voltou mais. Lá ele morreu ficou um filho que tem problema mental, uma menina de 8 anos. A esposa não voltou ao normal. Acho que a esposa não tinha um quadro assim, mas depois de tudo isso ela desenvolveu. Aí quem aguentou tudo isso no final foi a irmã dele, que deve ter uns 58, 60. Então hoje ela deve estar cuidando dos sobrinhos, enfrentou essa realidade com o irmão, uma dor terrível. Aí a filha dela de 22 anos na frente da assembleia. Você vê que ali não é uma rua movimentada, que um carrinho de fruta ali na frente da assembleia numa rua parada não estava atrapalhando nada. Simplesmente os bombados chegaram do nada, bateram nela, quebraram o carrinho dela, levaram o carrinho dela. E ela pediu as imagens na assembleia não conseguiu até hoje, não foi disponibilizado. Foi pra central de flagrantes fazer o boletim de ocorrência e nisso ficou. E hoje é mais uma mulher frustrada, com medo, assustada. Então você veja uma família dessa ela se ergue nunca mais?! Pode até se reerguer, mas essa violência fica em você em todos os sentidos. Então assim, essas pessoas elas não desistem. Elas são guerreiras e junto conosco, nós conquistamos um

grupo muito forte (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Uma descrição bastante densa por sinal, mas não me senti no direito de trazer em parte, ou pior, não a trazer para a escrita. Nesse relato percebemos a problematização não somente de classe, mas também de raça e gênero que devem ser trazidas a pauta quando se trata de violência policial e abuso de poder, como é o caso. Por ser representante da categoria, e buscar as mudanças desejadas para os trabalhadores, a entrevistada possui vários relatos semelhantes, que foram comentados na entrevista e que eu também fui convidada para escutar posteriormente. Ligado a tal temática, também são relatados alguns posicionamentos do poder público que caracterizam para além da violência e do abuso, a corrupção:

Então a instituição foi ganhando força. E quando o poder público entendeu, perguntou: o que vamos fazer? Porque se a gente bate no ambulante eles fazem movimento. Se a gente tentar os espaços no jeitinho da gente, denuncia. Se a gente chama pra conversa, ela num vem. Que a questão dá conversa é: vem pra cá vamos fazer parte da equipe? E a gente vai. No primeiro momento eu achei que fazer parte da equipe era de sentar pra dialogar, pensando, conversar... Não. Era dizer: a partir de hoje sua entrevista será o que a gente combinar, você vai ter um salário, vamos combinar pra você tá aqui dentro conosco, combinar o diálogo. E eu disse: eu não tô entendendo. Então era pra acabar a luta, acabar o sonho e dizer: não eu vou fechar o olho, vamos trocar 6 por meia dúzia e passar o tapete por cima dos outros. Então eles não conseguiram. Durante 15 anos a gente não aceitou. A gente aceitou fazer parte de uma equipe com eles que era discutir tudo isso, projetos, mas joguinho combinado isso não (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Foi relatado também uma série de ameaças e perseguições que a entrevistada, enquanto presidente da associação, vem sofrendo desde o início da luta, pela gestão pública. Alguns episódios foram lembrados, inclusive seguido de comoção, que vão desde a violência psicológica, com processos judiciais inclusive, até a violência física com agressões corporais. Após relatar alguns momentos vividos enquanto representante da categoria, é válido destacar uma fala que sintetiza o sentimento da entrevistada quanto a sua vivência enquanto representante do coletivo:

Então eles pensaram que, é destruindo aos dois que nós vamos conseguir destruir a luta dela. Só que quando você cresce realmente com raiz, o tamanho da tempestade pode ser muito grande, você pode até quebrar, mas a raiz fincou, e você vai brotando muito mais forte. Então nada, nada foi o suficiente pra nos destruir até hoje, porque a gente crê muito em Deus, é muito amado por esse povão e tem muita

oração pela gente. Então eles não nos destruíram porque existe uma raiz forte, uma raiz realmente por Deus, entendesse? A gente, eu não me vejo com uma pessoa que fez muita coisa nesse período não. Mas eu vejo que eu plantei uma semente muito importante no coração desse povo (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

E quanto a essa relação entre a instituição e os ambulantes foi afirmado a todo tempo a construção do vínculo “familiar” entre eles. Ligando as ameaças feitas pela gestão, o que ocasiona as dificuldades encontradas pela instituição, foram relatadas alguns embates encontrados também pelos trabalhadores em seu cotidiano e que, a associação está presente nessas vivências, participando e “ajudando” de alguma maneira. Aqui com destaque para quatro relatos: de mulheres que trabalham na rua e que têm seus maridos encarcerados; de pessoas que já foram presas e, sendo assim só encontram acesso ao trabalho na rua; de crianças que acompanham suas mães desde recém-nascidas nas ruas, e de uma adolescente que sofreu abuso sexual, procurando apoio na associação.

Quanto ao tema da infância, houve o relato de uma criança que sofreu perda da audição devido a exposição precoce e em demasia ao som das festas, tendo em vista que sua mãe precisava trabalhar enquanto ambulante nos eventos e não tinha com quem deixar o bebê. A associação procurou a gestão com a proposta de uma creche noturna para que as mães pudessem trabalhar enquanto as crianças ficassem nesse espaço, sob o cuidado de pessoas que poderiam inclusive ser voluntárias da associação, mas que para tal feito seria preciso do espaço e do apoio do poder público, o que infelizmente não passou de ser um projeto. Ainda com relação aos filhos(as) das trabalhadoras, também foi dito sobre deixar com seus companheiros, que por vezes pode não ser o pai da criança, e daí entramos na quarta problemática que é o abuso sexual. Sobre esse último, segue o relato:

Nós viramos essa família. Mas o poder público não abre espaço. Então como eu tava te dizendo a gente cresceu. Muitas mães que não conseguem deixar os filhos em casa. Tem dificuldades porque as vezes não é o pai, é o companheiro. Tem muitos relatos. E o que nos levou a pedir a creche noturna é que estaria protegido. A gente poderia até disponibilizar voluntários dentro da instituição, agora a gente não pode fazer tudo. Agora porque não foi só a perda da audição. É hoje uma criança que hoje tem o que? [nome] tem o que 18 anos? [pergunta ao vice-presidente e é confirmado] Que quando chegou lá em casa com 15 anos chorando e dizendo: eu preciso de um médico, eu preciso. Mas por que você precisa de um médico? E ela não respondia, e só dizia eu não volto mais pra casa, eu não volto mais pra casa, porque o marido da minha mãe não serve pra ser meu pai. E a gente conversar com ela e ter que levar ela pra fazer terapia. E a gente

tentar cuidar e ela vim me dizer: não foi só comigo, tem outras também que passou por isso (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

São denúncias, inicialmente, estarrecedoras, mas que se analisadas profundamente – aqui não será o caso –, percebemos o quanto que o direito ao trabalho perpassa essas vivências, sendo negado não somente o acesso ao trabalho de forma livre e digna conforme a Constituição (1988), mas outros direitos e garantias sociais como a infância, além da visível desresponsabilização do Estado diante de tais problemáticas que infringem diretamente e de uma forma geral os Direitos Humanos. Ainda quanto as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ambulantes há o assédio:

E eu acho importante você colocar no seu relatório a questão do assédio. Existe muito assédio aqui para as mulheres. São muitos assédios: “ou se não fizer isso” “ou se fizer isso vai pro local melhor” “a vai ficar aí só porque tá arrochadinha”. A mulher para trabalhar ela sente mais dificuldade. Inclusive numa conferência da saúde eu falei em Brasília: você imagina uma mulher que ela é mãe, que ela tá aqui na rua com uma tela de óculos, o tamanho da tela não entra dentro da porta de um banheiro, ela pra deixar aquela tela sozinha ali ela tem medo. (...) Então nós tivemos um grupo de mulheres muito grande com infecção urinária por não ir ao banheiro. Tu acredita? E aqui era cobrado \$1 para ir no banheiro na Lagoa naquela época. Então a gente bateu muito em cima disso, pra gente poder conquistar a liberação dos banheiros. A gente discutiu muito isso dentro do conselho de saúde para lutar por esse direito (...) Então assim, tudo isso e o cara que chegava numa van, parava do lado, abria a porta e dizia “é vai ficar aí hoje, mas depois a gente conversa”. Mas assim hoje a gente já teve vários ganhos, a questão do banheiro público na Lagoa e a passagem da van, que não é como antes, mas se passar não vai agir dessa forma, porque a gente se uniu de uma forma que se van passar e falar com uma falou com todas (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

E a partir da fala sobre essa união que ocorre atualmente, tendo em vista que há uma articulação, foi enfatizado a importância do acesso à internet, mais precisamente ao aplicativo de mensagens. Assim, o grupo se comunica rapidamente, sobretudo com relação as possíveis “batidas”. Contudo, conforme ressaltado no tópico anterior, há trabalhadores que não têm familiaridade com esse tipo de tecnologia, o que não o impede de ter acesso à informação:

Hoje o grupo, *Whatsapp* essa situação dá uma ligação muito rápida. Aí a pessoa, mais humilde, mais idosa é a que mais sofre. A pessoa mais idosa, hoje ainda eles não têm esse telefone, eles continuam com aquele que se chama bombinha né?! E a pessoa mais carente não tem internet né?! Então, a gente sempre tem esse preocupar, esse olhar, a

informação tá no grupo, então a gente sabe quem não tem, liga pro outro (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Ainda sobre a criação de vínculos nas relações de trabalho, porém com outras categorias que, em conjunto, compõe o comércio do centro de João Pessoa, e mais especificamente no contexto de conflito no ano de 2019:

Então assim: não é só o carinho do ambulante, é o dono de loja que fecharam as portas das lojas, mas que tinham meu respeito e minha preocupação com a loja dele. É as meninas dentro da loja, que ela tá ali dentro vendendo o produto dela, mas que tem uma relação com o ambulante. Enquanto eu tô aqui, eu já vi uns quatro ambulantes passando aqui na minha frente, carregando seu peso nas costas, olha ali um óh, aí a cena, [aponta para um ambulante vendedor de óculos passando na calçada] indo guarda ali em Toinho. Então assim, a menina da ótica ela vê isso de manhã e vê isso de tarde, aí ela vê isso no dia que tá chovendo, muitas vezes ela vê a mãe arrastando a criancinhas, muitas vezes ela ver uma mulher grávida com a tela nas costas. Então assim o povo daqui do centro eles levam isso assim: caramba é uns guerreiros. Quando a gente fecha o centro, o que se entende é que todo mundo tá contra a gente. Não. Agora existe a CDL né que é a instituição maior. Então esse aí ele nunca dialogou. Quem tá contra a gente é algumas pessoas, porque a mídia consegue colocar. É o dono da empresa de ônibus. Porque muitos que estão dentro do ônibus diz assim: deixa esse ônibus passar porque a gente tá com pressa. E outros tá dizendo: filma mermo, outros descem do ônibus pra vim dar apoio (...) (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Percebemos que esses outros atores também fazem parte, ainda que indiretamente, da configuração do comércio ambulante, incluindo as pessoas que transitam naquele espaço, mesmo que não seja a trabalho. Quanto ao comércio ali estabelecido, podemos afirmar que há um fortalecimento da economia local, através justamente do comércio ambulante. Ainda sobre a retirada do ano de 2019 no entorno da Lagoa:

A C&A⁴⁰ veio procurar a gente: mas rapaz vocês num vão voltar não? A gente não gosta de que coloque aqui na porta, é só colocar de forma organizada, mas era tão bom vocês aqui. Sabe por quê? Assim, a onde tem ambulante não tem assalto. Aí tu diz: por quê? Se tentarem roubar aqui, o ambulante pega ele. Onde tem ambulante não tem assalto. Onde tem ambulante tem sempre um a assistência. Tu tá entendendo? E o movimento deles caíram. E a C&A ficou com medo de assalto. Tinha dia ali que ficou deserto. E assim o movimento dele caiu entre 20 e 30% eles falaram pra gente. Então o ambulante chama também

⁴⁰ A C&A é uma loja multinacional que está presente na maior parte do país. Aqui na cidade de João Pessoa, além de se localizar no Parque da Lagoa, também está presente nos Shoppings Manaíra e Mangabeira.

pra lojas não é uma concorrência. O produto da loja não é a mesma coisa. Todas essas lojinhas aqui vendem pro ambulante. O ambulante não tem dinheiro. Então ele vai de manhazinha lá compra dois brinquedos, bota lá pendurado na rua. Aí é uma cadeia, todo mundo se ajudando, entendeu? Quem vende água compra o gelo. Enfim. Uma cadeia todo mundo se ajudando. Se parar esse comércio a cidade sofre muito (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Percebemos a relação dialética que há no âmbito do comércio. Por mais que hajam reclamações quanto a desorganização, reconhecem o quanto esse tipo de atividade é importante, aqui com destaque para os possíveis roubos, furtos e assaltos. Durante a observação *in loco* percebi algumas tentativas de roubos, sobretudo com os pedestres e a reação dos ambulantes diante de tais acontecimentos. Sempre quando é percebido, eles tentam evitar tal ato, ou mesmo, caso ocorra, eles buscam “fazer justiça”. Além disso, de fato as ruas ficam mais movimentadas o que inibe esse tipo de atitude transgressora.

Ainda quanto a essa fala trazida pela entrevistada, recortamos também a desorganização do espaço a partir da configuração do comércio ambulante, queixa não somente da gestão pública, mas também dos pedestres e, como percebido, do comércio de uma forma geral. No final do ano de 2020, com a flexibilização dos serviços, bem como com as eleições municipais, o comércio ambulante ficou ainda mais “solto”. Nesse período, mesmo sendo pandêmico, a quantidade de ambulantes trabalhando nas principais ruas do centro foi visivelmente maior. Inclusive no mês de dezembro, a associação realizou uma ação educativa com os trabalhadores para que se organizassem nas calçadas, com um certo espaço, propiciando inclusive o distanciamento necessário, enquanto medida preventiva a covid-19. Quanto a essa problemática, durante a entrevista a presidente se posicionou:´

Eles são 8 ou 80. Tem hora que libera geral. Aí vai chegar uma hora que eles chegam pra tirar todo mundo, aí é onde bate de frente com a gente. A gente não permite vê isso não. A gente não acha certo que eles fiquem sem nenhum guarda, sem nenhum agente pra controlar, observar. Porque por exemplo, o ambulante que tá há tempo e é acostumado a ficar aqui ele respeita o todo, mas quando chega um hoje que não tem noção, bota em qualquer lugar, sem totalmente respeitar o lugar. Forra um lençol em cima da rampa... Ele não tem noção do que é uma área de acessibilidade. Porque nem todo mundo tem conhecimento, nem todo mundo tem direito a escola. Então as vezes ele nem sabe, num tem noção que aquela rampa é uma acessibilidade. Então ele forra um lençol e ele espalha a mercadoria dele. Então o que acontece: a pessoa que vem e não consegue ter o acesso porque ele foi trancado (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

O acesso à educação neste caso é também uma problemática a ser enfrentada pela organização coletiva. Em conjunto são temáticas de outras ordens que se entrelaçam com a do direito ao trabalho e que precisam ser levadas em consideração pela representação. É importante perceber, neste sentido, a dialética que está na rua o tempo todo. Mais do que a lógica do mercado que impera no modo de compra e venda no espaço público, são as vivências, histórias que se imbricam com e na rua.

No que concerne aos termos burocráticos da instituição é válido frisar que há eleição a cada cinco anos, mas que a presidenta é sempre escolhida pela “aclamação”, e que muitos dos serviços oferecidos, com destaque aqui para a ação realizada durante a pandemia da covid-19 com a distribuição de cestas básicas, máscaras e álcool em gel para os ambulantes, são realizados com parcerias. Foi destacado durante a entrevista a importância das “amizades” para que certos feitos ocorram, como esse mencionado.

Há atualmente cerca de 2000 filiados. No começo (há 10 anos atrás) os ambulantes pagavam uma taxa simbólica, mas que agora contribuem com quanto e como podem durante as reuniões que são realizadas, a partir também da necessidade. Para se filiar é preciso participar de pelo menos duas reuniões e é considerado enquanto ambulante aquele trabalhador que não é fixo, ou seja, está dentro do trabalho informal, mas diferencia-se daquele que tem um espaço próprio para trabalhar. Foi perceptível o engajamento nas decisões conjuntas que a AMEG-PB possui. Além de fazer parte da UNICAB, também participa do Conselho Municipal de Saúde, bem como é atuante a debates paralelos a temática do comércio ambulante. Sobre a StreetNet e a importância da representação política da categoria, afirmou que:

A nossa realidade aqui é muito parecida com a de outros países. Entendeu? Porque eles nos usam na hora que querem, nessa questão eleitoral, nessa questão que é favorável para eles. Enfim é uma questão que se eles pudessem eles nos escondiam. Mas a gente existe e já sabe o que quer. E o que a gente quer é território, o que a gente quer é direito, o que a gente quer é levar o pão pra casa. Aí tá difícil de eles tirarem isso da gente agora. Hoje eu não sei se você acompanha a UNICAB, mas foi criada uma frente parlamentar pra tá discutindo sobre essas situações do trabalho informal. Enfim a gente tá avançando aos pouquinhos. Se a gente tiver realmente essa voz lá dentro vai ficar mais fácil pra discutir vai ficar mais fácil pra apresentar. Então algumas cidades, alguns espaços tá tendo essa linha, esse viés nesse momento, a gente aqui não está pensando, mas estou vivendo um momento muito difícil (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

De fato, acompanhando os encontros promovidos por essas organizações percebi que em outras cidades alguns ambulantes de candidataram nas eleições municipais no ano de 2020. Inclusive em João Pessoa o presidente do SINDAMBULANTES-PB se candidatou para vereador. Infelizmente não tivemos nenhum candidato eleito da categoria no país, mas certamente os avanços nos últimos anos quanto a representação, agora não somente coletiva, mas também política foram significativos. Contudo, se tratando do centro de João Pessoa, mesmo ambas representações buscando representar o grupo no campo política, os posicionamentos se divergem. Ainda sobre os conflitos do ano de 2019 e a proposta da criação do shopping das Nações Unidas, defendida pelo sindicato, a associação possui outro posicionamento:

[...] Porque eles iriam colocar o pessoal na ideia de um shopping popular? não sei se você ouviu falar que eles estavam comprando aqui um prédio? É o Nações Unidas. Aí o que acontece: a gente conversou com eles que nenhum shopping vertical deu certo em lugar nenhum. Só dá certo shopping horizontal. Então a gente não era de acordo de as pessoas irem para aquele caixão porque a gente sabia que iria ser gasto muito dinheiro público e que as pessoas iriam voltar pra rua. Então eles racharam de novo e convidaram aquela instituição lá. (...) Mas o que que acontece: o centro ele é muito fechado conosco, e a gente não era de acordo com o shopping porque a gente tinha uma outra visão, a gente tem uma outra história, a gente acredita num outro projeto (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

Ainda na época, a AMEG-PB lutou para que tal feito não ocorresse, procurando outros órgãos, como Ministério Público e Ministério do Trabalho, por exemplo, alegando que seria um gasto público vão, tendo em vista que a construção de um shopping vertical não teria êxito e posteriormente os trabalham voltariam para as ruas. O que se sabe até o início de 2021 é que as obras foram interrompidas não somente por essa resistência, mas principalmente devido a pandemia da covid-19 que modificou todo o campo como aqui já pontuado. Nesse momento, que além de pandêmico inicia-se uma outra gestão municipal, os trabalhadores continuam ocupando as ruas e calçadas do centro da cidade. E para finalizar foi perguntando na entrevista como é o dia a dia do ambulante, tendo em vista a relação que a AMEG-PB possui com os trabalhadores em seu cotidiano:

O dia a dia do ambulante, eu acredito que o ambulante tem um dia a dia feliz, tem um dia a dia positivo, porque ele é guerreiro, ele vai em cima das adversidades, ele enfrenta o sol com coragem, a chuva com coragem. Olha firmemente pra o olho do poder público e diz: nós estamos organizados, não vamos aceitar que você leve nossa comida, não vamos aceitar que você mate nossos amigos e hoje nós estamos

unidos através da UNICAB a nível nacional. Então o dia a dia do ambulante tá se tornando cada dia mais forte, mais unido, mais querido e cada vez ele vai pra rua com mais coragem. Então podemos dizer que é um dia a dia de luta, um dia de garra, é um de medo, mas de muita coragem. Todos os dias! (PRESIDENTE DA AMEG-PB, SETEMBRO/2020).

4 Considerações finais

Desde o início dessa escrita quisemos enfatizar a importância de estudar o comércio ambulante, tendo em vista que é um grupo que, mesmo sendo tradicional, e se intensificando em períodos de crise econômica e consequente desemprego, se revela de forma estigmatizada e repressora. É válido ressaltar que tal caracterização não é somente por parte do Estado – se bem que esta prevalece e certamente interfere em tal entendimento –, mas por pessoas que, mesmo não realizando tal atividade, compõem o mesmo espaço, seja enquanto pedestres, comerciantes, comerciários ou consumidores.

Para além de tal personificação, o comércio ambulante se configura enquanto uma atividade que contribui para o setor econômico, sobretudo local. Fazendo parte do setor de serviços, e assim compondo a modalidade do comércio, supre a vida de incontáveis trabalhadores que vêm no mesmo uma fonte de renda, seja ela secundária ou principal, mas que não deixa de ser uma laboração remunerada que movimenta a economia. Nesse sentido, apesar de configurar-se enquanto uma atividade não tipicamente capitalista, é inerente ao mesmo, sendo produzida de forma concomitante.

Diante dessa caracterização percebemos a importância de estudar tal campo. O comércio ambulante do centro de João Pessoa existe, e persiste, há décadas. Acompanhando o desenvolvimento comercial da cidade, as vendas nas ruas e calçadas apenas ganharam visibilidade devido ao seu alargamento. Nos últimos 30 anos, conforme aqui demonstrado, as autoridades responsáveis pela organização da cidade tentaram remediar tal acentuação, seja com as apreensões de mercadorias, proibições ou mesmo remoções, e as realocações para os shoppings populares que são planejados e executados desde a década de 1990 no mesmo bairro, porém em áreas diferentes.

As medidas diante do avanço do comércio ambulante dividem opiniões. Se, por um lado, realmente ocupa um espaço público, por vezes, impedindo a passagem de pedestres, até mesmo inviabilizando a ida e volta de pessoas com deficiência, dificultando a circulação de pessoas nas lojas comerciais, não sendo vistoriados e não pagando impostos, por exemplo, por outro lado, é um tipo de trabalho informal que vigora na contemporaneidade, sendo uma atividade necessária para aqueles que estão como ambulantes.

Como foi demonstrado durante a escrita, há uma série de estratégias que viabilizam a permanência mutável do comércio de rua no centro da cidade. E ao perceber essas (não) mudanças que ocorrem neste espaço, destacamos como o fazer política vai além das decisões governamentais. Há uma macroestrutura que determina a continuidade do comércio ambulante até os nossos dias, isso é inegável, o que podemos correlacionar com a desigualdade e exclusão social associada ao aumento do desemprego e mudanças na produção do capital, por exemplo. Mas é pontual perceber também como as pessoas, as quais são simultaneamente trabalhadoras ambulantes, cidadãos e sujeitos políticos, também fazem não somente a cidade, mas viabilizam as transformações nesse tipo de atividade.

E aqui com destaque para as representações coletivas dentro do grupo, que através de estratégias, sejam elas de resistências ou negociações, buscam assegurar o acesso a esse tipo de atividade. Percebemos nessa pesquisa que mesmo dentro dessas organizações que lutam em prol de um mesmo grupo, há vieses diferentes relacionados à construção histórica destes coletivos.

A atuação da SEDURB-JP, do SINDAMBULANTES-PB e da AMEG-PB, em conjunto, porém de forma paralela, influenciam diretamente nos rumos tomados pelo comércio de rua do centro de João Pessoa-PB. Por mais que o grupo ocupe as ruas mais movimentadas do bairro, delimitando seus próprios territórios a partir das demarcações e que tenham uma certa autonomia para inovar nas formas de compra e venda, quando há uma intervenção estatal essa ordem estabelecida é afetada. Mas também quando há um enfrentamento coletivo, seja a partir do sindicato, ou da associação, essa (não) permanência sofre interferências.

Percebemos assim, diante da contextualização do campo, a importância da organização e representação coletiva que, diante das dificuldades encontradas, busca viabilizar o acesso ao trabalho dessas pessoas ambulantes. E, diante da conjuntura, entrar em um consenso é não somente o objetivo central, mas o desafio maior enfrentado pela categoria. Diante das falas dos entrevistados, podemos perceber que

muitas das vezes são necessárias as negociações, buscando mediações diante da problemática estabelecida, ou de resistências, na tentativa de que tais proibições e/ou remoções não ocorram. É preciso reconhecer também que, apesar das diferenças entre as duas instituições investigadas, a partir do processo de lutas, ambas conquistaram diversos feitos para a categoria, buscando sempre representá-la, não somente a nível de organização cidadina, mas de reconhecimento de que estas pessoas existem e persistem pelo acesso ao trabalho.

Nesse sentido, identificar a organização espacial do comércio ambulante, bem como levantar o histórico de ocupação na área do centro de João Pessoa-PB, além de buscar conhecer as políticas públicas e a legislação referente a esse tipo de atividade, e como se dão as formas de representação coletiva da categoria foram essenciais para compreender como atuam tais instituições. Estas foram tarefas primordiais durante a execução da pesquisa para compreender como as organizações coletivas vivenciam os conflitos e formam possíveis resistências no âmbito do comércio de rua. Todavia, é válido destacar que os percalços para a concretude desses objetivos foram inúmeros, com destaque para a pandemia da covid-19 que interferiu diretamente na execução da pesquisa, durante o segundo ano de sua realização.

Não somente com o isolamento social, mas suas consequências para o grupo em específico, como por exemplo, a baixa nas vendas e o risco dual de não obter uma renda e contaminar-se pelo vírus devido a necessária exposição para continuar trabalhando. A etnografia enquanto método também foi interrompida nesse período, tendo de ser utilizados outros recursos para a continuidade da pesquisa. A pandemia da covid-19 interferiu diretamente neste setor e, não somente por ainda está ocorrendo até o final dessa pesquisa, mas também por suas duras consequências, que até então apenas podem ser previstas, todavia certamente continuará afetando esse grupo, sendo um desafio a mais para ser enfrentado pelas organizações coletivas nesse momento.

Outro ponto importante de frisar é que, durante os dois anos de realização da pesquisa, tivemos uma eleição municipal, o que foi decisivo para o campo encontrado e a contextualização dada nesse intervalo de tempo. É válido dizer que tal fato enriqueceu a pesquisa, tendo em vista a relação direta e histórica que há entre gestão municipal e as mudanças no comércio ambulante da cidade. Para o mandato 2021-2024 foi reeleito o candidato de outro partido, que inclusive não obteve apoio da gestão aqui em menção. O que significa dizer que certamente novas mudanças ocorrerão nos próximos anos quanto ao comércio ambulante do centro de João Pessoa-PB.

Precisamos considerar o quanto a conjuntura política e econômica pode influenciar nos rumos tomados pelo comércio de rua, ao passo em que o grupo, organizado e representado, também se posiciona e interfere diretamente na organização da cidade como um todo. É uma relação não somente conflituosa, como é aparentemente, mas dialética e que traz consigo vários desdobramentos, para além da divisão de posicionamentos. Abordar a temática do comércio ambulante requer perceber o quanto de possibilidades que nele estão imbricados e que além de permanecer ele se modifica continuamente, e para a sua abordagem é preciso reconhecer que:

A presença do comércio ambulante na cidade dá margem a construção de um arcabouço teórico metodológico, definidor e caracterizador desta atividade enquanto resquício de atividades exercidas no passado, mas sua permanência e intensificação impõe um repensar (DANTAS, 1997, p. 188).

E é nesse movimento de levar em consideração os processos históricos e simultaneamente as constantes mudanças nas relações de trabalho que percebemos a permanência do comércio ambulante na cidade, mesmo se reconfigurando para atender e encaixar-se nas demandas atuais. Fica evidente também, com a realização da pesquisa, que para além da categoria trabalho, em uma análise sociológica como aqui é o caso, é preciso ir além, buscando apreender as outras temáticas que perpassam e consequentemente fazem parte desse tipo de atividade, logo das vivências.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, A. et. al. **Ambulantes e direito à cidade**: trajetória de vida, organização e políticas públicas. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-50.
- _____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 107, jul./set. 2011, p. 405-419.
- AQUINO, V. MONTEIRO, N. **Brasil confirma primeiro caso de doença**: Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso em São Paulo. Brasil: Ministério da Saúde Disponível em: < saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus> Disponível em 10 de ago. de 2020.
- ALVES, G. A “nova informalidade” do mundo do trabalho: aspectos da reforma trabalhista no Brasil. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico Com Ciência**, dossiê 203, nov./ 2018.
- A UNIÃO. Ano XCVII nº 026. João Pessoa. Sexta-feira, 16 de março de 1990.
- _____. Ano CIV nº 073. João Pessoa. Domingo, 04 de maio de 1997.
- _____. Ano CXXVI nº 076. João Pessoa. Sábado, 04 de maio de 2019.
- AZAIS, C. CAPPELLIN, P. Para uma análise das classes sociais. In: SIQUEIRA, D. E. (org.) **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: UNB, 1997.
- AZEVEDO, B. R. Z. Algumas questões em torno da produção não capitalista urbana. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 4 n. 2, 1984, p. 25-37.
- _____. A produção não tipicamente capitalista: diversas abordagens. **Revista Ensaios**, v. 1, n. 2, 1981, p. 233-274.
- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Revista Mana**, nº 21, vol. 3, 2015, p. 483-498.
- ASSIS, R. L. **As vulnerabilidades de uma carreira**: os camelôs do terminal e a cidade de Campo dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UENF, 2011
- BARBOSA, R. J. **Estagnação desigual**: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). IPEA: Boletim mercado de trabalho – conjuntura e análise, nº 67, out. 2019. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35058&Itemid=9> Acesso em 14 de set. de 2020.

BARRACAS de comerciantes serão retiradas do Parque Sólon de Lucena, em João Pessoa. **JPB 2º edição**: exibido em 3 de julho de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-1edicao/videos/v/barracas-de-comerciantes-serao-retiradas-do-parque-solon-de-lucena-em-joao-pessoa/4297265/>> Acesso em: 24 de jan. de 2021.

BITTENCOURT, P. J. S. **As pandemias na história**. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2020. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/noticias/artigo-as-pandemias-na-historia>> Acesso em: 11 ago. de 2020.

BORGES, M. E. S. MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C. FREIRE, S. M. F. (org.) **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando publicações, 2020.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004a.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Revista Estudos Avançados**, nº 27, vol. 79, 2013, p. 133-144.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Revista Outubro**, n. 22, p. 35-61, 2º semestre de 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.041 de 27 de fevereiro de 1940**. Regula o exercício do comércio ambulante. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1940. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2041-27-fevereiro-1940-411979-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regula%20o%20exerc%C3%ADcio%20do%20com%C3%A9rcio%20ambulante.&text=1%C2%BA%20Esta%20lei%20regula%20o,de%20acesso%20franqueado%20ao%20p%C3%ABlico.>> Acesso em 09 de out. de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: DF, Presidência da República, 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 25 de ago. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020.** Brasília: DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>> Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília: DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020.** Regulamenta a lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília: DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm> Acesso em 10 de ago. de 2020.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

BRITO, L. CARNEIRO, K. **Um mês após a volta do comércio, João Pessoa tem alta de mortes por Covid-19 em relação ao mês anterior.** G1-PB, 14/08/2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/08/14/um-mes-apos-volta-do-comercio-joao-pessoa-tem-alta-de-mortes-por-covid-19-em-relacao-ao-mes-anterior.ghtml>> Acesso em: 14 ago. 2020.

BRITO, F. OLIVEIRA, P. R. Territórios transversais. In: MARICATO, E. (et. al.) **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BROWN, W. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade.** Trad. Juliana Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie, 2018

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol 14, 2000, p. 153-174.

CACCIAMALI, M. C. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina Contemporânea: Brasil e México. **Revista Pesquisa e Debate**, v. 12, n. 1 (19), 2001, p. 5-42.

CAMPOS, R. S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Revista Latinoamericana Polis**, nº 47, 2017, p. 1-20.

CANCLINI, N, G. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-350.

CAVALCANTI, C. **Viabilidade do setor informal**: a demanda de pequenos serviços no grande Recife. 2 ed. Recife: Editora Massangana, 1983.

CARDOSO, A. M. Informalidade como forma social do trabalho: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas. **Congresso da Latin American Studies Association (LASA)**, XXXII, Chicago, 2014.

CARVALHO, R. M. V. Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro de análise da política do Nordeste. In: SIQUEIRA, D. E. (org.) **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: UNB, 1997.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. 15º ed. Argentina: Siglo Veintiuno, 2014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. (et. al.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COCCO, G. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

CORSARO, W. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, nº 91, mai./ago. de 2005, p. 443-464.

CORTÉS, E. B. RAYA, T, R. Hacia una recharacterización del concepto de trabajo desde una antropología latinoamericana por demanda. In: PALERMO, H. M. CAPOGROSSI, M. L. (org.) **Tratado latinoamericano de antropología del trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

COCKBURN, J. C. El derecho a la ciudad em America Latina y los enfoques sobre la ciudad informal. In: CARRIÓN, F. DAMMERT-GUARDIA, M. (et. al.) **Derecho a la ciudad: una evocación de las transformaciones urbanas em América Latina**. Ecuador: IFEA, 2019.

COELHO-LIMA, F. BENDASSOLI, P. F. **Trabalhadores e trabalhadoras na informalidade: intervenções possíveis**. Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho: orientações técnicas para o trabalho de psicólogos e psicólogas no contexto da crise da covid-19, 2020.

CUT. **Com vendas em baixa, vendedores ambulantes sofrem para garantir sobrevivência**: sem receber auxílio emergencial, a maioria dos ambulantes não consegue vender nada e não conseguem dinheiro para pagar o aluguel. Muitos acabam indo morar na rua. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/com-vendas-em-baixa-vendedores-ambulantes-sofrem-para-garantir-sobrevivencia-fbcc>> Acesso em 10 de ago. de 2020.

DANTAS, E. W. C. A cidade e o comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 11, 1997, p. 187-210.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 9º ed. Lisboa: Presença, 2004.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FILHO, A. S. MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FIM da integração física no Terminal do Varadouro aumenta integrações no transporte coletivo em JPA. **Paraíba Rádio Blog**, 2020. Disponível em: <<https://www.paraibaradioblog.com/2020/10/14/fim-da-integracao-fisica-no-terminal-do-varadouro-aumenta-integracoes-no-transporte-coletivo-em-jpa/>> Acesso em 25 de dez. de 2020.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GAGO, V. **A Razão Neoliberal: economias barrocas e gramática neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2018.

GOG O poeta. **O Brasil sofre de “guetofobia”, afirma GOG o cantor de rap**. TV Senado Plenário, 10 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/comissao-de-direitos-humanos-e-legislacao-participativa/2013/10/o-brasil-sofre-de-guetofobia-afirma-gog-cantor-de-rap>> Acesso em 09 de out. de 2020.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Revista Cadernos de campo**, nº 13, 2005, p. 149-153.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Recomendações preparatórias para o “novo normal” Paraíba**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Saúde, 2020.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins, 2014.

HARVEY, D. **Razones para ser anticapitalistas**. 1º ed. Buenos Aires: Clacso, 2020.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. (et. al.) **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

IBIAPINA, R. **Os “SEM SEM” no Brasil de pandemia COVID-19: desenCPFados Anônimos-Aparentes e o Auxílio Emergencial**. Boletim Ciências Sociais e o Coronavírus - ANPOCS, 43, 19/05/2020. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2753->

[publicacoes/boletim-cientistas-sociais/2358-boletim-n-43-cientistas-sociais-e-o-coronavirus](#)> Acesso em: 24 de jan. de 2021

JAKOBSEN, K. A. **A dimensão do trabalho informal no Brasil e na América Latina**. In: JAKOBSEN, K. MARTINS, R. DONBROWSKI, O. (org) Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais da cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 14-17.

JOÃO PESSOA - PB. **Código de Posturas**. Lei Complementar nº 7 de agosto de 1995.

JUNIOR, J. S. Fissuras do cotidiano: nos meandros das estruturas de dominação. In: PALERMO, H. M. CAPOGROSSI, M. L. (org.) **Tratado latinoamericano de antropologia del trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

KALIL, R. B. As possibilidades jurídicas de organização e atuação coletivas dos trabalhadores informais: sindicatos, ação conjunta e transversalidade. **Revista Direito Mackenzie**, vol. 7, n. 1, 2013, p. 188-210.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAUTIER, B. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Revista Caderno CRH**, Salvador, nº 18, 1993, p. 5-48.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001a.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares de Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, jun./2002, p. 115-134.

LIMA, J. C. **Trabalho, mercado e formação de classe**: estudo sobre operários fabris em Pernambuco. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996.

LIMA, J. C. **Sociologia, processos sociais e pandemia**. In: 09 de julho de 2020 Boletim Ciências Sociais nº 80 Ciências Sociais e coronavírus. Disponível em <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2411-boletim-cientistas-sociais-n-80>> Acesso em 29 jul. 2020.

LOPES, J. R. Exclusão social, privações e vulnerabilidade: uma análise dos novos condicionamentos sociais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol. 20, n. 1, jan./mar. 2006, p. 123-135

LOSCHI, M. **Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde**. Agência IBGE notícias: estatísticas sociais, 14 de fevereiro de 2020. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>> Acesso em 09 de out. de 2020.

MAAR, W. L. A dialética da centralidade do trabalho. **Revista Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4, out./dez. de 2006, p. 26-28.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et. al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. 10º ed. México: Era, 1990.

MARTINEZ, E. E. Crisis económica y cambios políticos y sociales em América Latina. In: ALVARÉS, J. E. (org.) **La crisis capitalista mundial y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

MARTINS, A. K. **Comércio de rua no contexto urbano da área central de João Pessoa**: ocupação, conflitos e incertezas. Monografia: UFPB -CCEN, João Pessoa, 2018.

MARTINS, M. D. **A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social**. Boletim ciências sociais nº 51, 29/05/2020. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2373-boletim-n-51-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>> Acesso em 12 de ago. de 2020.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. Vol. 1. 13º ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MEDEIROS, M. Entrevista com Alexandre Rezende sobre o comércio ambulante em João Pessoa no Programa Sexta Vip. Rádio Sanhauá FM 1280. João Pessoa – PB, 31 de julho de 2019. Disponível em: < <https://www.facebook.com/ameg.ameg.332>> Acesso em 07 de out. de 2020.

MENDES, L. CAVEDON, N. R. O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, jul./dez. 2014, p. 341-352.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus Covid-19: o que você precisa saber**. Brasil: Ministério da Saúde, 2020 Disponível em < <https://coronavirus.saude.gov.br/>> Acesso em 10 de ago. de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Brasil: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em < <https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em 10 de ago. de 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação brasileira de Ocupações (CBO)**. Disponível em < <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/524305-vendedor-ambulante>> Acesso em 02 ago. 2020.

MOREIRA, E. M. **Servo de ninguém**: a pequena produção urbana em João Pessoa. João Pessoa: Manufatura, 2005;

MPPB recomenda retirada de ambulantes nas calçadas do centro de João Pessoa – prefeitura tem até abril para retirada, levando em conta a suspensão dos prazos legais. **G1 PB- 2019a**. João Pessoa, 11 de janeiro de 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/01/11/mppb-recomenda-retirada-de-ambulantes-nas-calçadas-do-centro-de-joao-pessoa.ghtml>> Acesso em: 18 ago. 2020.

NISBET, R. A. A sociologia como uma forma de arte. **Revista Plural**, São Paulo, v. 7, 1º sem., 2000, p. 111-130.

NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, nº 53, out. 2003, p. 111-129.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, M. H. S. G. SILVA, J. C. **Um olhar geográfico sobre a história de João Pessoa**. São Luiz - MA: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos - A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia, 2016.

PAOLI, M. C. P. M. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista brasileira estudos populares**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, jan./jun. 2013, p. 225-249.

PAMPLONA, J. B. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: COMIN, A. A. SOMEKH, N. **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. Empresa Municipal de Urbanização – EMURB: São Paulo, 2004.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA anuncia plano de flexibilizações das atividades econômicas. **G1-PB, 2020**. João Pessoa, 13 de junho de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/06/13/prefeitura-de-joao-pessoa-anuncia-plano-de-flexibilizacao-de-atividades-economicas.ghtml>> Acesso em 13 ago. 2020.

PERDA maciça de venda afeta 90% dos trabalhadores informais na América Latina e no Caribe. **OIT Brasília**. 8 mai. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_744304/lang--pt/index.htm> Acesso em: 27 ago. 2020.

PERES, T. B. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, vol. 14, nº 2, jul./dez. 2015, p. 270-289.

POLIVANOV, B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Revista Esferas**, ano 2, nº 3, jul./dez/ 2013, p. 61-71.

PUEBLA, N. A. J. Comercio y espacio publico: una organización de ambulantes en la Alameda Central. **Revista Alteridades**, v. 17, n. 31, 2007, p. 137 -153.

RAMALHO, J. R. VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, territórios produtivos, trabalho e conflito social. **Revista Repocs**, vol. 12, n. 24, jul./dez. 2015, p. 11-18.

RIO DE JANEIRO cria cinturão para isolar região metropolitana da Covid-19. **Jornal Nacional**: exibição em 17 de março de 2020. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/8407465/>> Acesso em: 12 mai. 2020.

ROCHA, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROIO, M. D. MARTINEZ, V. C. A vigência do estado de sítio política na pandemia. In: LOLE, A. STAMPA, I. GOMES, L. M. R. (org.) **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

ROUBCEK, M. **Os dados do desemprego e a fragilidade do trabalho informal**. Nexo Expresso, 06 de agosto de 2020. Disponível em: <[SALVADOR. **Lei nº 9515 de 30 de março de 2020**. Salvador: BH, Prefeitura de Salvador, 2020. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391996>> Acesso em 12 mai. 2020.](https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/06/Os-dados-do-desemprego-e-a-fragilidade-do-trabalho-informal#:~:text=ASSIMETRIA%20NA%20PANDEMIA&text=Mas%20na%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20o,20%25%20dos%20informais%20foram%20fechados.> https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/06/Os-dados-do-desemprego-e-a-fragilidade-do-trabalho-informal#:~:text=ASSIMETRIA%20NA%20PANDEMIA&text=Mas%20na%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20o,20%25%20dos%20informais%20foram%20fechados.>> Acesso em: 09 de out. de 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; BAPTISTA LUCIO, M. P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, B. S. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9º ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHERER-WARREN, I. LUCHMANN, L. H. H. **Movimentos sociais e participação**: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: UFSC, 2011.

SEMINÁRIO AMBULANTES E CIDADE. São Paulo, 2020. **Tema: Cartografias da economia popular, tensões nos territórios, conflitos e práticas de resistência, durante a pandemia da covid-19**. Disponível em: <<https://socialcomunicacao.com.br/seminario-ambulantes-e-cidade/>> Acesso em: 07 de dez. de 2020.

SILVA, L. A. M. A. Da informalidade a empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho), **Revista Caderno CRH**, Salvador, nº 37, jul./dez. 2002, p. 81-109.

SILVA, M. S. Sobre a negação da cidadania: apontamentos iniciais a partir do trabalhar na sociedade. In: 4º Congresso Internacional de Direitos Humanos: Campina Grande - PB, 2019. **Anais...** Reflexões fundamentais sobre os novos desafios e perspectivas em Direitos Humanos. Campina Grande: Realize, 2020. p. 315-322.

SILVA, M. S. 'Morre de corona ou morre de fome': o risco dual dos trabalhadores ambulantes frente a pandemia da covid-19. **Áltera revista de antropologia**, v. 2, p. 98-108, 2020.

SOPRANA, P. **70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet na pandemia do coronavírus:** dificuldade para conseguir auxílio emergencial, que levou as filas na caixa, é um dos efeitos da desigualdade social. São Paulo: UOL, 2020. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml> > Acesso em: 10 de ago. de 2020.

STANDING, G. **O precariado:** a nova classe perigosa. São Paulo: Autêntica, 2013.

SIMMEL, G. O conflito como sociação. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, 2011, p. 568-573.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Revista MANA**, v. 11, n. 2, 2005, p. 577-591.

TEIGER, C. Laboratório. “Onde fazer ciência”? **Revista Laboreal**, vol. 11 nº 1, 2015 p. 121-126. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15667/laborealxi0115ct> > Acesso em: 29 jul. 2020.

TELLES, M. S. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.

TELLES, M. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, M. S. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. **Revista Contemporânea**, vol. 3, nº 2, jul./dez. 2013, p. 359-373.

TELLES, M. S. HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Revista de sociologia da USP Tempo Social**, vol. 22, n. 2, 2010, p. 39-59.

TUMULTO deixa feridos no cadastro de comerciantes para a Festa das Neves em João Pessoa. **G1-PB 2019b**, 09 de julho de 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/07/09/tumulto-deixa-feridos-no-cadastro-de-comerciantes-para-festa-das-neves-em-joao-pessoa.ghtml> > Acesso em: 25 de dez. 2020.

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro:** uma resenha da literatura. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

URRY, J. Sociologia móvel. In: LIMA, J. C. (org.) **Outras sociologias do trabalho:** flexibilidades, emoções e mobilidades. São Carlos.: EdUFscar, 2013.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. (et. al.) **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, E. O. **A Aventura Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. GOMES, D. TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica. **Revista Estudos Avançados**, vol. 30, n. 87, p. 49-73, 2016.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Revista Tempo Social**, v. 26, n. 2, 2013, p. 139-164.

WACQUANT, L. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, nº 26, jun. 2006, p. 13-29.

WANDERLEY, B. **Prefeitura de JP desiste de retirar ambulantes das calçadas e vai padroniza-los**. Portal Correio, 7 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://correiodaparaiba.com.br/cidades/prefeitura-de-jp-desiste-de-retirar-ambulantes-das-calcadas-e-vai-padroniza-los/>> Acesso em: 20 de jan. de 2021.

WEBER, M/. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WORLDOMETER. **Pandemia de coronavírus Covid-19**. Disponível em <<https://www.worldometers.info/coronavirus/>> Acesso em 14 de ago. de 2020